

**Universidade Presbiteriana Mackenzie
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas**

**DE CATADORES DE RUA A RECICLADORES
COOPERADOS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A
FORMAÇÃO E A GESTÃO DE UMA COOPERATIVA DE
RECICLAGEM**

Diego Bonaldo Coelho

**São Paulo
2007**

Diego Bonaldo Coelho

**DE CATADORES DE RUA A RECICLADORES COOPERADOS: UM
ESTUDO DE CASO SOBRE A FORMAÇÃO E A GESTÃO DE UMA
COOPERATIVA DE RECICLAGEM**

**Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Administração de
Empresas da Universidade Presbiteriana
Mackenzie para a obtenção do título de
Mestre em Administração de Empresas**

Orientadora: Profa. Dra. Arilda Schmidt Godoy

**São Paulo
2007**

**Reitor da Universidade Presbiteriana Mackenzie
Professor Dr. Manassés Claudino Fonteles**

**Decano de Pesquisa e Pós-Graduação
Professora Dra. Sandra Maria Dotto Stump**

**Diretor do Centro de Ciências Sociais e Aplicadas
Professor Dr. Reynaldo Cavalheiro Marcondes**

**Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Administração de
Empresas
Professora Dra. Eliane Pereira Zamith Brito**

*De repente, fez-se o silêncio.
Inesperado, mas inevitável devir da vida.
Eterna e dolorida ausência.
Em minha memória e coração,
com muito amor e carinho,
sempre estarás, sentado, em sua cativa cadeira.
Sua inteligência, seu humor e sua rabugice,
imortalizados.
Dedico essa dissertação a um grande indivíduo,
que me ensinou sobre a vida, sobre ser cidadão,
sobre ser homem:
Ao amado vô Oscar Coelho, in memoriam.*

AGRADECIMENTOS

Cursar o Mestrado em Administração foi desbravar um excitante caminho de aprendizado e crescimento. Durante todas as difíceis etapas e ritos do Curso, nos intensos anos 2005-2007, do primeiro dia de aula à finalização dessa dissertação, nunca trilhei sozinho. Tive a honra, a satisfação e o privilégio de ter sempre ao meu lado grandes indivíduos, que contribuíram sobremaneira nos meus tímidos primeiros passos enquanto neófito da pesquisa acadêmica, bem como em meu amadurecimento. Deixo aqui meus mais sinceros agradecimentos, especialmente:

À Profa. Dra. Arilda Godoy, orientadora que muito bem me acolheu, assumindo o risco de orientar um aluno que tinha se tornado “órfão” de orientação em meio ao desenrolar da dissertação. Profa. Arilda, sempre serena, atenciosa e competente, ensinou-me muito sobre a arte de pesquisar;

Ao Prof. Dr. Mário Aquino, grande mestre do saber e da arte jedi, um caro amigo que, além de ter me incentivado em todos os momentos, ponderou, provocou e contribuiu deveras em minha formação e Qualificação, além de me honrar com sua presença na Banca de Defesa;

À Profa. Dra. Cláudia Antonello, que acrescentou pontos relevantes em minha Qualificação, com ótimas indicações de leitura e provocações reflexivas;

À CAPES, pela bolsa concedida durante o curso, mostrando-se uma entidade séria e engajada no desenvolvimento do país;

Aos companheiros de Mackenzie, Armond e Ricardo, os quais, entre um debate e outro, contribuíram fraternalmente para o desenvolvimento dessa dissertação;

A todos os cooperados da *Cooperlirios*, ao vereador Kim e à equipe da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano de Americana, Maria De Nadai e Wilza, pela atenção, carinho, seriedade e, destacadamente, lições de vida;

À minha querida e amada família, Pai Angelo, Mãe Sueli e Mana Aline, por tudo. Muito caros, especiais e fundamentais a mim, sempre estão ao meu lado em todos os momentos de minha vida, incentivando-me, com muita atenção e carinho, em tudo aquilo em que me coloco a fazer;

À Gerência Geral da ABIMAQ, pela concessão de me liberar para cursar o Mestrado, mostrando ser uma Entidade focada no desenvolvimento de seus colaboradores;

À querida Equipe DENI da ABIMAQ, Curt, Paty, Oli, Léo e Leonardo (DEEE), grandes amigos e companheiros de trabalho, por toda prontidão para ajudar, incentivo, força e, principalmente, paciência para me agüentar nesse período;

Aos grandes irmãos de vida da República Hari Hou, Magrão, Rafaelzão e Andrezinho, e da República Soogu, Maçã, Carnaval e o agregado Ur, que, como fraternos amigos de tempos imemoriais, sempre me incentivaram em todos os momentos e madrugadas adentro;

À querida namorada, Carol, guardada em lugar cativo em meu coração, pelo companheirismo e carinho marcantes, incentivando-me e ajudando-me nos momentos mais desgastantes do desenvolvimento desse trabalho;

Ao querido Zé Veríssimo, pelos comentários relevantes e ponderados em meu referencial teórico;

A todos os demais familiares e amigos de Americana e São Paulo, registrados em meus pensamentos e coração, que indiretamente colaboraram;

A Cronos, por ter ajudado no apertado e cheio de imprevisto tempo; e, por fim,

A Baco, por revelar, de vez, que a mesa de um boteco ainda é campo por excelência dos debates e reflexões teóricas.

Com todo esse carinho, incentivo e apoio, ressalto que os erros e fraquezas da presente dissertação cabem exclusivamente a mim, sendo estes frutos de minhas limitações, quando não teimosia.

RESUMO

O presente estudo analisa como os indivíduos constroem e vivenciam a gestão de um empreendimento solidário. Buscou-se interpretar o processo organizativo de um tipo de empreendimento que se insere no contexto prático e teórico do cooperativismo e da Economia Solidária, levando em consideração as características particulares dessas organizações, que rompem com a questão econômica, adquirindo importante dimensão social e política. A organização escolhida foi uma cooperativa de reciclagem e a abordagem adotada para estudo do fenômeno foi qualitativa, desenvolvida por meio de um estudo de caso de natureza interpretativista que usou três estratégias de coleta de dados: observação não-participante; entrevistas e análise de documentos. Os trabalhos de campo permitiram uma interpretação que leva em consideração três momentos específicos do caso: sua formação, construção e vivência da dinâmica organizacional. Concluiu-se que o caso apresenta *insights* e portas de entrada interessantes para se refletir sobre empreendimentos solidários, não apenas como uma ação viável para o desenvolvimento local, mas, principalmente, como um arranjo organizacional que influencia aspectos sociais e políticos da vida de seus trabalhadores.

Palavras-chave: Economia Solidária; cooperativismo; empreendimentos solidários; processo organizativo

ABSTRACT

The present research analyses the way each person builds up and takes part into the solidary management process. It was tried to interpret the organize process of a kind of Solidary Economy which is insert into the practical and theoretical of the cooperativism and the Solidary Economy, taking into consideration the specific characteristics of these organizations, which break up with the economical matter, getting important political and social dimensions. It was chosen a recycling organization and the considered approach for the study of such phenomena was the qualitative one, developed trough the case study of interpretivist nature which used three collect data strategies: non-participative observation, interviews and document analysis. The field research permitted a kind of interpretation which takes into consideration three distinct moments of the case: its formation, construction and organizational dynamic experience. It was possible to conclude that the case presents insights and open doors to reflect about solidary enterprise not only for a possible action for the local development, but also as an organizational arrangement that influences social and political aspects of its workers.

Key-words: Solidary Economy; cooperativism; solidary management; organize process

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
REFERENCIAL TEÓRICO	25
1. Por uma arqueologia genealógica da Economia Solidária.....	26
1.1 Fenômeno arraigado como questão social.....	26
1.2 A Economia Solidária: problemática e conceitos	36
1.3 Economia Solidária no Brasil	41
2. Cooperativismo: filosofia e práxis.....	46
2.1 Owen e os Pioneiros de Rochdale: as origens do cooperativismo.....	47
2.2 O cooperativismo: princípios doutrinários e estruturantes.....	52
2.3 A organização cooperativa	57
2.4 Cooperativismo no Brasil	66
2.5 Cooperativismo e o Cooperativismo Popular: releituras para um novo cooperativismo.....	76
METODOLOGIA.....	81
3. O rigor do olhar: uma questão de bricolage	82
3.1 Reflexões sobre a escolha do método	82
3.2 O tipo de pesquisa e as técnicas de coleta e análise de dados	90
3.2.1 Tipo de pesquisa: estudo de caso	90
3.2.2 Estratégia de coleta de dados	92
3.2.2.1 Observação	93
3.2.2.2 Análise de documentos	94
3.2.2.3 Entrevistas	95
3.2.3 Análise dos dados.....	99
3.2.4 Apresentação dos resultados e da análise	102
APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	104
4. Apresentação dos Resultados: um olhar descritivo	105
4.1 Da concepção à constituição da <i>Cooperlários</i>	105
4.1.1 A questão da salubridade: a organização do galpão.....	108
4.1.2 Necessidades organizacionais: a cooperativa	111
4.2 A <i>Cooperlários</i> em sua letra formal	113
4.2.1 Desenho organizacional: organograma	115
4.2.2 Os cooperados.....	117
4.2.3 Local de trabalho: o espaço	118
4.2.4 A gestão da <i>Cooperlários</i> : divisão e processo do trabalho	121
4.2.5 Trabalho e renda: remuneração.....	128
ANÁLISE DOS RESULTADOS	129
5. Análise dos resultados: um olhar interpretativo	130
5.1 Entre a revolução e o pragmatismo: a formação e o <i>status</i> popular da <i>Cooperlários</i> ..	131
5.2 <i>Cooperlários</i> : um empreendimento solidário?.....	136
5.3 Dinâmica organizacional e suas influências.....	144
5.3.1 Agora reciclada	145
5.3.2 O mito da Fênix e os laços de solidariedade.....	152
CONSIDERAÇÕES FINAIS	158
6. <i>Cooperlários</i> : questões “boas para se pensar”	159
6.1 Limitações do estudo e sugestões de continuidade.....	168
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	170

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução do perfil do cooperativismo brasileiro	74
Tabela 2 - Números do cooperativismo por ramo de atividade - 2004	75

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução do perfil do cooperativismo brasileiro	74
---	----

ÍNDICE DE FOTOS

FOTO 1- Chegada de caminhão da Prefeitura com material.....	123
FOTO 2 - Início imediato de triagem e seleção após chegada de material.....	123
FOTO 3 – Trabalho de triagem	124
FOTO 4 - Trabalho de seleção	125
FOTO 5 - Material selecionado em grupo para colocação em <i>bags</i>	125
FOTO 6 - Material selecionado em <i>bags</i> armazenado	126
FOTO 7 – Prensagem	127
FOTO 8 - Material pronto para despacho de venda	127
FOTO 9 - Cooperadas se divertindo durante o expediente.....	148

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 – Mapa Cooperlários	119
FIGURA 2 – FLUXOGRAMA	122

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1 - Comparação entre organização cooperativa e organização mercantil	63
QUADRO 2 – Grupos de materiais selecionados	121

INTRODUÇÃO

O capitalismo contemporâneo relegou às sociedades uma crise estrutural que atinge praticamente todos os países: o desemprego. De acordo com Souza (2003), o desemprego é um dos temas mais debatidos atualmente, sendo apontado como a principal causa da exclusão social.

Entendido como resultado da crise da sociedade salarial (SOUZA, 2003; SINGER, 1998), o desemprego acentuou-se a partir das transformações ocorridas na década de 70, quando da migração de uma sociedade industrial para uma sociedade pós-industrial (CASTELLS, 1999). A sociedade pós-industrial, pautada pela globalização e Revolução Tecnológica, reestruturou as relações de produção, organizando uma *nova economia*, caracterizada, principalmente, pelo aumento da produtividade na mesma proporção em que se dispensa a mão-de-obra (SOUZA, 2003).

Como resultado desse processo, além de desemprego estrutural, que exclui parte da sociedade de prover seu próprio sustento, há deteriorização das relações de trabalho vigentes, levando grande contingente populacional empregado a se submeter a condições aviltantes: longas jornadas, baixa remuneração, desproteção legal e instabilidade (SOUZA, 2003).

Diante dessa crise, alternativas e ações para provimento de trabalho, renda e emprego formal começam a ser discutidas em escala global. Dentre essas, encontra-se o ressurgimento do debate em torno da organização coletiva do trabalho, que, conforme Singer (1999), constitui-se como resposta ao desemprego e à exclusão social.

A organização coletiva de trabalho é caracterizada por diversas práticas constituídas por meio de formas econômicas com objetivo de associar as pessoas para produzir e reproduzir meios de vida com base em relações de reciprocidade e igualdade (CUNHA, 2003). A forma típica desse tipo de organização é a cooperativa, que tem seus meios de produção nas mãos de seus trabalhadores, sendo sua gestão democraticamente conduzida por eles.

Conforme definiu Souza (2003, p.35), “a organização coletiva do trabalho, na forma de cooperativa autogestionária de produção, vem apontando novo rumo de mobilização política no Brasil” como alternativa prática ao desemprego. Constatação desse fato é a constituição do movimento da Economia Solidária como fenômeno que incorpora a organização coletiva do trabalho e sua institucionalização como política de Estado do Brasil, no ano de 2003, durante o Governo Lula.

No Brasil, a Economia Solidária é composta por vários empreendimentos, dos quais se destacam as associações comunitárias e cooperativas populares. Como aponta Júnior (2004), todos esses empreendimentos passaram a contemplar o triplo plano de atuação (social, econômico e político) que permite sejam entendidos como empreendimentos solidários.

Os empreendimentos solidários são definidos, essencialmente, quanto ao modo como são geridos. De acordo com Júnior (2004), que encontra respaldo em Gaiger (1996; 2003), para que um empreendimento seja caracterizado como solidário, é necessário que este: a) tenha sua organização e gestão na mão dos seus próprios membros; b) constitua espaços em sua estrutura e dinâmica para o exercício dos princípios democráticos; c) haja a efetiva participação dos membros nos processos decisórios; d) haja cooperação nos processos produtivos; e) haja mobilização social; f) exista auto-sustentação financeira; g) tenha o desenvolvimento humano como prioridade de ação; e h) assuma responsabilidade social.

Nesse sentido, a Economia Solidária e seus empreendimentos têm despertado séries de estudos e reflexões nas ciências sociais aplicadas. A maioria desses estudos concentra-se na análise de seus impactos no mercado de trabalho e, conseqüentemente, no desenvolvimento econômico e social do Brasil (SINGER, 1998, 2002; NASCIMENTO, 2004; CULTI, 2002).

Com relação às pesquisas na área da administração, quando se tomam como referência os trabalhos produzidos no Enanpad – Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-

graduação em Administração - no período de 1997 a 2005, mais de vinte e cinco estudos estão associados ao tema.

A principal abordagem desenvolvida está vinculada à análise gerencial e funcionalista dos modelos de gestão das cooperativas. Tomam-se as cooperativas como organizações relevantes no mercado, abordando-as pela perspectiva técnica sobre seu modo de gestão. Vários trabalhos avaliam o sucesso ou fracasso da adoção de determinadas técnicas de gestão, em vários pontos da cadeia produtiva, com objetivo de verificar os resultados. A principal preocupação está voltada às questões estratégicas e competitivas do cooperativismo. Com isso, esses trabalhos excluem as questões relativas aos preceitos doutrinários de seu movimento, concentrando, apenas, na sua dimensão econômica, no que concerne à administração (gestão).

Outra abordagem, mais holística, alinhada com os preceitos doutrinários do movimento e os impactos desses empreendimentos no mercado e na sociedade, vem crescendo consideravelmente nos últimos anos. Trabalhos como Salazar e Soares (1997), Dias (2000), Piccinini e Oliveira (2002), Machado e Leite (2002), Dalfior (2003), Piccinini, Guimarães, Oliveira e Korosue (2003) caminham nesse sentido, buscando analisar as influências e impactos da cooperativa no emprego, levando em consideração aspectos de seus membros.

Não obstante, duas novas frentes de pesquisas, destacadamente nos estudos organizacionais, começam a ganhar importância. A primeira trata de alguns estudos que começam a se voltar para o debate teórico-conceitual desses empreendimentos (GAIGER, 1996, 2003; FRANÇA FILHO, 2002), buscando entendê-lo em sua manifestação e formação organizacional na sociedade. A segunda, mais voltada para a organização e influência que esses empreendimentos podem gerar em seus membros.

Os estudos de Gaiger (1996; 2003) e França Filho (2002), nesse sentido, promovem grande debate acerca do nascimento desse fenômeno e, principalmente, sobre os processos de constituição desses tipos de empreendimentos na realidade social. Os estudos de Gaiger (1996; 2000; 2001; 2003), além de caracterizar idealmente um empreendimento solidário, destacam-se pela análise de um conjunto de empreendimentos solidários, com objetivo de detectar e analisar suas origens e condições efetivas de desenvolvimento.

Os resultados desses estudos apontam que os sucessos desses empreendimentos aportam-se, em maior grau, para a capacidade de conciliação das premissas ideológicas e organizacionais com sua sustentação econômica no médio e longo prazo. Como destacado por Gaiger (2001), o êxito de um empreendimento solidário repousa na sua capacidade de conciliar as relações de trabalho com imperativos de eficiência, convertendo, com isso, a cooperação em nova racionalidade, em que o próprio sentido de eficiência seja re-significado.

Já França Filho (2002) observa a manifestação de arranjos organizacionais dos empreendimentos solidários que, ao incorporar lógicas econômicas e substantivas em seu agir organizacional, tornam-se experiências factíveis para recomposição das relações entre economia e sociedade, o que pode transformá-los na possibilidade de nova modalidade de gestão pública. Com isso, França Filho (2002) abre caminho para se refletir como o poder público, em parceria com a sociedade, pode promover ações integradas que visem à organização de empreendimentos solidários, tendo em vista a capacidade desses empreendimentos em prover desenvolvimento local por meio de suas características típicas.

A segunda frente se realiza em outra perspectiva de abordagem dos empreendimentos solidários. Focada na organização e influência que esses empreendimentos podem gerar em seus membros. Nessa abordagem, pesquisas têm se desenvolvido pelo diálogo entre as ciências sociais aplicadas e humanas, tais como a administração, a sociologia, a antropologia e a psicologia. Desenvolvem-se em uma região de fronteira multidisciplinar que promove para

a área da administração grande maturidade analítica, possibilitando estudos com vistas a se analisar e interpretar fenômenos organizacionais numa perspectiva que extrapola a mera racionalidade instrumental e gerencialista, pautada pelas clássicas descrições de modelos de gestão, adentrando pelo terreno intersubjetivo das organizações, principalmente no que concerne às relações estrutura-indivíduos.

A perspectiva de abordagem dessas pesquisas é dada pelas características ideais determinadas para os empreendimentos solidários (GAIGER, 1996; 2003), as quais revelam estes empreendimentos como organizações que propugnam formas de gestão mais humanas, não se determinando por modelo burocrático cuja racionalidade está voltada somente ao modelo instrumental. Ao contrário, são organizações que aliam os interesses econômicos com ações voluntárias e substantivas (FRANÇA FILHO, 2002), sendo tratadas como arranjos que, pela sua dinâmica, podem possibilitar uma emancipação do indivíduo, rompendo com a mera dimensão econômica, adentrando pela dimensão social e política.

Oliveira (2005a) e Liboni (2002) desenvolvem dois estudos nessa perspectiva, destacando os empreendimentos e seus sujeitos. Oliveira (2005a), ao considerar os empreendimentos solidários como modelo de gestão mais humanizador e voltado para a emancipação humana, faz um estudo da história de vida de um indivíduo, com objetivo de identificar as influências de sua inserção nesses empreendimentos nas transformações de sua identidade. Já Liboni (2002), de uma perspectiva psicossocial, estudou uma empresa de autogestão com objetivo de analisar como seus trabalhadores constituíram esse empreendimento e, principalmente, como eles vivenciam seus princípios e quais impactos que sua dinâmica promove em suas relações sociais.

Os resultados, nos dois estudos, apresentaram reflexões interessantes. Oliveira (2005a) concluiu que a inserção em empreendimentos solidários favoreceu condições objetivas e subjetivas que direcionaram o indivíduo estudado para mudanças no sentido da humanização

e emancipação. Já Liboni (2002) observou em seu caso a constituição de um empreendimento ainda híbrido, com características entre empreendimento solidário e empresa mercantil. De acordo com a autora, os fatores impeditivos para o desenvolvimento pleno das características autogestionárias do empreendimento são dados pelo baixo nível de educação formal, profissional e social, bem como baixo espaço reservado aos debates. Contudo, apesar de suas limitações na vivência dos preceitos solidários, a dinâmica organizacional deste empreendimento já permite algumas mudanças no trabalho de seus membros, principalmente, quanto ao ambiente e seu relacionamento com os companheiros. Há mais alegria em se trabalhar.

Analisa-se, dessas suas vertentes e desses estudos e pesquisas, dois pontos fundamentais: os empreendimentos solidários, suas formações e sustentabilidade (GAIGER, 1996, 2003; FRANÇA FILHO, 2002); e os empreendimentos solidários como promotores de dinâmicas organizacionais que geram comportamentos organizacionais de grande impacto na dimensão política e social dos indivíduos (OLIVEIRA, 2005a; LIBONI, 2002).

Nesses termos, alinhado à linha de pesquisa Gestão Humana e Social das Organizações do Programa de Pós-graduação em Administração de Empresas da Universidade Presbiteriana Mackenzie, esta dissertação aventura-se por adentrar nessa região de fronteira dos estudos organizacionais e de seus desdobramentos temáticos. Busca desenvolver um estudo que tem como objetivo “olhar”, de forma interpretativa, um empreendimento solidário, com ênfase para as questões políticas, sociais e humanas, a fim de contribuir para indagações que despertem o debate sobre a formação e a gestão desses empreendimentos.

Pretende-se, com isso, contribuir para os trabalhos que se voltam para os empreendimentos solidários e seus sujeitos, para preencher uma lacuna nos estudos da

administração, visto que estes estão concentrados, em sua maioria, na pesquisa dos modelos gerenciais dos empreendimentos, suas técnicas e competitividade.

Nesse sentido, o interesse da presente dissertação é o de descrever e interpretar o processo organizativo (SPINK, 1991; 1996) de uma empresa com objetivo de analisar a dinâmica do processo social vivido, desde sua formação até o momento atual. Sem direcionar a análise a um ponto específico, mas com olhar holístico para observar a história de um empreendimento, desde as motivações de sua iniciativa até a sua estrutura atual e a(s) influência(s) em seus membros.

A opção por se estudar o processo organizativo tem sua razão apresentada por Sato (1999, p.220), quando a autora, ao pensar em organizações como processo social (SPINK, 1991; 1996), orienta que se observe

como pessoas interagem para definir objetivos e para construir os meios para atingi-los, como constroem regras, rotinas e procedimentos num contexto conformado por duas ordens de realidade: de um lado pelo fato de as pessoas terem suas histórias de vida, suas expectativas e visões de mundo e também suas necessidades materiais particulares de sobrevivência; de outro, esse contexto também é conformado pelos recursos de que se dispõe, pela tecnologia que se domina, pela realidade de mercado e pela racionalidade econômica que vigoram como parâmetros para as relações nessa sociedade.

Defende-se, com isso, a interpretação de um processo organizativo como oportuno para se levar à reflexão e observação de várias indagações e temas que produzam *insights* e descoberta de portas de entrada interessantes para questões acerca dos empreendimentos solidários, sua formação, gestão, seus indivíduos e suas relações com a sociedade. A principal contribuição que se pretende nessa linha de abordagem é a de suscitar questões que venham subsidiar a análise da relevância desses empreendimentos em suas várias dimensões, relacionando-se com as demais produções de mesma temática.

Sendo assim, formulou-se a seguinte problemática de pesquisa: **Como os indivíduos constroem e vivenciam a gestão de um empreendimento solidário?**

O objetivo geral que direciona a problemática é

Ø Analisar e interpretar o processo organizativo de um empreendimento solidário

Para consecução de seu objetivo geral, estipularam-se os seguintes objetivos específicos:

Ø Descrever a história do empreendimento.

Ø Analisar o empreendimento (seu marco institucional e seu modelo de gestão).

Ø Interpretar a dinâmica organizacional do empreendimento e suas influências na vida de seus indivíduos.

O caso selecionado para ser estudado foi a *Cooperlírrios*, situada na RMC – Região Metropolitana de Campinas, na cidade de Americana, interior de São Paulo. A *Cooperlírrios* é uma cooperativa de reciclagem formada por antigos catadores de materiais recicláveis e/ou reutilizáveis.

A presente dissertação tem seu desenvolvimento verticalizado por meio de uma estrutura que se divide em cinco grandes blocos: Referencial Teórico, Metodologia, Apresentação dos Resultados, Análise dos Resultados e Considerações Finais.

O Referencial Teórico inicia-se pela Economia Solidária. De título *Por uma arqueologia genealógica da Economia Solidária*, seu desenvolvimento esboça, conceitualmente, as raízes e origens desse fenômeno. Aventura-se em adentrar na observação de suas manifestações, desenvolvimento e, principalmente, no debate da problemática que a caracteriza na contemporaneidade, chegando até suas singularidades no Brasil. Em um segundo momento, intitulado *Cooperativismo: filosofia e práxis*, apresenta-se o Referencial Teórico de cooperativismo, o qual desenvolve a temática, tendo em vista que as cooperativas são o principal expoente organizacional da Economia Solidária, e, respeitadas as condições ideais, tornam-se empreendimento solidário por excelência.

No segundo bloco, Metodologia, o item *O rigor do olhar: uma questão de bricolage*, desenvolve a metodologia utilizada na realização dessa investigação. Seu objetivo é construir a reflexão empreendida acerca do desenho metodológico adotado, justificando seus porquês.

O terceiro bloco, a Apresentação dos Resultados, reconstrói a história da *Cooperlários*, de sua origem até como ela está organizacionalmente estruturada atualmente. Pautado pelas narrativas levantadas nas entrevistas, na observação em campo e na análise de documentos, este item aborda o processo de concepção da idéia de se fundar uma cooperativa, passando por sua concretização e finalizando em como a organização está atualmente estruturada.

O quarto bloco, Análise dos Resultados, constrói uma interpretação por meio do desenvolvimento de três momentos observados no processo organizativo da *Cooperlários*: sua formação, sua construção e a vivência de sua dinâmica.

Finalmente, em Considerações finais, apresentam-se e desenvolvem-se as questões e indagações suscitadas durante o campo e a interpretação do caso, debatendo seus desdobramentos para os estudos organizacionais, bem como a possibilidade de novos estudos.

REFERENCIAL TEÓRICO

1. Por uma arqueologia genealógica da Economia Solidária

O referencial teórico de *Economia Solidária*, com título *Por uma arqueologia genealógica da Economia Solidária*, assume a tarefa de esboçar, conceitualmente, as raízes e origens desse fenômeno. Aventura-se ainda em adentrar na observação de suas manifestações, desenvolvimento e, principalmente, no debate da problemática que a caracteriza na contemporaneidade, chegando até suas singularidades no Brasil.

Para consecução desse objetivo, *Por uma arqueologia genealógica da Economia Solidária* divide-se em três itens: *Fenômeno arraigado como questão social*; *A Economia Solidária: problemática e conceitos* e *Economia Solidária no Brasil*. No primeiro item, buscam-se levantar as raízes que deram origem e respaldo ao discurso e prática atual do fenômeno de organização do trabalho arraigado na reação da classe trabalhadora à exploração capitalista, a partir de três importantes movimentos como marco: o luddismo, o cartismo e a organização coletiva do trabalho. O segundo item, *A Economia Solidária: problemática e conceitos*, trata de problematizar a construção do conceito com vistas a analisar seu principal discurso atual e, principalmente, apresentar seu meio de manifestação prático: a organização coletiva do trabalho na forma de empreendimentos solidários. Já em *Economia Solidária no Brasil*, procura-se analisar como essa economia se manifesta e é entendida no Brasil, mostrando seu caráter e, principalmente, fins.

1.1 Fenômeno arraigado como questão social

Adentrar pelos meandros da análise social pressupõe, dentre inúmeros desafios, o da aceitação *apriorística* da dificuldade de se datar historicamente as origens e raízes de um fenômeno social, de observar sua genealogia. Lechat (2002) destaca essa dificuldade ao comparar a tarefa do cientista social aos trabalhos de exploração da nascente do Rio Nilo,

levada a cabo por geógrafos no século XIX. Por ser um rio com inúmeras nascentes, com algumas delas dadas em lagos, sua marcação precisa é praticamente impossível, sendo objeto de grande polêmica e debate.

Nos fenômenos sociais a tarefa não deixa de ser tão diferente em essência. Ao se considerar a história como processual e dialética, torna-se difícil registrar um fenômeno social com início datado e registrado. Esses processos são demorados e, em geral, são reinterpretações de fenômenos antigos, modificados por novos contextos sociais, políticos e econômicos, tornando-se, em determinados momentos, significativos a um número considerado de agentes sociais, adquirindo sua relevância problemática enquanto fenômeno (LECHAT, 2002).

O desafio dessa exploração em busca das raízes da *Economia Solidária* pode-se iniciar pela análise do início do processo de consolidação do capitalismo como modo de produção dominante. Pautado pela dinâmica industrial em sua origem, o capitalismo resultou de tomada da racionalidade produtiva aliada ao avanço tecnológico dos meios de produção, provocando a reestruturação das relações sociais. Considerando a semântica do termo *revolução*, pode-se dizer que o nascimento do capitalismo impactou profundamente diversas dimensões da vida humana: a individual, a social, a política e a econômica, modificando toda estrutura e dinâmica até então vivenciadas.

Uma das principais revoluções desencadeadas pelo capitalismo foi sobre a ontologia do trabalho. O início do processo de gestação do capital determinou que a produção de um bem deixasse de ter um caráter de utilidade de uso para seu produtor e passe, necessariamente, à utilidade de troca (MARX, 1985). Não é mais relevante o valor de uso que uma mercadoria possui, mas, seu valor de troca, o qual subsidiará a reprodução do próprio capitalismo. Essa transposição da característica da utilidade da mercadoria produzida, que Marx (1985) coloca como valor de uso *versus* valor de troca, é a síntese da modificação ontológica do trabalho

que a própria mercadoria carrega em si. Um processo de transformação teleológica que marca profundas modificações no sujeito, no processo e na natureza do trabalho.

Para Muniz (1988), o capitalismo alterou a natureza do fim (enquanto finalidade) do trabalho e, por consequência, alterou a constituição do próprio sujeito. Se o trabalho era um processo de mediação entre o homem e a natureza para produção de bens úteis a quem desprende sua energia para tal, no capitalismo, caracterizado pela produção para troca, instaurou-se separação abrupta e determinante na cadeia meio-fim do ato de trabalho (em seu próprio pôr teleológico). Há uma separação entre o sujeito “que exerce a atividade imediata sobre a matéria (natureza), com objetivo de transformá-la, e aquele que determina a que ela se destina, qual seu fim de troca” (MUNIZ, 1988, p. 28). O que estava indissolivelmente ligado, homem-“seu trabalho”, como o trabalho dos artesãos, organizados em guilda, deu origem a partição alienante no sujeito do processo de trabalho, permitindo o surgimento da exploração fundamental na qual o capitalismo se sustenta: a extração de valor excedente, do lucro.

Tem-se, aqui, no bojo do capitalismo, a constituição do trabalho como algo alienante (MARX, 1985). O sujeito efetua o trabalho, porém não detém seu fruto. Ele deixa de ser proprietário dos resultados de seus esforços, alienando-se do processo. Como destacou Motta (1984, p.68), “quando o homem é separado de sua vida genérica, isto é, quando o sujeito perde a propriedade e controle de seu trabalho, esta perda significa também a perda de si mesmo”. Essa “partição alienante” do trabalho motivada pela produção para troca também teve impactos estruturais na dimensão social.

As relações de produção inexoravelmente começaram a se alterar, estruturando duas classes sociais antagônicas e bem definidas: os proprietários dos meios de produção de um lado (que determinavam o fim para troca) e os não-proprietários de outro (que produziam). Por meio dessa nova arquitetura social e das relações de produção que se conformavam, o próprio trabalho acabou por se institucionalizar como mercadoria. O trabalho deixou de ser

um ato ativo do homem em metabolismo com a natureza (MARX, 1985) para ser, de fato, um bem que determina não apenas a posição no estrato social, mas, também e principalmente, o maior meio de troca para subsistência dos não-proprietários dos meios de produção. Por sua força de trabalho, o homem coisifica-se em mercadoria. Nessa nova relação de produção capitalista, “o trabalho não produz apenas mercadoria, produz também o trabalhador como mercadoria dotada de preço no mercado de trabalho” (MOTTA, 1984, p.68). Constitui-se aos destituídos dos meios de produção a figura do trabalhador, como aquele que se coloca à venda por meio de sua força de trabalho.

O detentor do meio de produção também assume o papel de fundamental personagem, um ator desencadeador do processo produtivo, responsável por marcar passo na reprodução desse sistema (MUNIZ, 1998). Sob a insígnia de empresário e frente à grande velocidade do crescimento do mercado nascente, essa nova personagem tinha a responsabilidade de desenvolver eficientemente seu meio de produção. Com isso, a estrutura e dinâmica do trabalho passaram a se tornar algo a ser gerido, demandante de uma gestão técnica e profissional. Como primeira concepção desse processo, os empresários começaram a desenvolver sistemas gerenciais pautados por regimes de subcontratação e assalariamento que aos poucos foram dando formas às primeiras estruturas organizacionais de produção, caracterizadas por novas relações de trabalho fundamentadas em uma divisão técnica de funções. A imagem que se começa a conceber é a do chão de fábrica das manufaturas.

O marco simbólico de todo esse processo de gênese do capitalismo industrial, de seus impactos nas diversas dimensões (individual, social, econômica e política) e da concepção da indústria (enquanto organização) foi a Revolução Industrial, ocorrida na Inglaterra na segunda metade do século XVIII. Nesse período, a racionalização e a técnica científica a serviço do desenvolvimento das linhas produtivas das manufaturas incrementaram-se, trazendo grandes modificações no “como” e no “quanto” produzir. No campo tecnológico, as maiores

conquistas advieram das engenharias, que dotaram as linhas de produção com máquinas-ferramenta, e da administração, com os novos modelos de gestão (tayloristas).

As máquinas-ferramenta foram paradigmáticas nesse contexto. Foram a força-motriz dos empresários para um novo patamar produtivo, impactando a produção e a própria gestão do trabalho. Os trabalhadores já não eram os únicos receptáculos de força de trabalho, não eram mais os exclusivos ofertantes. O maquinário produtivo era capaz de não apenas aumentar exponencialmente a produção e sua qualidade, mas, principalmente, reduzir custos, controlar e extrair o sobretrabalho (*mais-valia*) mais eficazmente (MARX, 1985). No raciocínio marxiano, tem-se nesse ponto o corolário de que a Revolução Industrial, ao dotar as manufaturas de máquinas-ferramenta, aumentou a produtividade, e, com isso, o trabalho excedente. Como resultado, diminuiu o número de empregados e aumentou a exploração:

O aumento de produtividade resultante da introdução de máquina aumenta o trabalho excedente à custa do trabalho necessário, mas só obtém esse resultado diminuindo o número de trabalhadores empregados por um determinado volume de capital. Contudo, o aumento na taxa de mais-valia através de maior produtividade parece incapaz de compensar a queda da mais-valia decorrente da diminuição do número relativo de trabalhadores explorados: a contradição resultante é resolvida por um aumento da mais-valia absoluta, isto é, através do prolongamento da jornada de trabalho. (MARX *apud* MUNIZ, 1988, p. 29)

Como relata Singer (1999), os trabalhadores manufatureiros da época de consolidação do capitalismo eram de certa maneira qualificados e participavam de associações de ofício que tinham como objetivo regular e controlar o exercício profissional. Contudo, o incremento tecnológico das manufaturas começou a promover “competição” entre os trabalhadores e as máquinas, as quais só precisavam de uma extensão humana (seja homem, criança ou mulher) para funcionarem. As linhas de produção não apenas começaram a demitir e a explorar os trabalhadores, mas também, pelos ganhos de escala da produção, seus produtos ficavam bem mais baratos que os artesanais, sucateando de vez a concorrência com aqueles que ainda sobreviviam do trabalho artesanal.

Percebe-se desse processo que o trabalho re-significado como atividade alienante, a nova configuração material (manufaturas e tecnologia) e relações de produção levaram a outra realidade: a constatação de uma estrutura de dominação que inaugura a personagem *homo faber* (MARX, 1985), que, como proletariado, estava fadado a ser mera peça descartável de algo maior. Desse modo, pelo lado dos burgueses, cabia ao papel de empresários a possibilidade irrestrita por essa estrutura e contextos explorar ainda mais a massa de trabalhadores (maior jornada de trabalho com menos trabalhadores). O que reforçou aos trabalhadores a clara situação de recipientes únicos e descartáveis de força de trabalho – única e mera fonte disponível para se vender em troca de sobrevivência. Como concluiu Motta (1968, p.68), “sob o capitalismo, qualquer que seja a modalidade, o homem passa a produzir apenas para sobreviver, voltando, nesse aspecto, a confundir-se com os demais animais”.

Da velocidade nas transformações na natureza do ato de trabalho, estruturas sociais, econômicas e produtivas, desencadeadas pelo processo de consolidação do capitalismo industrial e acentuadas pela Revolução Industrial, obteve-se a formação de um mercado de trabalho precário, que carregou consigo grande massa de explorados, desempregados e aumento deflagrado da pobreza (ENGELS, 2002). Relegou-se à grande massa de trabalhadores a exploração no trabalho e a situação de extrema miséria, penúria e insalubridade. Engels (2002), em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, mostrou de forma surpreendente essa situação à qual foram jogados os trabalhadores. Nesse texto, o autor faz praticamente uma etnografia ao descrever detalhadamente a situação precária e subumana dos trabalhadores que viveram esse período de surgimento e consolidação das manufaturas e do mercado de trabalho, bem como o advento das máquinas-ferramenta como motores propulsores do capitalismo ávido por lucro.

Nesse contexto, em que o capital (MARX, 1985) dominava e marcava passo na produção a custos trabalhistas mínimos, observou-se o desenvolvimento de outro tipo de custo

que não era de natureza financeira, mas que, dado fora da contabilidade das empresas, começou a ser relevante: o custo social. Com a situação da classe nascente de trabalhadores no auge da exploração desenfreada pelos proprietários dos meios de produção, inevitavelmente configurou-se tenso contexto social que acabou por deflagrar grandes reações. Começaram a surgir na Inglaterra, França e Alemanha movimentos de defesa e libertação dos trabalhadores desse perverso processo, conjeturando o que os historiadores denominaram “questão social”. Tal expressão do custo social trazido à tona na consolidação do capitalismo manifestou-se, mais precisamente, a partir de três movimentos específicos: o luddismo, o cartismo e a organização coletiva do trabalho.

O luddismo (Inglaterra, 1811-1816) foi um movimento de “tomada de ação”. Revoltados com a situação, os trabalhadores liderados por Ned Ludd, ainda que meio desorganizados, manifestaram-se em atos violentos de destruição das máquinas das manufaturas. Interessante observar o caráter ativo desse movimento, de tomada de ação com hostilidade, pois demonstra nada ter de revolucionário com relação ao discurso, ou seja, não uma tomada de consciência propriamente dita, mas um ato estratégico para forçar uma melhora no acesso ao trabalho e ao emprego. De acordo com Hobsbawn (1981), os ataques às máquinas eram feitos quando os salários ou as condições de vida dos trabalhadores mudavam subitamente ou como uma forma de provocar uma greve mais prolongada, dado que a máquina quebrada era uma garantia de que as linhas produtivas não funcionariam temporariamente.

Esses trabalhadores, cegos à alienação que sofriam em seu próprio trabalho, revoltaram-se contra aquelas que eram, aparentemente, a causa mais perceptível de sua miséria: as máquinas. Por meio do brado “Quebrai as máquinas!”, transferia-se às máquinas o peso da miséria e da penúria. Como endossa Hobsbawn (1981), o trabalhador não estava preocupado com o progresso técnico em si, mas com um problema prático do desemprego e

sua condição de vida. Assim, o principal objetivo luddista era o de regular o mercado de trabalho (pela quebra das máquinas que minimizavam o uso da mão-de-obra) e evitar os furos de greves.

É possível analisar do luddismo que seus asseclas, alienados de sua própria condição, já haviam internalizado de certa forma o próprio sistema capitalista e acabaram por antropomorfizar as máquinas, tratando-as como concorrentes no mercado de trabalho: elas eram competidoras responsáveis pelo desemprego e baixos salários. Dessa maneira, em concorrência pela vida, restava apenas a destruição física daquelas que aos poucos pareciam tomar seus postos de trabalho, conseqüentemente, do meio de provimento e sustento da sobrevivência.

Em carta eloqüente e ameaçadora, o próprio Ludd deixa esse sentimento transparecer quando, em 1812, escreveu para um burguês:

Possuímos informações de que você é um dos proprietários que têm um desses detestáveis teares mecânicos e meus homens me encarregaram de escrever-lhe, fazendo uma advertência para que você se desfaça deles... Atente para que se eles não forem despachados até o final da próxima semana enviarei um dos meus lugar-tenente com uns 300 homens para destruí-los, e, além disso, tome nota de que se você nos causar problemas, aumentaremos o seu infortúnio queimando o seu edifício, reduzindo-o a cinzas; se você tiver o atrevimento de disparar contra os meus homens, eles têm ordem de assassiná-lo e de queimar a sua casa. Assim você terá a bondade de informar aos seus vizinhos de que esperem o mesmo destino se os seus tricotadores não sejam rapidamente desativados.

O luddismo, por seus atos violentos, não foi tão eficaz. Acabou por criar uma imagem negativa dos trabalhadores. Construiu-se para a classe trabalhadora um sinônimo de classe perigosa no imaginário social burguês, confundindo-se, quando não se misturando a ela, bandidos, prostitutas etc.

Diferentemente do luddismo quanto à forma, o cartismo inglês foi um movimento mais organizado e político, que nasceu por volta de 1836. Era um movimento reformista que apresentou seu programa por meio da “Carta do Povo”, escrita e defendida por Lovett. O objetivo era o de abrir um espaço ao debate político que inserisse a classe trabalhadora no

sistema como legítima detentora de direitos. As reivindicações do cartismo eram claras e buscavam retomar aos trabalhadores o *status* de atores sociais, e não, como ficou no imaginário após o luddismo, de uma classe perigosa. Para isso, reivindicaram, principalmente, a inserção positiva dessa classe no cenário político-institucional. Seus seguidores defendiam: o sufrágio universal; os diretos eleitorais homogêneos; o voto secreto; a eleição parlamentar anual; a elegibilidade dos não-proprietários e os subsídios para os deputados.

Logo, o desenvolvimento do capitalismo, num processo de alienação que chegou rapidamente ao seu ápice da subjugação do trabalho ao capital, deixou a maioria dos trabalhadores reclusos à miséria. Os trabalhadores, peças desse sistema maior, antes de perceber e de se revoltar contra a secção abrupta na natureza de próprio ato produtivo, reagiram, primeiramente, contra a expropriação severa da possibilidade de subsistir às próprias regras do sistema, vendendo sua força de trabalho, e, no segundo momento, por inserção política mais positiva na sociedade.

É por meio das reivindicações (direitos políticos, dignidade ao trabalhador, acesso ao emprego, melhores condições de vida, entre outros) que as primeiras reações à situação em que se encontravam os trabalhadores na consolidação do capitalismo (luddismo e cartismo) propuseram o que seriam as raízes do **discurso** da Economia Solidária. Pode-se dizer que tal origem confunde-se com as reações da classe trabalhadora à exploração do capitalismo, sendo, nesse sentido, fruto do custo humano da Revolução Industrial.

Entretanto, enquanto forma de manifestação **prática** mais articulada e sustentável, as raízes da Economia Solidária encontram-se, destacadamente, em outro importante movimento que começou a se estruturar concomitantemente ao luddismo e cartismo: a **organização coletiva do trabalho** - ações na esfera da produção e da representação que foram dadas por meio da fundação de cooperativas e de sindicatos.

A organização coletiva do trabalho nasce da reflexão sobre essa perversa “questão social” que se configurava. Pensadores começaram a indagar sobre o funcionamento estrutural do capitalismo e de seus impactos no contexto social, o que, aos poucos, acabou por formar correntes de pensamento que buscavam refletir e prescrever saídas para essa situação insustentável relegada aos trabalhadores.

Buber (1945), por exemplo, destaca seis principais pensadores que contribuíram em gerações distintas para a construção de um pensamento reflexivo e pró-ativo na luta contra a dinâmica capitalista e que visava uma “reestruturação da sociedade”: Saint-Simon (1760-1825); Fourier (1772-1837); Owen (1771-1858); Proudhon (1809-1865); Kropotkin (1842-1921); e Landauer (1870-1919).

É na análise dos pensamentos desses autores que se encontram reflexões acerca de nova forma de organização do trabalho oposta ao chão de fábrica capitalista, nas quais é possível constatar com mais clareza as raízes da Economia Solidária. São reflexões voltadas para uma forma de organização do trabalho que, por ser coletiva, apresenta, sob uma perspectiva socialista, características organizacionais que extrapolam a mera dimensão econômica, carregando consigo uma dimensão de transformação estrutural política e social. Pelos escritos desses pensadores, inicia-se a construção de um arcabouço que subsidiou a criação de processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo. Características que colocam as primeiras iniciativas de organização coletiva do trabalho como uma mobilização política de dimensão e relevância social. Processo que, pela primeira vez, por volta de 1840, cunhou a expressão *movimento social* como categoria de movimento para designar o surgimento do movimento operário europeu (SCHERER-WARREN, 1987).

Conclui-se que as raízes do que se conceitua atualmente como Economia Solidária encontram-se na construção prática e reivindicatória (luddismo e cartismo) e reflexão discursiva e organizacional (organização coletiva do trabalho) reativa à exploração do

capitalismo. Trata-se, portanto, de um movimento ideológico precursor e oriundo de movimento social operário que extrapola a luta da mera necessidade material, adquirindo peso político dentro de uma tradição socialista de pensamento.

1.2 A Economia Solidária: problemática e conceitos

As raízes discursivas, práticas e organizacionais da Economia Solidária estão na construção de um movimento político da classe trabalhadora contra os resultados perversos do processo de consolidação do capitalismo industrial. Na perspectiva histórica e crítica de alguns autores, como Singer, a consolidação desse tipo de Economia é, no limite, pilar de potencial contra-revolução à revolução capitalista. Como analisa Singer (1999), do mesmo modo que houve uma revolução social capitalista que, por meio de avanços tecnológicos, consolidou novas relações de produção, fundando uma nova sociedade com resultados perversos à classe trabalhadora, há também uma potencial revolução social socialista em curso. Uma revolução social enquanto processo de mudanças sociais estruturais lentas, que se iniciou na Inglaterra, há dois séculos, por meio da formação de sindicatos, aprovação de legislação trabalhista, sistema de seguridade social e, destacadamente, das cooperativas (SINGER, 1999).

Desenvolvida por Singer (1999, 2000a; 2003), essa reflexão está atrelada aos socialistas utópicos, os quais propunham mudança lenta e pacífica em direção a sociedade socialista marxiana: uma sociedade de produtores livres associados. Sociedade que, teoricamente, possui estreitos laços com as correntes de pensamento anárquicos de Proudhon, Bakunin e Luxemburg, defensores de uma organização autogestionária do trabalho. A Economia Solidária, portanto, é, nessa visão, um movimento político e social de fundamentos

e princípios opostos ao capitalismo, adquirindo dimensão socialista (SINGER, 1999; 2000a; 2003).

Entretanto, a despeito de suas raízes estarem na reação operária e intelectual aos resultados do capitalismo, no desenvolvimento de iniciativas empreitadas em defesa do trabalhador e, principalmente, na organização coletiva do trabalho, como analisado no item *Fenômeno arraigado como questão social*, seu conceito é dado *a posteriori*, extemporâneo a suas raízes. Trata-se, pois, da formatação conceitual plural de discurso e prática que absorve de maneira crítica todas essas experiências, tendo nas iniciativas de organização coletiva do trabalho a consolidação de seu núcleo central, seu principal pilar. Desse modo, o conceito Economia Solidária é uma noção atual, mais ampla e acabada que já carrega em si a síntese de um debate que incorpora várias experiências de reação ao capitalismo a partir de ações que possuem como seu ponto central e fundamental a organização coletiva de trabalho.

A organização coletiva de trabalho no âmbito da Economia Solidária refere-se às experiências de Economia Social arraigadas nos pensamentos socialistas, as quais são caracterizadas pela associação de pessoas em gestões democráticas para produzir e reproduzir meios de vida, segundo relações de solidariedade, reciprocidade e igualdade. As três formas principais dessa Economia são as cooperativas, as mutualidades e as associações.

De acordo com Wautier (2004, p.65), a Economia Social trata de

um conjunto de organizações e empresas cujas atividades produtivas respondem a princípios prioritários: adesão livre, democracia interna (uma pessoa, uma voz), lucratividade limitada (reinvestimento dos excedentes na ação social e não-lucratividade individual dos associados), respeito da dimensão humana da atividade e solidariedade.

É no século XX, ao se incorporarem todos os clássicos socialistas e as experiências vividas até então na Europa de Economia Social, que se forja o conceito mais preciso de Economia Solidária. Os autores que se incumbiram de tal tarefa foram Laville (1994) e Eme

(1994) (LECHAT, 2002; FRANÇA FILHO, 2002). Laville (1994) constrói o conceito de Economia Solidária como:

Um conjunto de atividades econômicas cuja lógica é distinta tanto da lógica do mercado capitalista quanto da lógica do Estado. Ao contrário da lógica capitalista, centrada sobre o capital a ser acumulado e que funciona a partir de relações competitivas cujo objetivo é o alcance de interesses individuais, a economia solidária organiza-se a partir de fatores humanos, favorecendo as relações onde o laço social é valorizado através da reciprocidade e adota formas comunitárias de propriedade. Elas se distinguem também da economia estatal que supõe autoridade central e formas de propriedade institucional. (LAVILLE, 1994 *apud* LECHAT, 2002, p.5).

Próximo dessa linha, Singer (2000a, p.13) define a Economia Solidária como a base de um novo modo de distribuição que é alternativo ao capitalismo. Um modo de produção que “casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização desses meios (do capitalismo)” e que é criado e recriado, principalmente, por aqueles que se encontram marginalizados do mercado de trabalho.

França Filho (2002) aponta que Laville (1994) e Eme e Laville (1994; 1996) em seus trabalhos utilizaram o termo Economia Solidária principalmente para tentar dar conta da forte emergência e proliferação de iniciativas e práticas socioeconômicas diversas na Europa, as quais estavam assumindo a *forma associativa* e tinham como objetivo responder a *certas problemáticas locais específicas*.

A Economia Solidária, pois, não remete apenas a iniciativas econômicas associativas da Economia Social, mas incorpora o objetivo claro de responder a certas problemáticas locais específicas, trazendo elementos relevantes para entendê-la como conjunto de iniciativas econômicas caracterizadas por serem meios pelos quais se busca realização de fins sociais (FRANÇA FILHO, 2002). Com isso, alarga-se em movimento complexo de dimensões políticas e sociais, que extrapola a mera organização coletiva do trabalho. Esse alargamento pode ser apreendido pela diferenciação tipológica dos conceitos de Economia Social e Economia Solidária de Wautier (2004). Como demonstra a autora, os conceitos de Economia

Social e Economia Solidária são muitos próximos. Contudo, existe pequeno ponto que permite diferenciação, dando maior peso político e social contemporâneo à Economia Solidária.

Para Wautier (2003, p.110), a Economia Solidária incorpora a Economia Social completamente, entretanto, “acentua a noção de projeto, de desenvolvimento local e de pluralidade das formas de atividade econômica, visando à utilidade pública, sob a forma de serviços diversos, destinados, principalmente, mas não exclusivamente, à população carente ou excluída”.

Nesse sentido, como apontaram Leville e Eme (1994), a Economia Solidária ao tratar de iniciativas de organizações coletivas e solidárias para superar dificuldades estruturais locais, carrega em si dois termos que são noções historicamente dissociadas (iniciativa econômica e solidariedade) que acabam se incorporando, colocando a solidariedade na elaboração de atividades econômicas coletivas locais (FRANÇA FILHO, 2002).

As iniciativas de Economia Solidária, com isso, acabam, por corolário, invertendo os princípios da economia tradicional de concentração de riquezas, tornando-se formas de luta política da sociedade para a instituição de nova relação com a economia. Constitui-se em movimento complexo que, por suas características, é destacadamente composto pelas dimensões econômica, política e social.

Logo, pode-se entender a Economia Solidária como um fenômeno de forma singular de organização e atuação que, pela organização coletiva do trabalho, constitui espaço que não é só econômico, mas de recuperação e de re-significação de valores e práticas sociais sucateadas e esquecidas pelo capitalismo. Ao propiciar inclusão e reconstrução pessoal dos indivíduos excluídos (GAIGER, 1996; 2003), proporciona novas iniciativas locais portadoras de outro modo de funcionamento e finalidades, reunindo personagens preocupados em

articular inserção econômica positiva com fins de estabelecimento de liame social (FRANÇA FILHO, 2002).

Essas iniciativas de organização coletiva de trabalho, portadoras do discurso e prática da Economia Solidária, podem ser entendidas como *empreendimentos solidários* (GAIGER, 1996; 2003). Conforme Gaiger (1996; 2003), esse tipo de empreendimento apresenta as características ideais de: autogestão; democracia; participação; igualitarismo; cooperação; auto-sustentação; desenvolvimento humano e responsabilidade social.

Observa-se que a complexidade do fenômeno Economia Solidária e seu desafio encontram-se nas características que suas iniciativas de organização coletiva de trabalho (empreendimentos solidários) possuem em equilibrarem distintas e diversas lógicas que a atravessam. Por se tratarem de iniciativas coletivas e solidárias de organização de trabalho para problemas locais, essas iniciativas não podem ser observadas estrita e exclusivamente pela ótica da racionalidade econômica. Os empreendimentos solidários encontram-se na problemática que determina dois traços característicos (hibridação de economias e construção conjunta da oferta e da demanda) que se apresentam em uma forte tensão entre três economias (mercantil, não-mercantil e não-monetária) e duas lógicas (instrumental e substantiva) (FRANÇA FILHO, 2002). Para observar essas distintas lógicas que atravessam o funcionamento das organizações coletivas e solidárias de trabalho, França Filho (2002) propõe a visão polanyiana, com base na economia plural.

De acordo com França Filho (2002), a relevância de se interpretarem as experiências dos empreendimentos solidários da Economia Solidária pela economia plural ocorre pelo fato de não se reduzir ao mercado e a uma única racionalidade econômica de visão neoclássica esse tipo de empreendimento, que detém dimensões além da econômica. A economia plural é um conceito desenvolvido por Polanyi, que extrapola a existência de apenas um comportamento econômico, incorporando pluralidade de princípios. Para Polanyi, conforme

desenvolve França Filho (2002), existem quatro grandes princípios do comportamento econômico: o mercado auto-regulado, a redistribuição, a administração doméstica e a reciprocidade.

Esses princípios resumem-se a três formas de economias: mercantil, não-mercantil e não-monetária. A economia mercantil caracteriza-se pelo princípio do mercado auto-regulado. Nesse caso, as trocas são marcadas pela impessoalidade e pela equivalência monetárias. As trocas, assim, são dadas por características utilitaristas que visam o estabelecimento de valores de trocas, pelo preço, entre os bens. Já a economia não-mercantil, funda-se no princípio da redistribuição. Ela é marcada pela verticalização das trocas e tem caráter obrigatório. Existe, nesse caso, a figura de uma instituição superior, como o Estado, que se apropria de recursos com objetivo de distribuição. E, finalmente, a economia não-monetária, a qual se fundamenta pelo princípio da reciprocidade. Nessa economia, as trocas são pela lógica da dádiva maussiana, constituída pelo: dar, receber e retribuir. Assim, a circulação dos bens tem por objetivo constituir e manter laços sociais de reciprocidade.

Desse modo, observar a noção de economia plural é ultrapassar a idéia da economia de mercado como única fonte de riqueza, identificando-a entre três pólos de complementaridade. Pensar em forma de produção e distribuição de riqueza “não necessariamente contra o mercado, mas a seu favor, entretanto sob a condição de que o mercado seja submetido a outros princípios, ou melhor, que esteja engastado ou enraizado junto a outros registros de práticas”. (FRANÇA FILHO, 2002, p.6).

1.3 Economia Solidária no Brasil

Lechat (2002) destaca que os empreendimentos de Economia Social (cooperativas, mutualidade e associações) surgem geralmente em cachos, tomados pelo impulso de

dinâmicas socioeconômicas fruto de grande crise econômica. Considerando que as crises não são idênticas e os atores e promotores também não o são, pode-se observar que há diversas ondas de Economia Social com personalidades diversas (LECHAT, 2002).

Na Europa, berço do movimento que deu origem à Economia Social (WAUTIER, 2004), Lechat (2002) identifica três momentos de explosão reativa de iniciativas de organização coletiva do trabalho a crises: a primeira, nos anos 1830 e 1840 do século XIX, quando o trabalho corporativo passou a ser concorrencial, promovendo o nascimento de sociedades de socorro mútuo, cooperativas de produção e balcões alimentícios; a segunda, nos anos 1873-1895, que, pela modernização e investimentos na agricultura e recursos naturais, relegaram aos pequenos produtores as cooperativas agrícolas e de crédito como meios de sobrevivência; e, a terceira, nos anos 1929-1932, a qual provocou uma crise da regulação concorrencial e capitalista, levando à necessidade de intervenção estatal nas políticas econômicas e sociais.

No Brasil, pode-se dizer que os empreendimentos de Economia Social, principalmente do sistema cooperativista, obtiveram sua primeira onda na terceira onda européia, nos anos 1929-1932. Entretanto, as duas maiores ondas brasileiras podem ser determinadas nos anos 1970-1980 e, destacadamente, nos anos 1990-2000. Na segunda onda, anos 1970-1980, nova crise do capitalismo, decorrente pelas duas crises do petróleo, realinhamento de fluxos de capitais, acentuação da globalização, entre outros, trouxe grandes conseqüências à economia brasileira e mundial. Dentre elas, apresentam-se fechamento de empresas, conseqüente desemprego maciço, e reestruturação empresarial cuja adoção de padrões mais flexíveis de produção, como o toyotismo, levou à perda da hegemonia taylorista-fordista, provocando reconfiguração nos padrões de acumulação. Na terceira onda, anos 1990-2000, observou-se expansão dos processos de reestruturação produtiva dos anos 1970-1980, reforçado pelo esgotamento da política industrial brasileira, a abertura comercial, a hegemonia do capital

financeiro, entre outros. Fatores que produziram perversos reflexos no mercado de trabalho brasileiro: aumento expressivo do desemprego, somado a precarização nas relações de trabalho, ampliando, consideravelmente, o número de informais e excluídos. Dessa maneira, as transformações no mundo do trabalho e organização econômica brasileira nesse período desencadearam notável processo de empreendimentos da Economia Social.

Tais iniciativas de empreendimentos da Economia Social disseminados pelo Brasil, por meio de cooperativas de vários ramos, bancos comunitários, associações, sejam no campo ou na cidade, em reação às crises desses dois períodos, começaram a confirmar e a constituir em seu conjunto a Economia Solidária no Brasil. Conseqüentemente, deu-se o início desse tipo de empreendimentos solidários (GAIGER, 1996; 2003) como alternativa. De acordo com Singer (2000a, p. 25),

a economia solidária ressurgiu, de forma esparsa, na década de 1980 e tomou impulso na segunda metade dos anos 1990, resultando em movimentos sociais de reação à crise de desemprego em massa, em 1981, e se agravando com a abertura do mercado interno às importações, a partir de 1990.

Desse modo, destacadamente na década de 90, a Economia Solidária no Brasil nasce como movimento pela inclusão no mercado de trabalho, diretamente ligada ao contexto de crise econômica e exclusão social e suas conseqüências, como o desemprego, a marginalidade, a precarização, a informalidade etc. Sua tomada de corpo como movimento político, social e de reflexão acadêmica inicia-se, mais concretamente, conforme relata Singer (2000b), por meio de programas das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP), que teve sua origem na Coordenação dos Programas de Pós-graduação e Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ). De acordo com Singer (2000b), o objetivo das Incubadoras era utilizar recursos humanos e conhecimento das universidades para formação, qualificação e assessoria de trabalhadores para a constituição de organizações coletivas e autogestionárias de trabalho, promovendo a inserção de excluídos e marginalizados no mercado de trabalho.

Desde 1999, as Incubadoras (ITCP) das universidades brasileiras constituíram uma rede, com vistas a trocar experiências e melhorar a metodologia de incubação, colaborando, segundo Singer (2000b), para a nacionalização do movimento para Economia Solidária. Todavia, deve-se destacar que a Economia Solidária não se formou apenas no âmbito universitário, mas conquistou a luta e incentivo de outros agentes de destacados e importantes papéis, tais como: a Igreja Católica, ONGs, sindicatos, prefeituras e governos. A Igreja Católica, por exemplo, por meio do Cáritas, promoveu intenso incentivo e ação nas iniciativas de Economia Solidária.

É em 2003, no Governo do Presidente Lula, que a Economia Solidária assume seu caráter mais estrito. Torna-se política pública e, principalmente, ganha sua institucionalização federal. Foi no ano de 2003, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, que se criou a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES. O principal objetivo da SENAES é “promover o fortalecimento e a divulgação da Economia Solidária, mediante políticas integradas, visando à geração de trabalho e renda, inclusão social e promoção do desenvolvimento justo e solidário” (MTE, 2006). Para alcançar esse objetivo, a SENAES elaborou seus objetivos específicos que são os seguintes:

- Ø Elaborar e propor medidas para a articulação de Políticas de Finanças Solidárias, em suas múltiplas modalidades, ampliando a escala de suas operações, os serviços financeiros prestados e legitimando novas institucionalidades econômicas.
- Ø Intervir na reformulação do arcabouço legal que regula as cooperativas e propor a adoção de um Estatuto do Empreendimento Autogestionário, que permita consolidar sua identidade, programar um sistema de proteção a seus trabalhadores e orientar as ações de fiscalização.
- Ø Difundir e fortalecer os empreendimentos autogestionários, com a promoção do desenvolvimento de tecnologia adequada; apoiar materialmente as agências de fomento da Economia Solidária; articular cadeias produtivas, ampliando a produção, distribuição e consumo dos produtos da *Economia Solidária*, apoiando o consumo ético e o comércio justo.
- Ø Estimular e promover a produção de conhecimento voltado para a Economia Solidária, articulando para tanto políticas de educação e de pesquisa; definir um sistema de acompanhamento e de avaliação de seu desenvolvimento;

disseminar experiências bem sucedidas e disponibilizar um sistema de informações.

- Ø Fortalecer os espaços de organização e de participação da sociedade civil e dos demais entes governamentais, na formulação de políticas públicas para a economia solidária e implantar o Conselho Nacional de Economia Solidária (MTE, 2006).

Pelo mesmo ato legal que institucionalizou a SENAES, em 2003, foram criados, ainda, o Conselho Nacional de Economia Solidária – CNES e o Fórum Brasileiro de Economia Solidária com objetivo de consolidar uma estrutura sólida para o fomento da Economia Solidária. O Conselho Nacional de Economia Solidária - CNES foi concebido como um órgão consultivo e deliberativo de interlocução permanente entre a SENAES e os setores da sociedade civil e do Governo Federal que atuam em prol da Economia Solidária. Suas duas principais atribuições são: a proposição de diretrizes para as políticas de Economia Solidária dos Ministérios e Secretarias que o integram e o acompanhamento da execução dessas políticas. O Conselho é formado por 56 entidades divididas entre três setores: Governo, Empreendimentos de Economia Solidária e Entidades Não-governamentais de fomento e assessoria à Economia Solidária (MTE, 2006).

Com essa estrutura - SENAES, CNES e Fórum - foi consolidada, em 2005, a plataforma da Política Federal de Economia Solidária, chamada de Programa Economia Solidária em Desenvolvimento.

Conclui-se que a Economia Solidária começa a se constituir no Brasil como movimento que busca e propõe iniciativas para superar as crises social e econômica que geraram grande exclusão social. Para isso, alimenta-se de nova expressão do movimento cooperativista (NASCIMENTO, 2004). Trata-se de um cooperativismo, que extrapola a Economia Social (WAUTIER, 2004), sustentando-se nos empreendimentos solidários (GAIGER, 1996; 2003). O discurso da Economia Solidária brasileira pauta-se, então, pelo valor atribuído à democracia, igualdade e autogestão dentro dos empreendimentos, portando para si uma espécie de ressurreição de valores que fazem parte da cultura do movimento

operário: solidariedade, autogestão, autonomia, mutualismo, economia moral e outros (NASCIMENTO, 2004).

2. Cooperativismo: filosofia e práxis

Intitulado *Cooperativismo: filosofia e práxis*, o Referencial Teórico de Cooperativismo desenvolve essa temática, tendo em vista que as cooperativas são o principal expoente organizacional da Economia Solidária, e, respeitadas as condições ideais, tornam-se empreendimento solidário por excelência.

Para resgatar o cooperativismo e entendê-lo como movimento de uma organização típica, *Cooperativismo: filosofia e práxis* possui dois objetivos principais: o primeiro, analisar a origem do pensamento cooperativista, bem como traçar a consolidação de sua doutrina e movimento a partir de sua principal experiência – Rochdale, chegando até o movimento brasileiro; o segundo, desenvolver de uma perspectiva organizacional o que se entende por organização cooperativa, como ela se estrutura, seu modelo e peculiaridades que idealmente podem vir a torná-la empreendimento solidário.

Para isto, *Cooperativismo: filosofia e práxis* está estruturado em cinco itens: *Owen e os Pioneiros de Rochdale: as origens do cooperativismo*; *O cooperativismo: princípios doutrinários e estruturantes*; *A organização cooperativa*; *Cooperativismo no Brasil*; e *Cooperativismo e o Cooperativismo Popular: releituras para novo cooperativismo*

Em *Owen e os Pioneiros de Rochdale: as origens do cooperativismo*, resgatam-se os pensamentos de Owen, grande precursor da organização coletiva do trabalho nos moldes cooperativistas, e, por meio da implementação da Plataforma de Rochdale, analisa-se o marco simbólico da fundação do cooperativismo e os porquês de sua importância para consolidação de uma doutrina propriamente dita. No segundo item, *O cooperativismo: princípios doutrinários e estruturantes*, desenvolve-se, a partir da experiência de Rochdale, a

consolidação de princípios do cooperativismo como base da formação de uma doutrina que estrutura a cooperativa como organização de características próprias. O terceiro item, *A organização cooperativa*, estuda a cooperativa enquanto organização, suas características, estrutura e modo de gestão - autogestão. Em *Cooperativismo no Brasil*, situa-se o desenvolvimento do movimento em terras brasileiras, seu perfil e características. E, finalmente, em *Cooperativismo e Cooperativismo Popular: releituras para novo cooperativismo*, analisa-se o novo cooperativismo brasileiro, que transforma e caracteriza a cooperativa como empreendimento idealmente solidário.

2.1 Owen e os Pioneiros de Rochdale: as origens do cooperativismo

O cooperativismo nasceu em meio às reflexões e ações desencadeadas pela efervescência política da reação dos trabalhadores às reestruturações dadas no devir de consolidação do capitalismo industrial. A principal bandeira de seu movimento foi a disseminação da organização coletiva do trabalho como saída à exclusão e exploração, por meio de sindicatos e cooperativas.

Em sua raiz, o cooperativismo obteve a influência de pensadores socialistas utópicos, como Proudhon, Fourier, Owen, King, Buchez, Blanc e outros. Dos pensadores e líderes que refletiram sobre formas alternativas de organização coletiva do trabalho para superação da exploração capitalista, pode-se destacar para a origem do cooperativismo, sem hipótese de excluir as demais influências, os pensamentos e, principalmente, os empreendimentos de Owen.

Robert Owen (1771-1858) é uma personagem interessante e fundamental para análise do surgimento do cooperativismo por três motivos: as idéias que propagava; as ações que encetou; e seu próprio papel como ator social. Diferente de muitos pensadores da época,

Owen foi um industrial. *Status* que já o coloca em papel ímpar na sociedade, pois, apesar de estar ao lado da gerência do capital, como burguês detentor de meio de produção, desenvolveu métodos pouco convencionais e ortodoxos de gestão para sua época e cargo. Ao contrário dos pressupostos tayloristas predominante à época, o método de gerência de Owen em suas indústrias têxteis era pautado pela redução da jornada de trabalho e uma série de outras ações que beneficiavam e visavam dar maior conforto e moral aos seus trabalhadores (salários; seguridade social; educação; moradia etc.).

Os porquês dessa gerência particular e participativa, por alguns considerada “mais humana” e na contramão da tendência hegemônica, podem ser entendidos pela análise de seus pensamentos, apresentados em seus livros *A formação do caráter humano*, de 1814, e *Uma nova visão de sociedade*, de 1823. Nesses textos, Owen deixa transparecer forte influência rosseauiana. Considera o homem “bom por natureza”, sendo sua corrupção fruto do contexto no qual está inserido. Há certo viés determinista darwinista da moral, que leva ao raciocínio de que o sistema capitalista corrompe o homem. E dada a situação alienante, deturpada, explorada e precária na qual o homem estava se inserindo na consolidação do capitalismo, para se chegar a uma *nova sociedade*, era necessário intervir em todo o sistema social. Havia a necessidade de se tomar ações com vistas a *reformular* essa estrutura social, o que tornaria o homem, por corolário, mais uma vez “bondoso”, retornando-o a sua natureza.

O caminho para essa reforma, entendida como “aperfeiçoamento” do meio social, ocorreu pela modificação das relações de produção, com a reorganização da produção. Foi por esse caminho que Owen, apesar de industrial, tornou-se grande precursor do socialismo utópico, denominado na corrente de pensamento como um socialismo associacionista. A sua linha de raciocínio considerava a indústria em si algo benéfico, pois permitia barateamento dos produtos via escala de produção, facilitando o acesso a bens. Contudo, as relações de produção formadas em seu seio eram totalmente injustas e maléficas, sendo necessária grande

reforma. Propugnava, então, que a indústria deveria ser colocada sob controle dos trabalhadores e seus resultados distribuídos igualmente, fruto de trabalho comum. Como alternativa, propôs que fossem formadas ao redor de cada manufatura/fábrica aldeias cooperativas nas quais os meios de produção fossem geridos coletivamente pelos trabalhadores (SINGER, 1999).

Owen sustentava a idéia de que, ao se criar uma estrutura organizacional cooperativista e autogerida de produção, criar-se-ia ambiente econômico e social positivo para os indivíduos. Afinal, estimular-se-ia a colaboração e o respeito entre os trabalhadores, o que produziria um ambiente positivo de convivência e produção, no qual os indivíduos tenderiam a minimizar suas características egoístas, tornando-se *puramente* associativistas (aqui se encontra, indubitavelmente, o caráter utópico do owenismo).

Esse pensamento etiológico não se restringiu apenas à teoria ou à gerência de suas empresas. Owen também empreitou ações políticas que tinham por objetivo empreender e implantar suas idéias. Não apenas motivou, mas foi peça-chave na relação empresários-governo para concretização de inúmeras iniciativas patronais e trabalhistas.

Aos poucos, o owenismo, como popularmente se designa seu pensamento, foi se proliferando e adquirindo o discurso de alguns redutos de trabalhadores da Inglaterra da metade do século XIX. Seu pensamento deslanchou a formação de centenas de cooperativas, tendo sido fundamental sua liderança pessoal para algumas lutas operárias e orientação políticas de sindicatos na formação de cooperativas. Mas, como relembra Singer (1999), toda ação política gera reação, e tais atos geraram repreensão violenta por parte da classe capitalista burguesa. Como resultado, alguns sindicatos fecharam e outros se tornaram clandestinos, fadando muitas cooperativas ao fracasso.

Ao se resgatarem as organizações cooperativas na história, observa-se que suas primeiras tentativas de implantação datam do século XVIII. Observa-se, na literatura,

divergência quanto ao país de origem da experiência cooperativista. Alguns defendem que o cooperativismo surgiu na França e outros, que seu surgimento ocorreu na Inglaterra.

A corrente que defende seu nascimento na França, em 1808, pauta-se pelas ações de Fourier, defensor da formação de colônias familiares como solução para os problemas sociais. Essas colônias seriam constituídas em comunidade societária, responsável por promover a igualdade e o fim do assalariamento. Entretanto, é a segunda corrente que domina a maior parte da literatura sobre cooperativismo, apontando o surgimento de sua história e movimento na Inglaterra, há mais de 150 anos, quando da fundação da *Rochdale Society of Equitable Pioneers*, em 1844, na região de Rochdale, Manchester.

A história da *Rochdale Society of Equitable Pioneers*, também conhecida como *Plataforma de Rochdale*, ocorreu em uma das regiões inglesas mais atingidas pelo devir excludente do capital. Os trabalhadores dessa região sofriam cotidianamente com crises de fome, desemprego, precariedades sanitárias e habitacionais. Já em situação de risco, esses trabalhadores iniciaram greves reivindicatórias para melhoria de suas condições de vida, quase todas sem sucesso. Até que em 1844, após outra fracassada greve, 28 tecelões, militantes owenistas e/ou cartistas, resolveram como alternativa e ação própria constituir oficialmente um empreendimento cooperativo de consumo para aquisição de alimentos a preços mais justos.

As idéias desses tecelões, que ficaram conhecidos como Pioneiros de Rochdale, estavam muito além da mera criação de um instrumento para solução de problemas circunstanciais ora vivenciados. Eles buscavam, principalmente, o resgate dos ideais de colônias cooperativas autônomas, democráticas e auto-suficientes, onde prevalecesse a ajuda mútua, a igualdade social e fraternidade (ARGOLO, 2002). Esse espírito democrático e solidário almejado para o empreendimento pode ser explicitamente observado na redação de seu plano de fundação.

A sociedade tem por fim realizar um benefício pecuniário e melhorar as condições domésticas e sociais de seus membros, mediante a economia de um capital formado por ações de uma libra esterlina, para colocar em prática os seguintes projetos:

1. Abrir um armazém para a venda de gêneros alimentícios, vestuário, etc.
2. Comprar ou construir casa para os membros que queriam ajudar-se mutuamente, a fim de melhorar as condições de sua vida doméstica e social.
3. Fabricar artigos que os associados julguem convenientes, com objetivo de proporcionar trabalho aos membros desempregados ou subempregados (ou “com salários insuficientes”).
4. Assim que possível, a Sociedade organizará a produção, a distribuição e a educação no seu próprio meio e com seus próprios recursos ou, em outros termos, organizará uma colônia autônoma em que todos os interesses serão comuns. A sociedade auxiliará as demais sociedades cooperativas que desejarem fundar colônias semelhantes.
5. ‘Com o fim de propagar a abstinência, a Sociedade abrirá, em um dos seus locais, um estabelecimento de temperança’ (PINHO, 1982, p.32).

Consolidada, a experiência da *Plataforma de Rochdale* rapidamente logrou sucesso.

Como destaca Misi (2000), em 1850, a cooperativa já havia incorporado sua primeira empresa e, em 1854, já chegava à marca de 900 associados. A *Plataforma* tornou-se modelo a ser seguido e seus ideais estatutários disseminados pelo mundo afora. Singer (1999) relata, por exemplo, casos de formação de cooperativas na Inglaterra, França e Alemanha ligadas à luta operária, as quais, apesar de diferentes na forma e modelo (créditos rurais; urbanas; trabalho; consumo etc.), estavam todas sob as diretrizes e bases organizacionais de características cooperativistas *rochdaleanas*.

Analisa-se, com isso, que as razões históricas e simbólicas de se considerar a *Plataforma de Rochdale* como origem do movimento cooperativista pela maior parte da literatura encontram-se no fato de que, a despeito de outras experiências terem existido antes, como os moinhos de Woolwich e Chatham (1760, Inglaterra), os tecelões de Fenwich (1769, Escócia), os moinhos e padarias na França de 1793 e a *Oldhan Co-operative Supply Company* (1795, Inglaterra), foi somente e primeiramente com a experiência de Rochdale que se institucionalizou o padrão organizacional e normativo de cooperativa que acabou por servir de base para seu movimento. Foram seus Pioneiros que primeiro sistematizaram em Estatuto o que consideravam ser os princípios, os valores, a estrutura e a dinâmica do que viria a ser o empreendimento solidário.

2.2 O cooperativismo: princípios doutrinários e estruturantes

O primado do ideário cooperativista está arraigado nos pensadores de tradição socialista, que tinham por objetivo propor a reformulação da sociedade por meio da organização coletiva do trabalho. Na prática, ele se constituiu por inúmeras iniciativas de organização coletiva do trabalho, das quais algumas vingaram, outras não. Aos poucos, principalmente a partir da experiência de Rochdale, esse ideário revelou-se um movimento que foi ganhando embasamento e experiência, adquirindo um caráter doutrinário.

É interessante observar no cooperativismo que, apesar de nascer enquanto modelo na Inglaterra (Rochdale), o desenvolvimento mais claro de sua doutrina é possível de ser constatado na França. Por iniciativa de Boyve, Fabre e Gide, professores franceses de economia política, foi fundada na França, em 1886, a Escola de Nimes, com objetivo de discutir problemas sociais ocasionados pelo desenfreamento do capitalismo, tornando-se rapidamente uma entidade doutrinária de disseminação institucional do cooperativismo, uma espécie de programa oficial do movimento cooperativista francês (PINHO, 1977).

O discurso doutrinário por detrás da defesa da organização coletiva de trabalho cooperativista é o de que esse modelo centra no indivíduo suas condutas e ações econômicas, promovendo liberdade econômica, social e democrática. É uma proposta de reforma do meio socioeconômico, concretizada de maneira gradual e pacífica por meio da implantação de cooperativas (PINHO, 2004).

O entendimento da doutrina cooperativista e seu modelo organizacional, como algo reformador tanto do homem como da sociedade, como seu próprio precursor Owen propugnava, podem ser dados pela análise dos valores e princípios que os regem. Foram pelas mãos, suor e dedicação dos pioneiros tecelões de Rochdale, quando da criação de um modelo de organização e de gestão cooperativista que alcançassem com sucesso os objetivos

solidários de sua fundação, que foram formulados sete princípios fundamentais: adesão livre; controle democrático; devolução ou retorno sobre as compras; juros limitados para o capital; neutralidade política e religiosa; vendas em dinheiro e à vista; e fomento ao ensino (IRION, 1997), os quais são, ainda hoje, as expressões e os sentidos dos valores, ideais, espírito e práticas organizacionais cooperativistas: ajuda mútua, responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade (OCB, 2006).

Esses sete princípios fundamentais *rochdaleanos* foram formulados por meio das experiências anteriores vividas pelos seus membros (owenistas e cartistas) e que, pela prática de sucesso do empreendimento, permanecem até os dias atuais. Para se adaptar aos contextos contemporâneos, esses princípios foram ajustados pela ACI – Aliança Cooperativa Internacional às mudanças e diversidade cultural do mundo (TESCH, 2000). Os princípios já passaram por três revisões: 1937, em Paris; 1966, em Viena; e 1995, em Manchester. As revisões foram dadas em grandes consultas e discussões da ACI - Aliança Cooperativa Internacional, em que participaram teóricos e acadêmicos do cooperativismo, dirigentes de cooperativas e representantes de seu movimento (SCHNEIDER, 1999).

Os sete princípios ficaram, conforme descreve Tesch (2000), assim estabelecidos pela ACI – Aliança Cooperativa Internacional, em 1995:

A. Adesão livre e voluntária

As cooperativas são organizações abertas a todas as pessoas aptas a usar seus serviços e dispostas a aceitar as responsabilidades como sócios, sem discriminação social, racial, política ou religiosa e de gênero.

O princípio da adesão livre e voluntária trata diretamente do estabelecimento de critérios básicos para a adesão e a saída de indivíduos dos empreendimentos cooperativos. Seu conteúdo determina que a cooperativa seja aberta, isto é, ninguém é obrigado a ingressar em seu quadro, porém, quando consciente de sua vontade, seu acesso será livre e destituído de

discriminação. Contudo, na prática, deve-se levar em conta que algumas cooperativas, por questões técnicas, podem limitar ou restringir o número e/ou tipo de sócios. De uma perspectiva econômico-administrativa, pode-se dizer que o primeiro princípio estabelece que, dada a cooperativa ser um empreendimento econômico, fica a critério do cálculo do indivíduo (custo *versus* benefício) sua opção de adesão ou não. Destaca-se que esse raciocínio econômico-racional não é regra, podendo se ter a adesão de indivíduos por causas altruísticas, entretanto, considera-se uma disposição residual.

B. Controle democrático pelos sócios

As cooperativas são organizações democráticas, controladas por seus sócios, os quais participam ativamente no estabelecimento de suas políticas e na tomada de decisões. Nas cooperativas singulares, os sócios têm igualdade na votação (um sócio, um voto), independentemente do volume de quotas-partes.

O princípio do controle democrático pelos sócios está relacionado à gestão da empresa. Trata-se, portanto, de estabelecer que todas as esferas de decisão da organização, de seus objetivos aos seus meios de realização e gestão de suas operações, serão tomadas de modo democrático, no qual cada indivíduo tem direito a um voto. Sendo todas as informações disponibilizadas para os cooperados. Nesse sentido, a determinação de poder e ponderação de voto não estão pautadas pela participação no capital aportado pelos indivíduos na organização, mas na existência de um trabalhador-sócio. Com isso, a gestão democrática desvincula a decisão do capital e a centraliza no trabalho. Tal princípio remete, também, ao sistema de autogestão, foco do cooperativismo.

C. Participação econômica dos sócios

Os sócios contribuem de forma equitativa e controlam democraticamente o capital de suas cooperativas. Parte deste capital é de propriedade comum das cooperativas. Usualmente os sócios recebem juros limitados (se houver algum) sobre o capital, como condição de sociedade. Os sócios destinam as sobras aos

seguintes propósitos: desenvolvimento de cooperativas (possibilitando a formação de reservas, parte dessas pode ser indivisível); retorno aos sócios na proporção de suas transações com as cooperativas e apoio a outras atividades que forem aprovadas pelos sócios.

O princípio da participação econômica dos sócios apresenta um controle democrático do capital, o qual está diretamente subordinado ao trabalho. Há remuneração do capital, todavia, os resultados são destinados ao trabalho e sua produção, depois de pagos todos os fatores da organização.

D. Autonomia e Independência

As cooperativas são organizações autônomas para ajuda mútua, controladas por seus membros. Entretanto, em acordo operacional com outras entidades, inclusive governamentais, ou recebendo capital de origem externa, elas devem fazê-lo em termos que preservem o seu controle democrático pelos sócios e mantenham sua autonomia.

O princípio da autonomia e independência estabelece o caráter autônomo da cooperativa. Seus rumos e decisões gerenciais são dados em assembleias de cooperados, não havendo interferência de externos. É a normativa que também baliza a possibilidade da autogestão. Pode-se dizer ainda que esse princípio, atualizado ao contexto atual, é reflexo da tomada do cooperativismo como política pública pelo Estado. Assim, os governos podem fomentar a implementação de cooperativas, porém, devem preservar suas características ontológicas e, principalmente, de independência.

E. Educação, treinamento e informação

As cooperativas proporcionam educação e treinamento para sócios, dirigentes eleitos, administradores e funcionários, de modo a contribuir efetivamente para seu desenvolvimento. Eles deverão informar ao público em geral, particularmente os jovens e os líderes formadores de opinião, sobre a natureza e os benefícios da cooperação.

O princípio de educação, treinamento e informação retoma a questão da importância do cooperativismo como organização que promove reforma na vida e nas condições socioeconômicas dos cooperados. Nesse sentido, esse princípio foca a necessidade de disseminação do movimento para que os sócios o entendam e, desse modo, estejam preparados para assumir a cooperação na prática. Esse princípio também carrega a função de disseminação do cooperativismo pela sociedade.

F. Cooperação entre cooperativas

As cooperativas atendem seus sócios mais efetivamente e fortalecem o movimento cooperativo, trabalhando juntas em estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais (já existem diversos exemplos na prática de parcerias entre cooperativas: de consumo com agropecuárias, agropecuárias com trabalho, de consumo com artesanato, das habitacionais com as cooperativas de trabalho na construção civil etc.).

Esse princípio retoma fortemente as primeiras iniciativas de Rochdale, que propunha a colaboração entre colônias ou associações cooperativas, com idéia de fortalecer não apenas o movimento, mas criar sinergias e complementaridades nas organizações em si enquanto movimento.

G. Preocupação com a comunidade

As cooperativas trabalham pelo desenvolvimento sustentável de suas comunidades, através de políticas aprovadas por seus membros.

A cooperativa, como iniciativa solidária, é capaz de se organizar e potencializar desenvolvimento local. O princípio da preocupação com a comunidade estabelece que para a cooperativa crescer e respeitar sua razão filosófica deve estimular a promoção da elevação geral da qualidade de vida de seus sócios e da comunidade a sua volta.

Analisa-se que a institucionalização desses princípios, bem como sua revisão, têm como objetivo constituir as bases teóricas comuns da doutrina do movimento cooperativista. Por corolário, os princípios adquirem, dessa forma, caráter estruturante fundamental de seu modelo organizacional. São diretrizes de conduta e atuação das cooperativas, os quais, alinhados com os pressupostos filosóficos e operacionais da organização coletiva do trabalho, institucionalizam e modelam a cooperativa enquanto organização específica; tornam-se, inclusive, referência internacional de prática e reflexão, contribuindo para a formação de identidade organizacional cooperativista.

Desses princípios pode derivar a definição geral, doutrinária e identitária de cooperativas, conceituando-as como empreendimentos solidários, abertos, geridos de forma democrática, autônoma e independente, para centralizar a remuneração no trabalho, neutra de interesses políticos, religiosos e/ou de raça, cujo objetivo é promover o desenvolvimento de seus sócios e comunidade local.

2.3 A organização cooperativa

Schermerhorn, Hunt e Osborn (1995) definem organização como conjunto de pessoas que atuam juntas em criteriosa divisão do trabalho para alcançar propósito comum. Por sua vez, Parsons (1960) observava as organizações como unidades sociais (ou agrupamentos humanos) intencionalmente construídas e reconstruídas a fim de atingir objetivos específicos. No mesmo caminho, Robbins (1999) entende organizações como unidade social conscientemente coordenada, composta de duas ou mais pessoas, que funciona de maneira relativamente contínua, com intuito de atingir objetivo comum.

O conceito de organização formulado ao longo do tempo, apesar de conter perspectivas multifacetadas, contém em seu fulcro temas e variáveis comuns, a saber:

indivíduos, estrutura e instrumentalismo (uma considerável relação racional de adequação entre meios e fins). Nesse sentido, a organização pode ser entendida como resultado da construção racional de estrutura dinâmica coordenada, criada por indivíduos para execução de fim comum (de trabalho, produção, serviços, reflexão etc.).

Por se tratar de estrutura física e social construídas, as organizações tornam-se *locus* primordial de interações e relações sociais, que se conformam em múltiplas dimensões: indivíduo(s)-indivíduo(s); indivíduo(s)-grupo(s); grupo(s)-grupo(s); organização-indivíduo(s); organização-grupo(s); bem como com o meio externo. Spink (1996) apreende essa relação entre estrutura organizacional e dinâmica social, adotando uma visão psicossocial das organizações. Nessa perspectiva, a organização é analisada como um processo social por excelência, de relevante dimensão simbólica, sendo sua existência o resultado da dinâmica de certo agrupamento humano dotado de uma ação coletiva específica e orientada para realização de determinado conjunto de interesses (SPINK, 1991; 1996). Sato (1999, p.220) resgata esse conceito e desenvolve a importância do entendimento da organização como processo social, destacando que ele direciona os esforços de análise:

Para pensar como pessoas interagem para definir objetivos e para construir os meios para atingi-los, como constroem regras, rotinas e procedimentos num contexto conformado por duas ordens de realidade: de um lado pelo fato de as pessoas terem suas histórias de vida, suas expectativas e visões de mundo e também suas necessidades materiais particulares de sobrevivência; de outro, esse contexto também é conformado pelos recursos de que se dispõe, pela tecnologia que se domina, pela realidade de mercado e pela racionalidade econômica que vigoram como parâmetros para as relações nessa sociedade.

Nesses termos, no processo de conformação das organizações, entendido como processo organizativo, a ação coletiva não gera apenas os interesses coletivos do agrupamento, mas também cria e re-significa toda a história e materialidade da organização e de seus protagonistas (SPINK, 1996; SATO, 1999). Tal perspectiva permite entender as organizações como frutos de processos organizativos de caráter, simultaneamente, político, social, individual, cultural e econômico, dados por uma intensa e constante ação humana.

Observa-se, com isso, que para análise do processo organizativo são demandadas duas visões abrangentes fundamentais: a primeira, sobre o modelo ideal de organização a que se pretende alcançar *a priori*, sua estrutura técnica racional ideal, bem como as bases legais que a sustentam e a regem; a segunda, mais relevante, trata da interpretação dos processos de natureza psicossocial e política que ocorrem na interação intra-agrupamento e dessa com o meio externo, no devir de construção da organização, ou seja, a análise de como o grupo dota de significado seu modelo de organização ideal e legal.

A segunda e mais relevante visão, que trata da interpretação dos processos de natureza psicossociais, deve ser apreendida pelo estudo, análise e interpretação de como o agrupamento se constituiu, como promoveu e promove suas interações sociais, simbólicas e políticas na construção das estruturas organizacionais, bem como a vivência de sua dinâmica. Sendo possível, nessa visão, interpretar mais do que a história da organização, mas suas peculiaridades, como ela se conformou a um modelo, dadas às características intrínsecas de seus indivíduos.

Já a visão que trata do modelo ideal de organização pretendido pressupõe uma análise geral de como a organização está ideal e racionalmente estruturada, tendo em vista uma forma organizacional já constituída *a priori*. Implica a análise dos pressupostos de determinada estrutura organizacional, anterior à análise dos processos sociais de sua construção por determinado grupo. Por essa visão, torna-se possível refletir acerca de como as organizações idealmente são modeladas e como estas pretendem agregar os indivíduos para consecução de uma tarefa específica, o trabalho.

Primeiramente, então, para o caso específico dessa pesquisa, faz-se necessário entender idealmente o que é uma cooperativa enquanto organização. Como ela se organiza ideal e estruturalmente a partir de seus princípios doutrinários.

As cooperativas foram se estruturando enquanto organização com o crescimento e a disseminação doutrinária dos ideais do cooperativismo mundo afora. Enquanto forma e tipo específico de organização, reconhecido e de bases estruturais comuns, sua definição só foi dada em 1948, por ocasião do Primeiro Congresso da Aliança Cooperativista Internacional – ACI. Nesse congresso, realizado em Praga, conforme descreve Polônio (1999, p.19), ficou assim definida uma cooperativa:

Será considerada como cooperativa, seja qual for a constituição legal, toda a associação de pessoas que tenha por fim a melhoria econômica e social de seus membros pela exploração de uma empresa baseada na ajuda mínima e que observe os princípios de Rochdale.

No Brasil, uma definição mais técnica, inclusive, foi institucionalizada no Seminário Brasileiro de Cooperativas de Trabalho, em 1983:

As Cooperativas de Trabalho são organizações de pessoas físicas, reunidas para o exercício profissional comum, em regime de autogestão democrática e de livre-adesão, tendo como base primordial o retorno ao cooperado do resultado de sua atividade laborativa, deduzidos exclusivamente os custos administrativos, a reserva técnica e os fundos sociais. (PINHO, 1984, p.251).

Posteriormente, em 1995, no Congresso Centenário da Aliança Cooperativa Internacional – ACI, redefiniu-se o conceito de identidade cooperativa, sendo incorporada à definição de cooperativa um tom mais abrangente, menos técnico, e mais valorativo:

Cooperativa é uma associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidade econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida (OCB, Relatório de Atividades, 1999).

Já em definição geral, doutrinária e identitária construída a partir de seus sete princípios, conforme desenvolvido no item 2.2, *O Cooperativismo: princípios doutrinários e estruturantes*, as cooperativas podem ser conceituadas como empreendimentos solidários abertos, geridos de forma democrática, autônoma e independente, com função de centralizar a remuneração no trabalho e, neutra de interesses políticos, religiosos e/ou de raça, possuem como objetivo promover o desenvolvimento de seus sócios e da comunidade local.

Percebe-se, da evolução histórica de sua própria definição e à luz de seus princípios, seja essa definição mais técnica ou valorativa, que, no fulcro da questão, se entende por cooperativa um tipo de organização de forma mista entre associação e empresa. Ou seja, sua forma organizacional e pressupostos resgatam de maneira clara seus ideários de fundação, bem como suas experiências de organização coletiva de trabalho como alternativo às relações de produção capitalistas de assalariamento. Pinho (1982), inclusive, ressalta esse ponto, destacando para o fato de que uma estrutura organizacional cooperativa é uma simbiose entre uma associação e uma empresa, o que a confere um *status* relevante, pois a faz ultrapassar a dimensão e o aspecto meramente econômico de produção e adentrar, significativamente, na dimensão social. Como Pinho (2000) descreve, as cooperativas são organizações formadas pelo auxílio mútuo entre os indivíduos, que somam seus esforços, quotas-parte de capital, e assumem o risco de empreendimento para prestar serviço a elas próprias. Não havendo visão estrita de lucro e de multiplicação do capital social da organização, objetivos típicos dos empreendimentos capitalistas.

Contudo, apesar de ser uma organização voltada para prática associativista, pautada na ajuda mútua, ainda é focada no indivíduo, porém de maneira diferente de individualismo egoísta. Como regem seus princípios, a cooperativa é uma estrutura organizacional típica que visa a livre reunião de indivíduos para o alcance de objetivos que são comuns a todos, sem restrição. Eis o diferencial, que a afasta do caráter mercantilista. Nessa livre iniciativa, a organização de economia coletiva, sob os auspícios de estrutura administrativa democrática específica, tem seu capital concebido como *meio* para realização dos fins institucionais, e não fim em si mesmo. Como analisou Tesch (1995, p.12), a cooperativa “é administrada e desenvolvida em função unicamente dos seus associados e trabalhadores, técnicos e administradores, todos com os mesmos direitos e obrigações”. A cooperativa busca “gerar de maneira autônoma um instrumento de produção ou prestação de serviços para melhor inserção

no mercado de trabalho” (TESCH, 1995, p.12), que, conseqüentemente, gere a melhora do próprio indivíduo.

Destaca-se, dessa forma, a essência e forma com que uma organização cooperativa se difere da organização mercantil (tipicamente capitalista). A reflexão comparativa entre a organização cooperativa e a mercantil é interessante, pois apresenta pontos de inflexões valiosos para se analisar os diálogos estruturais e os seus princípios organizativos, entre os quais as formas pelas quais o trabalho, os indivíduos e o lucro são internalizados e entendidos em suas respectivas estruturas.

Conforme esquematizaram Pinho (1984) e Tesch (1995), as organizações (para os autores, sociedades) cooperativas e mercantis podem ser diferenciadas, no geral, pelo tipo de organização e estrutura, mas, principalmente, com relação ao seu fim existencial. A organização cooperativa é um sistema organizacional e social para atuar no mercado por meio do trabalho desenvolvido por seus associados, em livre adesão. Seu fim é prover, por meio do trabalho cooperado e da autogestão, a inserção social e melhoria de vida de seus associados. Já as organizações mercantis atuam no mercado por meio da contratação da mão-de-obra, com função única de produzir e vender bens e serviços para sustento e lucro dos detentores de capital.

Na essência, percebe-se que, enquanto na organização cooperativista o fim é o indivíduo e seu trabalho, na mercantil o fator principal é a remuneração do capital dos detentores dos meios (sejam acionistas, empresários etc.).

Os termos de comparação técnica entre cooperativas e sociedades mercantis montado por Pinho (1984) e Tesch (1995) passam, necessariamente, pelas seguintes questões: participação dos indivíduos *versus* participação do capital; objetivos e prioridades da organização; controle e processo decisório e relações e dinâmicas entre os indivíduos dentro da estrutura organizacional.

No quadro apresentado por Tesch (2000), esquematiza-se, idealmente:

QUADRO 1 - Comparação entre organização cooperativa e organização mercantil

Organização Cooperativa	Organização Mercantil
O fator principal é o indivíduo.	O fator principal é capital.
Controle democrático; cada indivíduo um voto.	Controle proporcional ao capital; cada cota acionária é igual a um voto.
Organização de indivíduos, sem a figura do “patrão”.	Sociedade de capital, com a figura do “patrão”.
Controle de “baixo para cima”.	Controle de “cima para baixo”.
Propriedade pertencente aos trabalhadores associados.	Propriedade é privada, pertencente aos investidores.
Retorno/renda em função do trabalho realizado.	Retorno/renda em função do capital.
Indivíduo é considerado como um sujeito ativo, livre, igualitário e solidário.	Indivíduo é considerado como objeto, empregado subordinado.

Fonte: Elaborado pelo autor do estudo a partir de Tesch (2000).

O ponto crucial da estrutura organizacional cooperativa, que a instrumentaliza como capaz de atingir seu fim normativo, filosófico e existencial de gestão livre e democrática, é a autogestão. A autogestão possibilita a essência e o princípio democráticos da organização cooperativa, dotando-a de dimensão além da econômica, mas também política. Nesse sentido, a autogestão torna-se, no limite, a síntese de todos os princípios, valores e características da doutrina cooperativista, desde seus principais pensadores, precursores e pioneiros.

Enquanto modalidade de gestão, a autogestão está arraigada ao pensamento anárquico, particularmente em Proudhon, nas concepções de sindicalismo revolucionário europeu e norte-americano e na idéia de autogoverno industrial dos socialistas gildistas (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 1998).

Os primeiros esboços de uma participação democrática nas relações de trabalho foram dados em linhas gerais pelo casal Webb, quando, em 1897, introduziram a expressão

democracia industrial, com a conotação de democracia econômica. Entretanto, a paternidade da autogestão está em Proudhon (MOTTA, 1981). Como apresenta Motta (1981, p. 133), a autogestão enquanto concepção normativa ideal para organização da sociedade foi dada por Proudhon, que

empregou o seu conteúdo, não restringindo o sentido de uma sociedade autônoma à simples administração de uma empresa pelo seu pessoal. Ele deu, pela primeira vez, à sua concepção, o significado de um conjunto social de grupos autônomos, associados tanto nas suas funções econômicas de produção quanto nas funções políticas. A sociedade autogestionária, em Proudhon, é a sociedade organicamente autônoma, constituída de um feixe de autonomias de grupos se auto-administrando, cuja vida exige a coordenação, mas não a hierarquização.

Ao defender a “negação da burocracia e de sua heterogestão, que separa artificialmente uma categoria de dirigentes de uma categoria de dirigidos” (MOTTA, 1981, p. 166), Proudhon lançou as bases ideológicas para a propriedade coletiva como organização coletiva do trabalho, organicamente autônoma e autogerida, de distribuição igualitária da riqueza gerada. Para Proudhon, essa concepção ia diretamente contra o Estado, o qual, da forma como estava estruturado, só servia para manter e apoiar a heterogestão, sustentando controle de dominação do homem pelo homem. Dessa forma, a organização coletiva do trabalho, como imaginava Proudhon, anarquista e baseada na livre associação de produtores, promoveria a organização de comitês de operários para direção de unidades produtivas, que, por sua vez, reunir-se-iam em instâncias superiores, levando, com isso, esse sistema às suas últimas conseqüências e fim: a anulação da necessidade do Estado (MOTTA, 1981).

Uma curiosidade destacada por Motta (1981) é a de que Proudhon nunca se utilizou do termo autogestão. Esse termo, para designar um empreendimento autônomo, democrático e coletivo, veio mais tarde, nos anos 60 do século passado, como tradução do servo-croata *samoupravlje*, para designar a experiência iugoslava de Tito. Foi na Iugoslávia dos anos 1950, por meio de sistema de organização econômica e estatal nos moldes proudhonianos, que o termo *autogestão* entrou para linguagem política e assim foi disseminado.

A experiência na Iugoslávia é paradigmática à autogestão, pois foi uma experiência relativamente completa e duradoura. Como analisou Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998, p.78),

o modelo de autogestão, inventado na realidade pelos dirigentes iugoslavos, justificou-se como meio de conseguir um mais rápido desenvolvimento do sistema econômico e, ao mesmo tempo, uma imediata emancipação da condição salarial: como meio, em substância, de superar, segundo a tese oficial marxista-leninista, os próprios termos da contradição (atribuída à experiência soviética) entre pressupostos materiais do socialismo (“desenvolvimento das forças produtivas”) e modificação, nesse sentido, das relações de produção. Desde meados dos anos 50, a realização deste modelo (a chamada “via iugoslava para o socialismo”) levou, através de uma série de reformas institucionais, à desagregação do anterior sistema monolítico de molde soviético e à estruturação de três subsistemas – convencionalmente: economia, autonomias locais e partido – cujas intrincadas interações definem o caráter particular de democracia participativa que assumiu este ordenamento, submetido, de resto, a freqüentes reformas institucionais: quatro constituições federais de 1946 a 1974, além de muitas outras leis fundamentais.

As principais diretrizes, reformas e ações da autogestão iugoslava que deram sustentação à experiência, como apontam Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998), ocorreram pela determinação de que a propriedade dos meios de produção seria pública, estatal, sendo assim, a gestão, a participação direta e seus benefícios transferidos aos trabalhadores, sem intervenção do Estado. Implementou-se o sistema no qual há abolição da distinção entre os trabalhadores e os diretores, bem como se transferiram todos os riscos e vantagens do empreendimento aos próprios trabalhadores (contudo, havia rendimento mínimo estabelecido por lei). Ademais, criaram-se conselhos operários que, eleitos, representavam a organização em órgãos estatais.

A partir dos escritos de Proudhon e da experiência concreta na Iugoslávia, é possível esboçar, de uma maneira abrangente, um conceito de autogestão. Um modelo que pode ser assim entendido:

Um sistema de organização das atividades sociais, desenvolvidas mediante a cooperação de várias pessoas (atividades produtivas, serviços, atividades administrativas), em que as decisões relativas à gerência são diretamente tomadas por quantos aí participam, com base na atribuição do poder decisório às coletividades definidas por cada uma das estruturas específicas de atividade (empresa, escola, bairro etc.) (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 1998, p.74)

A autogestão, de nascimento normativo no campo social, nas esferas política e social, incorporou-se como base de organização coletiva do trabalho, em particular, nas organizações cooperativas, pressupondo, assim, um modo de organização trabalhista cujos meios de produção são coletivos, sem haver, necessariamente, separação entre concepção e execução do trabalho.

2.4 Cooperativismo no Brasil

Historicamente, pode-se dizer que o cooperativismo chegou ao Brasil na metade do século XIX, em 1847, quando o médico francês Faivre, seguidor dos pensamentos de Fourier, fundou, no interior do Paraná, a colônia Tereza Cristina, organizada em bases cooperativistas (SESCOOP, 2005). Entretanto, só se observou maior formação de cooperativas em solo brasileiro, mesmo que de forma dispersa, a partir do final do século XIX (CULTI, 2002). De acordo com o levantamento de Culti (2002), as primeiras cooperativas brasileiras nesse período foram primeiramente as de consumo nas cidades e, num segundo momento, as agrícolas no campo. As pioneiras, destacadamente de consumo, foram: a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Companhia Paulista, em Campinas (SP), e a Sociedade Econômica Cooperativa dos Funcionários Públicos de Minas Gerais, ambas em 1887; a Cooperativa Militar de Consumo, no Rio de Janeiro (RJ), em 1894, e a de Camaragibe (PE), em 1895; e a Associação Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica, em Limeira (SP), no ano de 1899. Como destaca Singer, todavia, nenhuma dessas primeiras formas cooperativas no Brasil eram genuinamente autogestionárias, pois todas elas eram geridas por indivíduos assalariados.

Ao contrário do que se observou na Europa, sendo a origem da formação de cooperativas pautada por movimento operário, o surgimento do cooperativismo no Brasil foi

promovido por uma ação “*top-down*”. Em terras tupiniquins, como analisou Misi (2000), a implantação do cooperativismo agrícola foi feita pelas elites agrárias, levada a cabo como política de controle social e marcada em seu devir pelo forte controle estatal. Mesmo assim, a segunda e a terceira gerações de cooperativas brasileiras, ainda que de forma deturpada, mantiveram certos aspectos dogmáticos da doutrina cooperativista formada a partir da experiência de Rochdale.

A origem do cooperativismo brasileiro foi marcada por grande lacuna institucional e legislativa, principalmente quanto à natureza jurídica desse tipo de organização. Um dos primeiros marcos legais foi o Decreto nº 979, de 1903. Esse decreto regulava, ao mesmo tempo, sindicatos e cooperativas de consumo e de produção. Sendo essa distinção jurídica que de fato separou o sindicalismo do cooperativismo mais tarde, em 1907, pelo Decreto nº 1.673.

Nesse imbróglio jurídico-institucional acerca do cooperativismo, ocorreu que, a despeito do número inicial até representativo de cooperativas constituídas nesse período, o movimento caminhou lentamente no Brasil até metade do século XX. Foi com a crise econômica mundial desencadeada pela Depressão de 1929 que o cooperativismo ganhou novo estímulo e incentivo no Brasil, pois começou a ser utilizado discretamente como política pública. Pode-se dizer que a tomada do cooperativismo, enquanto movimento e prática no Brasil, ocorreu a partir de 1932. Os motivos para a datação de 1932, ano-chave para o cooperativismo brasileiro, são dados por dois fatores. O primeiro é que as cooperativas se tornaram uma política de interesse do Estado, principalmente para política agrícola. À época, o Estado Varguista começava a observar no cooperativismo um meio para a reestruturação das atividades agrícolas. O segundo foi a promulgação, por Vargas, do Decreto nº 22.239/32, que regulamentava a organização e funcionamento das cooperativas, definindo melhor as suas peculiaridades, bem como consagrando as postulações doutrinárias de seu movimento (CULTI, 2002).

Foi no ano de 1959 que se definiu e se institucionalizou, pela primeira vez, cooperativismo como política de Estado. Pelo Decreto nº 59/59 definiu-se a Política Nacional do Cooperativismo que, regulamentado em 1967 pelo Decreto-lei nº 60.597, culminou na criação do Conselho Nacional de Cooperativismo, bem como se definiu o “ato cooperativo”. Por esse ato específico, determinou-se que as operações de ordem econômica entre cooperados e cooperativas não seriam caracterizadas por operações comuns de compra e venda (OLIVEIRA, 2005b).

Após esse período de apoio e expansão, mais uma vez, o cooperativismo no Brasil começou a sofrer dificuldades institucionais, como, por exemplo, a perda de incentivos fiscais na reforma tributária de 1966 e 1967. Foi mais tarde, durante o governo Médici, que o cooperativismo voltou a ser focado como uma política de Estado e passou a ser encarado como um movimento relevante dentro da sociedade brasileira (CULTI, 2002). Nesse período foi promulgado o Decreto-lei nº 5.764/71, que não apenas regulamentou o funcionamento das cooperativas, como também criou a Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, órgão nacional de representação da categoria.

O Decreto-lei nº 5.764/71 expressa, em seu artigo 4º, incisos de I a XI, que:

- Cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais pelas seguintes características:
- I. Adesão voluntária com número limitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços.
 - II. Variabilidade do capital social representado por cotas-parte.
 - III. Limitação do número de cotas-parte do capital para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento das obrigações sociais.
 - IV. Inacessibilidade das cotas-parte do capital a terceiros, estanhos à sociedade.
 - V. singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade.
 - VI. Quorum para o funcionamento e deliberação da Assembléia Geral baseado no número de associados e não do capital.
 - VII. Retorno das sobras líquidas do exercício.
 - VIII. Indivisibilidade dos Fundos de Reserva e de Assistência Técnica Educacional e Social.
 - IX. Neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social.
 - X. Prestação de assistência aos associados e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa.

- XI. Área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços.

Percebe-se que o Decreto-lei nº 5.764/71, apesar de pesadas concessões em sua letra, tratou-se de um avanço ao movimento cooperativista brasileiro, pois segue de certo modo os preceitos de Rochdale, bem como já incorpora regras administrativas para a organização.

Em resgate ao que já tinha sido determinado pelo Decreto-lei nº 60.597/67, o Decreto-lei nº 5.764/71, em seu artigo 79, definiu ato cooperativo como os atos “praticados entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aquelas e pelas cooperativas entre si, quando associadas, para consecução dos objetivos sociais”. Em parágrafo único, determina o artigo 79 que “o ato cooperativo não implica operação de mercado, nem contrato de compra e venda de produto ou mercadoria”. A definição do ato cooperativo é de grande relevância, pois é a natureza jurídica deste ato que determina que os negócios-fruto gerados por estes não sejam tributados, uma vez que tratam de operações destinadas a proveito comum de todos os membros da sociedade.

Em suas regras administrativas, no Capítulo IX – Dos Órgãos Sociais, o Decreto-lei nº 5.764/71 determina como a estrutura organizacional de uma cooperativa deve ser desenhada. Conforme texto do Decreto-lei, as cooperativas devem estruturar-se por: Assembléias Gerais (Ordinárias e Extraordinárias); Conselho de Administração ou Diretoria; e Conselho Fiscal.

As Assembléias Gerais são o órgão supremo da organização cooperativa. É o espaço simbólico da autogestão, podendo deliberar sobre todas as suas atividades e seus negócios. Trata-se da reunião dos cooperados com objetivo de deliberarem, por meio de procedimento democrático, sobre qualquer questão acerca da organização. Todas as deliberações tomadas nessa instância são vinculadas a todos os cooperados por termos de responsabilidade e diretos, mesmo aos ausentes e/ou discordantes. De acordo com respectivo Decreto-lei, as Assembléias Gerais Ordinárias devem ocorrer, obrigatoriamente, nos primeiros três meses após o término do exercício social (normalmente, até dia 31 de março) e sua principal pauta é a apresentação

pelo Conselho de Administração do balanço e do demonstrativo de sobras ou perdas apuradas. Já as Assembléias Extraordinárias podem acontecer a qualquer tempo e tem por função deliberar sobre quaisquer interesses dos cooperados. A principal competência das Assembléias é deliberar sobre reformas no estatuto, fusão, incorporação ou desmembramento, mudança no objeto da sociedade, dissolução voluntária da sociedade e sobre a nomeação e as contas do liquidante.

O Conselho de Administração, ou Diretoria, é responsável pela execução de atividades-meio, como, por exemplo, a administração financeira, aplicação do fundo de reserva, negociação de contratos, divulgação da cooperativa, negociações de compra etc. O seu quadro deve ser preenchido por meio de eleições entre os cooperados, para mandatos nunca superiores a quatro anos e com renovação obrigatória de, no mínimo, um terço por eleição. Apesar da responsabilidade estatutária e legal das funções da Diretoria, ela pode e deve requisitar a participação de cooperados em suas atividades.

Finalmente, o Conselho Fiscal é responsável pela fiscalização da administração da cooperativa em suas ações e contratos. Seu quadro também é lotado por eleições, com possibilidade de reeleição de apenas um terço de seus componentes.

O Decreto-lei nº 5.764/71 também determina que para uma cooperativa ser constituída são necessárias a participação de, no mínimo, 20 pessoas. Esse ponto polêmico foi revisto pelo Código Civil Brasileiro de 2002, que determinou a constituição de uma cooperativa por, no mínimo, sete pessoas, sendo esse o número legal de vagas em seus conselhos.

Quanto à estrutura financeira, o Decreto-lei nº 5.764/71 determina a existência de dois fundos obrigatórios indivisíveis, ou seja, fundos destinados à cooperativa e não aos cooperados. São eles: o Fundo de Reserva, que recebe 10% das sobras líquidas do exercício social, e o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, o FATES, que recebe 5% das mesmas sobras líquidas. Com relação à formação do fundo divisível de propriedade dos

cooperados, tem-se o capital social da cooperativa, formado pelo conjunto de quotas-parte de cada cooperado sobre a cooperativa. O capital social, nesse sentido, assume o papel de responsabilidade empresarial da cooperativa no mercado, ao mesmo tempo em que é um passivo da organização com seus cooperados.

O Decreto-lei nº 5.764/71 também possibilita a formação de estrutura organizacional facultativa. Essa estrutura, criada e adaptada à necessidade e vontade de seus cooperados, normalmente possui uma reunião de decisão como uma forma mais informal de deliberação, utilizada para debates e decisões sobre ações cotidianas.

Em análise de toda letra do Decreto-lei nº 5.764/71, percebe-se que, por um lado, o governo Médici volta seu foco para cooperativismo, tratando-o como relevante e estruturando suas regras administrativas e organizacionais; por outro, coloca as cooperativas sob a tutela do Estado, deixando a possibilidade de sua criação reclusa à chancela e autorização de órgãos públicos. Com isso, juridicamente, fere-se não apenas o princípio da autonomia e independência, mas também inviabiliza-se, tecnicamente, a adesão livre e voluntária e a autogestão – dado que o Decreto-lei nº 5.764/71 exige a delimitação de seu objeto de atuação e a entrada de sócios está vinculada a este objeto.

A tutela do Estado sobre o cooperativismo permaneceu até a Constituinte de 1988. Com a promulgação da nova Constituição Brasileira, as organizações cooperativistas do Brasil deixaram de ser estritamente tuteladas pelo Estado, conquistando maior liberdade e, conseqüentemente, a possibilidade de uma autogestão *stricto sensu* (BIALOSKORSKI, 2000).

As cooperativas podem ser de vários ramos. Por meio de seu artigo 10, o Decreto-lei nº 5.764/71 determina que “as cooperativas se classificam, também, de acordo com o objeto ou pela natureza das atividades desenvolvidas por elas ou por seus associados”. O cooperativismo, com base dos modelos da Aliança Cooperativa Internacional – ACI e das

Organizações das Cooperativas das Américas – OCAS, ficou dividido em 13 ramos no Brasil, a saber:

Agropecuário

Cooperativas de produtores rurais ou agropastoris, cujos meios de produção pertençam aos cooperados.

Consumo

Cooperativas dedicadas à compra em comum de artigos de consumo para seus cooperados.

Crédito

Cooperativas destinadas a promover a poupança e financiar necessidades u empreendimentos de seus cooperados .

Educacional

Cooperativas de professores, cooperativas de alunos de escola agrícola, cooperativas de pais e alunos e cooperativas de atividades afins.

Especial

Cooperativas constituídas por pessoas que precisam ser tuteladas.

Habitacional

Cooperativas destinadas à construção, manutenção e administração de conjuntos habitacionais para o seu quadro social.

Infra-estrutura

Cooperativas que prestam serviços de eletrificação, saneamento e telecomunicações.

Mineral

Cooperativas dedicadas à pesquisa, extração, lavra, industrialização e comercialização de produtos minerais.

Produção

Cooperativas dedicadas à produção de um ou mais tipos de bens e mercadorias, sendo os meios de produção propriedade coletiva, por meio de pessoa jurídica e não propriedade individual do cooperado.

Saúde

Cooperativas que se dedicam à preservação e recuperação da saúde humana (ramos médicos, odontológicos, psicológicos etc.).

Trabalho

Cooperativas de trabalhadores de todas as categorias profissionais, para prestar serviços a terceiros.

Transporte

Cooperativas que atuam no transporte de passageiros, cargas, escolares, moto-boys etc.

Turismo e Lazer

Cooperativas que atuam no setor de turismo e lazer.

Outros

Cooperativas que não se enquadrem nos demais tipos/ramos anteriores.

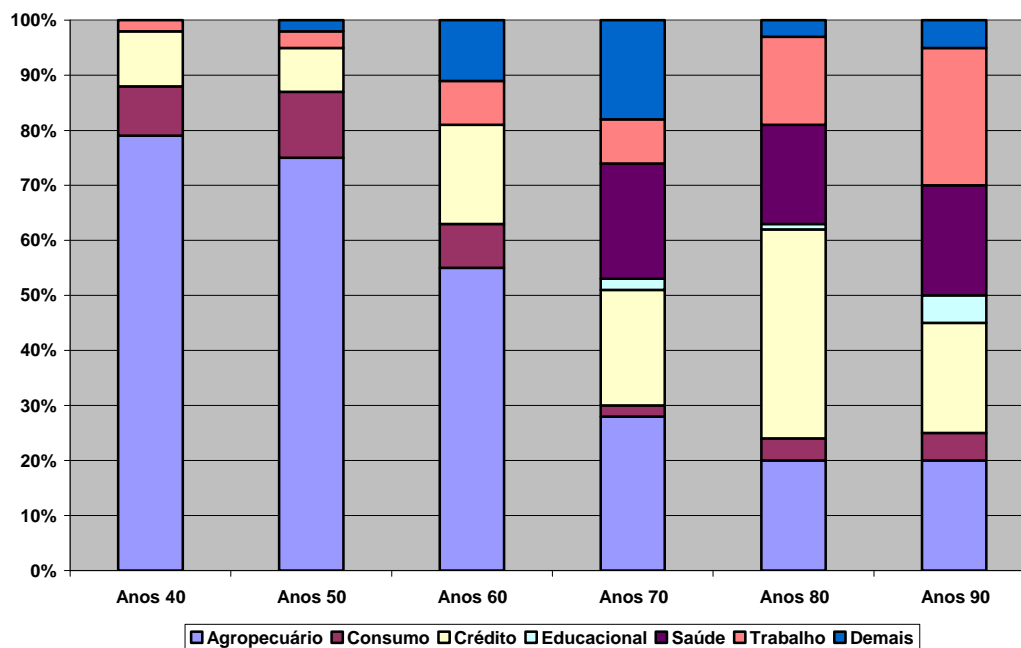
De acordo com Pinho (2004), a determinação das cooperativas por ramo de atividade foi feita com objetivo de classificar e facilitar a verticalização das cooperativas em organizações, tais como: federações, confederações e centrais, sejam elas no âmbito estadual ou nacional. Outro fator que torna a classificação relevante é a possibilidade de agrupamentos para acompanhamento e análise econômica.

A Tabela 1 e o Gráfico 1 a seguir, organizados a partir dos ramos de atividades das cooperativas, mostram a evolução no perfil do movimento cooperativista brasileiro no tempo, dos anos 40 aos anos 90.

Tabela 1 – Evolução do perfil do cooperativismo brasileiro

	Anos 40	Anos 50	Anos 60	Anos 70	Anos 80	Anos 90
Ramo	%	%	%	%	%	%
Agropecuário	79	75	55	28	20	20
Consumo	9	12	8	2	4	5
Crédito	10	8	18	21	38	20
Educacional	0	0	0	2	1	5
Saúde	0	0	0	21	18	20
Trabalho	2	3	8	8	16	25
Demais	0	2	11	18	3	5
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: OCB, 2004

Gráfico 1 – Evolução do perfil do cooperativismo brasileiro

Fonte: Elaborado pelo autor. OCB, 2004

A análise do quadro e do gráfico leva à percepção de que a estrutura de atividade cooperativa no país acompanhou as estruturas dinâmicas e características socioeconômicas de cada década do Brasil. Como se observa, o ramo agrícola constitui-se, até os anos 60, como a principal atividade cooperativa do país. Entretanto, com a industrialização brasileira,

conseqüentemente, a urbanização e o êxodo rural, há uma inversão e, a partir dos anos 70, os ramos de crédito, saúde e trabalho adquirem maior relevância.

Segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, em dados atualizados e oficiais de 2004, o Brasil possuía, em 2004, 7.136 cooperativas, com 6.159.658 cooperados e 195.100 empregados, gerando faturamento de R\$ 60 bilhões, equivalente a 6% do PIB nacional. Praticamente, nesse ano de 2004, o cooperativismo brasileiro teve um faturamento *per capita* (por cooperado) de R\$ 9.740,80.

O número de cooperativas constituídas é crescente no Brasil, e, no período 1990-2004, teve um incremento de 101,07%, saltando de 3.549, em 1990, para 7.136 cooperativas, em 2004 (fonte: OCB). Em 2004, das cooperativas brasileiras, 73,47% concentram-se no ramo: trabalho (26,54%), agropecuário (19,59%), crédito (14,97%) e saúde (12,37%).

Tabela 2 - Números do cooperativismo por ramo de atividade - 2004

Ramo de Atividade	Cooperativas	Associados	Empregados
Agropecuário	1.398,00	865.173,00	116.919
Consumo	144,00	1.820.531,00	7.463
Crédito	1.068,00	1.890.713,00	26.068
Educacional	311,00	66.569,00	2.827
Especial	9,00	326,00	
Habitacional	356,00	128.940,00	1.126
Infra-estrutura	171,00	585.897,00	5.299
Mineral	37,00	48.846,00	27
Produção	136,00	25.490,00	373
Saúde	883,00	326.579,00	28.249
Trabalho	1.894,00	346.100,00	4.154
Transporte	715,00	52.793,00	2.590
Turismo e Lazer	14,00	1.741,00	5
Totais	7.136,00	6.159.698,00	195.100

Fonte: OCB, 2005

Conforme analisa Pinho (2000), o aumento do número de cooperativas de trabalho, bem como sua maior participação no total por ramo, tem a ocorrência no fato de que, com a precariedade das relações trabalhistas e o desemprego em alta, as pessoas buscam alternativas para obtenção de renda, encontrando resposta no trabalho cooperado. Ou seja, encontra-se, no cooperativismo de trabalho dos anos 90 novo cooperativismo, o meio pelo qual se manifestam as ações da Economia Solidária como forma de resgatar os indivíduos da marginalidade e da exclusão do mercado de trabalho e de consumo.

2.5 Cooperativismo e o Cooperativismo Popular: releituras para um novo cooperativismo

Passadas as Revoluções Industriais e Tecnológicas, o debate sobre a organização coletiva do trabalho no mundo hodierno ganha novos rumos no final do século XX e início do século XXI. Como já analisado nos itens *Fenômeno arraigado como Questão Social* e *Owen e os Pioneiros de Rochdale: as origens do cooperativismo*, o primado da organização coletiva do trabalho está na alternativa de reação dos trabalhadores a sua exploração desenfreada no processo abrupto de consolidação do capitalismo industrial, sendo o cooperativismo o seu principal expoente. Pela perspectiva teórica e prática na época do surgimento da organização coletiva do trabalho, pode-se dizer que o debate se travava entre revolucionários e reformistas. Pelo lado revolucionário, alguns precursores e algumas experiências defendiam a organização coletiva do trabalho como meio real para revolução socialista. O que colocaria, definitivamente, um fim na organização do capital (MARX, 1985). Já os reformistas observavam na organização coletiva do trabalho nova forma de inserção no capitalismo, que adere ao capital, porém o faz de maneira e lógica reformadas, excluindo-se a segregação proprietário *versus* trabalhadores, colocando o trabalho e o indivíduo como foco.

Do novo rumo que o debate contemporâneo da organização coletiva do trabalho trilhou, observam-se dois importantes desdobramentos do primado do debate entre revolucionários e reformistas para reflexão contemporânea. O primeiro: não importa qual a vertente (revolucionária ou reformista), a organização coletiva do trabalho, por meio das cooperativas, tornou-se um movimento de relativo peso, sendo incorporado pela Economia Social, num primeiro momento, e, posteriormente, pela Economia Solidária, como se constatou na história e análise do item *Economia Solidária no Brasil*. O segundo se encontra no fato de que, fracassado o modelo soviético e dado o fim de algumas experiências de peso, como a iugoslava, a vertente predominantemente adotada para fundamentar o pressuposto do movimento contemporâneo é a reformista.

Como se observa no discurso da Economia Social, a ação para organização coletiva do trabalho por meio de cooperativas, antes de uma tomada de consciência para a revolução socialista, trata-se, fundamentalmente, de uma alternativa prática para crise da sociedade salarial. O movimento, atualmente, adquire ação política de inclusão no mundo do trabalho, em nova fase de desenvolvimento do capitalismo. Nesse sentido, as cooperativas são resposta prática e eficaz para equilibrar o cenário de desemprego, perda de direitos sociais e enfraquecimento do movimento sindical.

Entretanto, a Economia Social nem sempre atinge com eficiência e eficácia seus fins de promoção da inserção no mercado de trabalho por meio de cooperativas democráticas. Apesar de ser uma proposta relativamente sólida de base teórica e legal, o que se analisa é que o dever histórico do capitalismo se mostrou com grande força motriz de re-significação da prática cooperativista. Observa-se na atualidade, e não de modo residual, grande deturpação do modelo cooperativista. Mais do que nunca, como destacou Lima (2004), constata-se, empiricamente, a “tese da degenerescência das cooperativas” de Webb e Webb (1914). Nessa tese, os Webb argumentaram que o sucesso econômico das cooperativas dar-se-ia pela

eliminação da democracia autogestionária e sua transformação em empresas capitalistas comuns, ou seja, as cooperativas terminariam por sucumbir às necessidades empresariais, transformando-se em associações capitalistas para incorporação de lucro e contratação de mão-de-obra assalariada. Como corroboram vários autores (FRANÇA FILHO, 2002; LIMA, 2004), com o passar do tempo, o cooperativismo começou a ser lentamente absorvido pela economia de mercado, deixando de reformar para assumir sua respectiva lógica, destituindo-se com isso de seus principais fins. Tornam-se apenas empresas comuns, ou ainda, como argumenta Lima (2004, p.46), dadas “a reestruturação produtiva e a formação das redes empresariais, as cooperativas, embora não necessariamente se transformem em empresas comuns, podem terminar integrando redes como parceiras terceirizadas numa relação assimétrica, oferecendo força de trabalho a baixo custo e apenas quando necessário”.

Nesse cenário, a máxima popular marxiana de que “tudo que é sólido se desmancha no ar” corre o risco de ser empregada com propriedade ao cooperativismo. Deve-se, portanto, separar do movimento as cooperativas que se tornaram linha auxiliar do capital, conhecidas como *cooperfraudes* ou *coopergatos*, daquelas que assumem seus princípios de caráter democrático, autogestionário e solidário.

Lima (2004) apresenta duas definições interessantes para mapear esse contexto na realidade brasileira. A primeira são as cooperativas pragmáticas. Nessa categoria, estão incluídas as *cooperfraudes/coopergatos*, ou seja, as cooperativas terceirizadas de empresas e que, em geral, foram organizadas por empresas, somando-se a elas também as cooperativas que integram programas estatais de geração de renda, porém, desvinculadas dos princípios do movimento cooperativista. A segunda são as cooperativas defensivas que incluem as cooperativas formadas por trabalhadores para assumir massa falida de empresas em situação falimentar ou as formadas por programas governamentais de geração de renda para populações pobres. Lima (2004) destaca que ambas as categorias, pragmática e defensiva, são

dependentes de certa maneira. Para sua respectiva sobrevivência, apóiam-se em redes empresariais e órgãos públicos (pragmáticas) e em órgãos públicos de fomento e instituições da sociedade civil (defensivas).

As categorias pragmática e defensiva apresentadas por Lima (2004) também podem ser idealmente encontradas em outros autores do cooperativismo. Singer (2003), por exemplo, analisa o mesmo contexto, destacando dois tipos de cooperativas: as capitalistas e as autênticas. De acordo com o autor, as capitalistas são as cooperativas de visão essencialmente empresarial, na qual só a dimensão econômica está presente. Sendo as autênticas as cooperativas que seguem os princípios doutrinários do movimento: da igualdade, solidariedade e democracia.

Fica claro que a Economia Social passa, na contemporaneidade brasileira e mundial, por profunda re-significação, senão crise, de seus pressupostos. A dicotomia pragmática/defensiva ou capitalista/autêntica é a evidência de um processo no qual o movimento já fora, em certa medida, absorvido pelo sistema capitalista, como bem apontara os Webb (1914). Entretanto, a essência do movimento ainda existe e está concentrada na categoria defensiva (LIMA, 2004) e autêntica (SINGER, 2003). Essa preservação do pressuposto e ideal da Economia Social, expressa por meio do cooperativismo, pode ser encontrada na releitura dessa categoria na realidade socioeconômica brasileira, que ocorre por meio da construção do discurso da Economia Solidária.

A Economia Solidária, como analisado nos respectivos itens do *Por uma arqueologia genealógica da Economia Solidária*, funda novo cooperativismo. Suas ações são pautadas nos empreendimentos solidários, os quais, como apontou Gaiger (1996; 2003), possuem como principais características: autogestão; democracia; participação; igualitarismo; cooperação; auto-sustentação; desenvolvimento humano e responsabilidade social. Nesse sentido, o empreendimento solidário, em essência, manifesta-se por meio de cooperativas enquanto

forma, respeitando seus pressupostos, porém enquanto prática adquire um novo papel. No “novo cooperativismo” expressado pela Economia Solidária, as iniciativas, agora, são locais, de utilidade pública e voltadas, principalmente, para o estabelecimento de liame social, com vistas à inclusão promotora do desenvolvimento socioeconômico (FRANÇA FILHO, 2002; NASCIMENTO, 2004). Essa nova direção do cooperativismo, conceitualmente, adquiriu o *status* de popular. O cooperativismo popular, como expressão da Economia Solidária, busca resgate dos pressupostos do movimento cooperativista clássico com objetivo de promover desenvolvimento local para a inclusão de camada de baixa renda.

O termo popular, ao ser vinculado ao cooperativismo, denota, imediatamente, a utilização do cooperativismo como forma utilizada para melhoria de uma “classe excluída”, “menos favorecida”, em suma, mais “pobre”. Tratam-se, portanto, de empreendimentos que, como analisou Singer (2003), nascem de iniciativas governamentais ou da sociedade civil (igrejas, universidades etc.) e possuem fortemente destacadas as dimensões econômicas, sociais e políticas.

METODOLOGIA

3. O rigor do olhar: uma questão de bricolage

Com título *O rigor do olhar: uma questão de bricolage*, o item apresenta a metodologia utilizada na realização dessa investigação. Seu objetivo é construir a reflexão empreendida acerca do desenho metodológico adotado, justificando seus porquês.

O rigor do olhar: uma questão de bricolage inicia-se pelo debate sobre o método nas ciências sociais aplicadas atuais, contrapondo duas correntes abrangentes e dominantes: os quantitativistas e os qualitativistas. Em seguida, por meio do estudo da problemática de pesquisa, apresenta o porquê da escolha pela abordagem qualitativa. Finalmente, desenvolve o tipo de pesquisa adotado no âmbito dessa abordagem - o estudo de caso, construindo e justificando passo a passo suas três estratégias de coleta de dados (a observação; a análise de documentos; e as entrevistas), sua análise, pautada por uma postura fenomenológica/interpretativista caracterizada pela metáfora do *bricoleur*, e a apresentação de seu relatório de resultados, inspirado na descrição densa.

3.1 Reflexões sobre a escolha do método

Fruto do desencantamento das práticas mágicas e místicas (WEBER, 1993) e do espanto e curiosidade humana sobre o desconhecido, a ciência acabou por ser institucionalizada na modernidade como o *locus* racional de reflexão sobre o mundo, a vida humana e suas relações. Tornou-se um método legitimado de abordagem do mundo suscetível de ser experimentado pelo homem (GOODE; HATT, 1968), num processo marcado pela forte centralidade da razão, que transferiu a ela o *status* de força motriz antropocêntrica e objetiva parceira do progresso, responsável por marcar o passo no desenvolvimento da humanidade.

Esse *status* concebido à ciência, na modernidade, é destacadamente reforçado pelo grande debate travado pelos positivistas lógicos dos anos 1920 e 1930 acerca de o que seria

ciência e qual seu fim (objetivo). Conforme apresenta Chalmers (1990), os positivistas lógicos faziam grande defesa da ciência com intuito primordial de distingui-la do discurso metafísico e religioso de outrora, considerando estes discursos “bobagens não-científicas”. O principal pressuposto dado pelos positivistas para essa distinção ocorreu pelo desenvolvimento de um conceito, uma definição clara e geral de ciência, em que se incluíram, necessária e fundamentalmente, “os métodos apropriados para sua construção e os critérios a que recorrer para fazer sua avaliação” (CHALMERS, 1990, p.14). Com isso, a ciência adquiriu caráter epistemológico, pelo qual a ciência não essencialmente passaria apenas por uma reflexão, uma investigação, mas imprescindivelmente seria pautada por um método, um caminho universal e a-histórico a ser trilhado (CHALMERS, 1990). Universal “no sentido de que se tencionava que fosse igualmente aplicada a todas as teses científicas” e a-histórico “no sentido de que deveria aplicar-se tanto às teorias passadas como às contemporâneas e às futuras” (CHALMERS, 1990, p.15).

É a partir da conceitualização, desenvolvimento e aprimoramento do método que se pauta a construção da ciência moderna. Nesses termos, a ciência só o é se for orientada por um método. Desde então, muita tinta vem sendo gasta em se discutir qual o melhor método objetivo e universal que caracteriza a reflexão e a investigação como legitimamente científicas. Lakatos e Popper contribuem para esse debate sobre o método como a determinante do que é científico ou não, aportando-se ambos na universalidade e na a-historicidade. Conforme aponta Chalmers (1990, p.15), Lakatos acreditava que “o problema central na filosofia da ciência era a questão de determinar as condições universais sob as quais uma teoria é científica”, logo, ele sugeria que a solução do problema ““deveria oferecer(-nos)’ uma orientação a respeito de quando aceitação de uma teoria científica é racional e quando é irracional”. Popper, por outro lado, possuía uma defesa em padrões objetivos, pela qual se

“buscava demarcar o limite entre a ciência e a não-ciência em termos de um método que (...) considerava característico de todas as ciências, inclusive sociais” (CHALMERS, 1990, p.16).

De uma perspectiva instrumental, nesse sentido, a ciência moderna manifesta-se primeiramente pelo seu *meio* e não, necessariamente, pelo seu *fim*. Sua epistemologia e ontologia estão marcadamente em seu devir e não em seu resultado. Por essa análise, o fim científico, o resultado de uma investigação, apresenta-se de antemão como claramente vislumbrado: um progresso, uma descoberta. Não há fim em si mesmo, a não ser a produção de um conhecimento, de “proposições sob a forma de ‘se-, então-’” (GOODE; HATT, 1968), sejam elas quais forem. A principal determinante que caracteriza o fazer ciência encontra-se no *meio* para consecução desse fim preestabelecido.

No âmbito das humanidades, esse debate do método como determinante tornou-se explícito quando da construção das ciências sociais. Comte e Durkheim, fundadores da Sociologia, entendiam, com forte viés conservador e positivista, que o estudo dos fenômenos sociais passava imprescindivelmente pelo rigor do método. Para esses autores, o método era o ponto-chave do qual se poderia dizer que se estava “fazendo ciência” social de fato. Para Comte (1972), nada mais apropriado e defendido para sua sociologia do que um método a ser conduzido por sociólogos profissionais, que, pela sua expressão empírica, conduziria a sociedade ao progresso de seu estágio mais acabado - ideal. Já para Durkheim (1966), como apresentado em seu clássico *As Regras do Método Sociológico*, o estudo de qualquer fato social para ter seu valor científico deve passar pela ritualística de uma regra, uma rígida esquematização metodológica.

Com isso, Durkheim, Comte entre outros autores criaram uma concepção filosófico-ortodoxa do chamado método científico (CHALMERS, 1990) que concebeu a ciência social como conhecimento objetivo que, pautado por método, produz eficácia simbólica quanto ao que se pretende investigar: a) ao se usar o método, há uma legitimidade que garante a

investigação como científica; b) o cientista/sujeito reconhece o resultado gerado como racional e válido; c) a sociedade reconhece como válido o trabalho do cientista/sujeito.

Ao se focar todo mérito científico no método, poder-se-ia dizer, em análise weberiana, que a técnica da ciência moderna, seu método, tornou-se, no limite, um valor. É pelo método que a ciência se faz e se desenvolve. Como coloca Chalmers (1990, p.16), “não é incomum encontrarem-se os próprios cientistas em atividade expressando a idéia de que uma explicação universal do método científico poderia ou deveria ser usada para defender ou ajudar a aperfeiçoar a ciência.”.

Entretanto, se a existência do método enquanto forma e caminho a ser trilhado define e desenvolve o fazer ciência, ela não encerra a questão sobre sua universalização e a-historicidade. Nesse ponto, abre-se nova e extensa indagação sobre a própria natureza do método nas ciências sociais. Inicia-se processo saudável e renovador que começa a desqualificar a situação em que somente os defensores de estratégia positivista seriam os reais detentores da ciência e da racionalidade e os defensores de outras estratégias inimigas dessas.

As ciências administrativas participam desse debate e contexto. Num processo multidisciplinar, com a abertura e desenvolvimento dos estudos na área da administração com grande intercâmbio de pesquisadores de outras áreas, a questão do método é evocada com mais rigor. O principal ponto de insurreição desse debate é dado pela indagação de qual método utilizar nas pesquisas empíricas. Volta-se para a forma de atuar e agir no campo, como produzir ciência que possua laços estreitos e desejáveis com o empírico, polemizando o paradigma da universalidade e da a-historicidade.

O método, nesse sentido, apresenta formas normativas, múltiplas e contextuais. Consiste na possibilidade de modelos e visões diferentes de trilhar cientificamente por alguma investigação, em um debate que pode ser encarado, de maneira mais explícita, entre os quantitativistas e os qualitativistas; mas que, no limite, de forma mais particularizada, reside

num tenso embate entre os positivistas e pós-positivistas de um lado e as vertentes interpretativista e teórica crítica e pós-moderna de outro (DENZIN; LINCOLN, 2000).

Os positivistas e pós-positivistas, asseclas dos “guardiões do método” arraigados num modelo universal e a-histórico, encontram-se concentrados na metodologia quantitativa de análise dos fenômenos. Para eles, é necessária “atenção especial para o desenvolvimento de métodos quantitativos e padronizados” (FLICK, 2002, p.18), utilizando-se para isso de questionários, inventários e demografia, com intuito de produzir dados compatíveis com a análise estatística. Conforme sintetiza Richardson (1999, p.70):

O método quantitativo, como o próprio nome indica, caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão etc. [...]

No método quantitativo, o caminho para se entender os fenômenos é dado por meio de esquematizações. O cientista, considerado parte objetiva exógena à problemática de estudo, procura retratar a realidade por meio de sistemas numéricos e gerais, dos quais se pode inferir uma caracterização modelar que seja passível de generalização sobre determinado fenômeno. A herança desse método está, marcadamente, dada nas ciências exatas.

A outra vertente, de caráter interpretativista, encontra-se representada pelas metodologias qualitativas. No método qualitativo, ao contrário do quantitativo, os instrumentos estatísticos não são considerados como única e restritiva fonte e o cientista/sujeito não é dissociado da problemática. O método qualitativo considera o cientista parte integrante e incontrolada do processo da investigação, ou seja, é visto como o agente da observação que, a partir dos dados e informações coletados e observados no campo, analisa e interpreta a realidade social na qual se inserirá. Em paráfrase a Geertz (1989), tem-se a máxima de que o cientista não estuda *o* campo, ele estuda *no* campo.

Como descrevem Denzin e Lincoln (2000), pode-se dizer que o método qualitativo é interessado em estudar as coisas em seu ambiente natural, procurando dar sentido aos fenômenos ou interpretá-los de acordo com o significado que as pessoas atribuem a eles. Não há preocupação em instrumentalizar a realidade a um modelo estatístico e generalizá-la, mas, sim, interpretá-la à luz do que o cientista/agente vivencia.

Com isso, acaba por se gerar um debate (quantitativistas/qualitativistas) de fundamental relevância do ponto de vista ontológico e epistemológico acerca do método científico nas ciências sociais. Um debate que, antes de produzir vencedores ou detentores da verdadeira ciência, produz a reflexão crítica sobre o desenvolvimento dos estudos sociais aplicados.

A escolha do caminho a ser trilhado pelo cientista/pesquisador sobre qual método é mais adequado para o estudo, deve ocorrer, então, não restritivamente pela preferência por uma linha específica, mas, principalmente, pela análise da problemática sobre a qual se pretende refletir. A questão do método trata, portanto, não apenas de uma escolha valorativa do pesquisador, mas de análise de adequação instrumental (meio-fim), que leva em consideração as premissas teóricas que fundamentam e estruturam a problemática suscitada. Conforme Fachin (2001), o método científico acaba por se tornar a escolha de um procedimento sistemático que tem por objetivo descrever e explicar determinada situação sob estudo, sendo a escolha de um em detrimento de outro baseada em dois critérios básicos: a natureza do objetivo ao qual se aplica e o objetivo que se tem em vista no estudo.

Cabe ao pesquisador que pretende “fazer ciência” adentrar por esse debate e reflexão e analisar, criticamente, qual o melhor método a ser seguido em seu estudo, bem como seus porquês, legitimando-o à premissa científica. Logo, pretende-se, n’*O Rigor do olhar: uma questão de bricolage*, discutir qual método e quais técnicas desse método são os mais adequados ao exame da problemática formulada nesta pesquisa.

A problemática suscitada na presente dissertação é: **como os indivíduos constroem e vivenciam a gestão de um empreendimento solidário?** Observa-se nessa problemática uma indagação estritamente aberta, subjetiva e exploratória. Sua característica aberta é dada pela ausência de pressuposto normativo sólido colocado *aprioristicamente*. Não se busca nessa indagação testar nenhuma hipótese construída e fechada a ser constatada ou refutada em campo. O que se tem é um questionamento que evoca a observação e interpretação de como uma complexidade se constrói e é vivenciada em determinado contexto. Ademais, por ser também uma indagação que leva em consideração um fenômeno não apenas dado por indivíduos em questão, mas também seu *locus* social de trabalho (empreendimento solidário), tem-se uma dimensão subjetiva, cuja reflexão envolve a construção intersubjetiva e social de um contexto. Por fim, tendo em vista que a problemática provoca a ida do pesquisador a campo para observar possível interpretação à interrogação, nada está definido antes da observação. Apresenta-se, desse modo, uma característica e uma necessidade exploratório-descritiva, das quais eclodirão portas de entrada interessantes para estudar o empreendimento solidário na vida desses indivíduos.

Essas características do problema de pesquisa levam à opção pela aplicação e uso de um método qualitativo. Conforme aponta Richardson (1999, p. 79), “a abordagem qualitativa de um problema, além de ser uma opção do investigador, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social”. Analisa o autor:

Em princípio, podemos afirmar que, em geral, as investigações que se voltam para uma análise qualitativa têm como objeto situações complexas ou estritamente particulares. Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos (RICHARDSON, 1999, p. 80).

Esta escolha também se justifica por se tratar de questão ainda não conhecida, não respondida. Como destaca Godoy (1995, p. 63), “quando estamos lidando com problemas

pouco conhecidos e a pesquisa é de cunho exploratório, este tipo de investigação [qualitativa] parece ser o mais adequado”.

Godoy (1995, p. 63), por meio da argumentação do trabalho do pesquisador qualitativo, apresenta pistas interessantes que se tornam úteis para refletir a presente problemática por meio de uma abordagem qualitativa. De acordo com a autora,

os pesquisadores qualitativos estão preocupados com o processo e não simplesmente com os resultados ou produto. O interesse desses investigadores está em verificar como determinado fenômeno se manifesta nas atividades, procedimentos e interações diárias. Não é possível compreender o comportamento humano sem a compreensão do quadro referencial (estrutura) dentro do qual os indivíduos interpretam seus pensamentos, sentimentos e ações. O significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida são a preocupação essencial do investigador.

Nesse sentido, Godoy (2005, p. 81), à luz de Merriam (2002), assinala que os estudos de abordagem qualitativa, interessados em examinar quais os significados que os indivíduos atribuem ao fenômeno e/ou situação estudada, possuem, de modo genérico, quatro características-chave:

busca-se compreender os significados que as pessoas constroem sobre seu mundo e as experiências nele vividas, tendo o pesquisador como principal instrumento de coleta e análise de dados. Para coletar os dados são feitas entrevistas, realizadas observações ou analisados documentos. O processo de condução da pesquisa é essencialmente indutivo, isto é, o pesquisador coleta e organiza os dados com o objetivo de construir conceitos, pressuposições ou teorias, ao invés de, dedutivamente, derivar hipóteses a serem testadas. A análise indutiva dos dados leva a identificação de padrões recorrentes, temas comuns e categorias. O resultado da pesquisa é expresso por meio de um relato descritivo – detalhado e rico – a respeito do que o pesquisador aprendeu sobre o fenômeno. Tais resultados são apresentados e discutidos usando-se as referências da literatura especializada a partir da qual estudo se estruturou.

Dessa maneira, com as justificativas expostas, optou-se pela **abordagem qualitativa** do fenômeno a ser estudado, considerando-a a mais adequada como a trilha a ser seguida para essa investigação que se pretende científica.

3.2 O tipo de pesquisa e as técnicas de coleta e análise de dados

3.2.1 Tipo de pesquisa: estudo de caso

Escolhida a abordagem metodológica, faz-se necessário definir qual o tipo de pesquisa a ser adotado. Dada a problemática de pesquisa e de seus objetivos, optou-se pelo desenvolvimento de um **estudo de caso**. De acordo com Goode e Hatt (1968), o estudo de caso é uma abordagem específica de olhar a realidade social que, por meio de técnicas de investigação (como entrevistas, observação participante, documentos etc.), permite organizar os dados sociais, preservando o caráter unitário do objeto social estudado. Esse tipo de pesquisa possibilita desenvolver “a compreensão de um particular caso, sua idiossincrasia, em sua complexidade” (STAKE, 1988, p.256).

Da perspectiva dos estudos organizacionais, Hartley (1995, p. 208-209) define estudo de caso como

uma investigação detalhada, freqüentemente com dados coletados durante um período de tempo, de uma ou mais organizações, ou grupos dentro das organizações, visando prover uma análise do contexto e dos processos envolvidos no fenômeno estudado.

Stake (2000, p. 208) concorda com essa definição, ampliando-a e considerando estudo de caso como

uma investigação detalhada, subsidiada pela coleta de dados em um determinado período de tempo, em uma ou mais organizações, ou grupo de organizações, com o intuito de prover uma análise do contexto e dos processos envolvidos no fenômeno a ser estudado. Trata-se da observação de um determinado fenômeno que, por meio de narrativas e descrições das personagens envolvidas, da observação do campo e do estudo de materiais, tem por objetivo analisar o contexto e as relações que dele emergem.

Como estratégia qualitativa de pesquisa, o estudo de caso está cada vez mais difundido nas ciências sociais aplicadas, particularmente nos estudos organizacionais, conforme atesta o trabalho de Godoi e Balsini (2006). Entretanto, há diversas possibilidades para sua

organização, algumas de cunho mais positivista (YIN, 2001; EISENHARDT, 1989) e outras mais abertas, interpretativistas e fenomenológicas (STAKE, 2000; HARTLEY, 1995; MERRIAM, 1988).

Como destaca Godoy (2006, p. 123), “uma investigação desenvolvida sob o rótulo de “estudo de caso” pode ser elaborada a partir de diferentes perspectivas, devendo o pesquisador estar atento para suas escolhas que precisam estar alinhadas ao problema de pesquisa a que se pretende responder”. Para a consecução dos objetivos propostos nessa dissertação, utilizou-se um estudo de caso de natureza mais interpretativista, à luz de Stake (2000), Hartley (1995) e Merriam (1988), tendo em vista o espaço de reflexão, interpretação e *insights* que este estudo de caso permite, além da possibilidade dada por essa estratégia em compreender uma situação em sua profundidade e considerar com ênfase os significados dados pelas várias personagens envolvidas.

De acordo com Merriam (1998), existem três tipos clássicos e ideais de estudo de caso: descritivo, interpretativo e avaliativo. Os estudos descritivos buscam descrição detalhada de um fenômeno social, apresentando, de modo rico, sua estrutura, configuração, contexto, atividades e relações. Não existe uma hipótese prévia que guie o olhar do pesquisador. O que torna os estudos descritivos como praticamente atóricos e preocupados em observar e descrever aquilo que se apresenta no campo. Já os estudos interpretativos buscam não apenas descrever o fenômeno estudado, mas, principalmente, observar a recorrência de fatores, o que leva a constatação de padrões que possam produzir ou testar categorias conceituais e teorias substantivas. E, por último, o estudo avaliativo é caracterizado por levantar meticulosamente os dados do campo, com objetivo de se avaliar, julgar, os resultados e efetividade de um projeto ou programa social.

Percebe-se que a tipologia encetada por Merriam (1998) possui o mérito de construir e abarcar três distintos caminhos possíveis quando da utilização do estudo de caso. Três tipos

que, por serem ideais, se tornam muito pertinentes enquanto campo teórico de entendimento, mas em sua prática não se comprovam perfeitamente. Pelas definições de Hartley (1995) e Stake (2000), o próprio desenvolvimento de estudo de caso acaba por transparecer que sua utilização incorre na possibilidade de combinação de descrição, interpretação e avaliação. Nesses termos, assume-se, nessa dissertação, a utilização de um estudo de caso de natureza qualitativa/interpretativa (HARTLEY, 1995; STAKE, 2000) que se apresenta focado e desenvolvido concomitantemente em dois tipos ideais: descritivo e interpretativo (MERRIAM, 1998). Pretendeu-se, assim, utilizar-se da descrição do fenômeno estudado (empreendimento solidário na forma de uma cooperativa de reciclagem) para analisar se a cooperativa ora apresentada caracteriza-se como, de fato, um empreendimento solidário e da interpretação para relacionar e constituir contrapontos teóricos.

Como conduta para o desenvolvimento satisfatório desse estudo de caso, utilizou-se das orientações propostas por Stake (2000) e Godoy (2006), seguindo-se as etapas de: definição do problema; escolha do caso; escolha da teoria inicial; negociação do acesso; coleta de dados; entrada no campo; análise dos dados; conclusões.

3.2.2 Estratégia de coleta de dados

Como analisado, os estudos de caso (HARTLEY, 1995; STAKE, 2000) possuem características que os tornam particulares. Dentre essas, encontram-se as descrições complexas de uma realidade a partir de um grande agregado de dados que, pautada pela observação pessoal, é feita por meio de uma análise mais informal, narrativa e de comparações implícitas (STAKE, 2000). Nesses termos, o estudo caso desenhado para essa pesquisa apoiou-se em três estratégias fundamentais: observação; análise de documentos; e entrevistas.

3.2.2.1 Observação

Em um estudo de caso, a observação é de extrema importância. É por meio dela que o pesquisador se faz presente e possibilita a abertura de um diálogo intersubjetivo, com objetivo de construir uma interpretação da realidade que ora se apresenta. A vantagem desse processo é a possibilidade de se constatar e vivenciar fatos, eventos e discursos que, na maioria das vezes, apresentam-se nas chamadas “entrelinhas”. Permite também que o pesquisador sinta o caso e o conheça física e socialmente.

Nesta dissertação, a observação foi conduzida por uma participação sistemática no campo, de característica não-participante (GODOY, 2006). Ao contrário da observação participante inspirada nos trabalhos do antropólogo Malinowski, na qual o pesquisador deixa de ser espectador e passa a assumir funções no campo, misturando-se a ele, na observação não-participante o pesquisador integra o campo, entretanto o faz de maneira mais distante, como um atento espectador. Como coloca Godoy (2006, p. 133), na observação não-participante,

baseado nos objetivos da pesquisa e num roteiro de observação, o pesquisador procura ver e registrar o máximo de ocorrências que interessam ao seu trabalho. Incluem-se as observações realizadas durante visitas de reconhecimento do local, observações de reuniões, observações feitas por ocasião da realização de entrevistas e outras situações para as quais o pesquisador tenha sido convidado.

A observação não-participante executada nessa dissertação ocorreu por meio de visitas regulares, que tiveram por objetivo acompanhar um pouco do ato de trabalhar na seleção de materiais recicláveis e/ou reutilizáveis, observar o local de trabalho, participar de algumas reuniões e assembléias, bem como executar as entrevistas com os cooperados. Os principais instrumentos utilizados nessa observação foram o diário de campo e a documentação midiática (pequenas filmagens e fotos).

De nome *Diário de Campo – Cooperlários* (APÊNDICE A), o diário de campo foi elaborado como texto aberto para registro das impressões e atividades durante cada dia de observação. Constitui-se em importante ferramental, pois, como um espaço aberto sem rigor do método para o pesquisador anotar e inscrever suas impressões, idéias e observações, o diário acabou por se tornar um grande memorial crítico. O *Diário* narra todos os fatos considerados relevantes para o pesquisador, com a revelação de detalhes e curiosidades que acabaram por expor as interessantes tensões que se formaram em torno de sua inserção enquanto sujeito e objeto da realidade que pretensiosamente se pretendeu estudar. Ademais, constitui-se em valioso bloco de notas, com registro de pontos importantes para a pesquisa, os quais foram vastamente explorados em entrevistas e principalmente na análise.

A documentação midiática foi feita por meio de fotos (máquinas e celular) e pequenas filmagens (celular) com a respectiva autorização dos cooperados. O principal objetivo foi o de registrar o espaço da cooperativa, os cooperados e um pouco do trabalho. Com essa ação, pretendeu-se ilustrar com impacto visual aquilo que se descreveu e se analisou. Possibilita a provocação de reflexão àqueles que não estiveram do campo, com intuito de aproximá-los da realidade estudada.

3.2.2.2 Análise de documentos

A relevância da análise de documentos em um estudo de caso é dada pela tomada *lato sensu* da documentação de qualquer organização como sua cultura material. Os documentos, nesse sentido, são expressões materiais não apenas da origem e razão de ser da organização (Estatuto), mas de toda a sua dinâmica registrada (Regimento Interno, Atas, estatísticas etc.). Por meio da análise desses documentos é possível se levantar uma parte da história e do desenvolvimento da organização, bem como observar sua dinâmica institucional.

Nesta dissertação, os seguintes documentos organizacionais foram analisados: Estatuto; Regimento Interno; Atas; e Convênio Prefeitura-Cooperativa. A análise dos respectivos documentos, anterior ao “trabalho de campo”, permitiu, inclusive, verificar não apenas as origens da organização e de sua estrutura organizacional, mas, também, as dinâmicas de suas assembléias. Observou-se, por exemplo, a presença e frequência dos cooperados, os assuntos colocados em votação, as decisões entre outros.

3.2.2.3 Entrevistas

Na abordagem qualitativa, a entrevista é o meio mais reconhecido e legitimado de investigação social. É por meio da entrevista que o pesquisador coleta os dados e as informações de seu interesse, levanta as histórias, os fatos e eventos e, principalmente, permite a manifestação do entrevistado sobre a problemática em estudo.

Para esta dissertação foi escolhida a aplicação de uma entrevista semi-estruturada realizada a partir de um roteiro. De acordo com Godoy (2006, p. 134), “as entrevistas semi-estruturadas são adequadas quando o pesquisador deseja apreender a compreensão do mundo do entrevistado e as elaborações que ele usa para fundamentar suas opiniões e crenças”, tornando-se relevante “quando o assunto a ser pesquisado é complexo, pouco explorado ou confidencial e 'delicado’”.

A entrevista semi-estruturada, em sua prática, pode ser entendida como uma conversa guiada pelo pesquisador, na qual se procura obter e levantar os aspectos mais relevantes do problema em investigação. Taylor e Bogdan (1987, p.101), por exemplo, conceituam a entrevista como “encontros face a face entre o investigador e os informantes, encontros estes dirigidos para a compreensão das perspectivas que têm os informantes sobre suas vidas, experiências ou situações, tal como as expressam com suas próprias palavras”.

O roteiro da entrevista, entendido como o guia de questionamento do pesquisador, deve ser elaborado tendo em vista aquilo que se pretende suscitar, que seja considerado relevante para análise do fenômeno. Por se tratar de uma conversa, este roteiro não deve ser fechado ou muito menos rígido, devendo possuir flexibilidade para se adaptar aos contextos das entrevistas.

Nesse sentido, o roteiro de entrevistas construído para esta dissertação (APÊNDICE B) possuiu o objetivo de estruturar uma conversa fluída que estimulasse o indivíduo a reconstruir um pouco de sua história pessoal, sua trajetória e vivência no trabalho e no empreendimento solidário, bem como os possíveis reflexos dessa experiência em sua vida. No limite, era explorar a vivência do cooperado na construção do empreendimento solidário em questão, uma cooperativa de reciclagem.

O roteiro foi dividido em quatro blocos: A) Indivíduo, B) Cooperlários; C) Gestão (Princípios Cooperativistas e Autogestão); e D) Reflexos do empreendimento solidário na vida. Esses blocos foram determinados e organizados com objetivo de gerar uma ordem de perguntas que, do geral ao particular, apresentasse uma seqüência lógica, sem que o entrevistado seja obrigado a fazer trocas bruscas de assunto (PHILLIPS, 1974).

No primeiro bloco, A) Indivíduo, o objetivo foi o de aproximar o entrevistado do entrevistador. Buscou-se, por meio de uma abertura entendida como “quebra-gelos”, iniciar um estímulo ao entrevistado para que este resgatasse sua história (narrativa), provocando um ambiente que lhe permitisse se sentir confortável para conversar aberta e tranqüilamente. As questões escolhidas como guia para esse bloco foram gerais: nome; idade; naturalidade; escolaridade; família; local de moradia e como vai para o trabalho. Com isso, à medida que os “gelos eram quebrados”, foi se constituindo um perfil socioeconômico e demográfico do cooperado – importante para traçar qual o perfil dos cooperados da organização.

O segundo bloco, B) Cooperlários, teve o objetivo de cruzar a história do cooperado com a história da cooperativa; buscou-se levantar a história do cooperado no empreendimento. Para isso, focou-se, primeiramente, na experiência anterior do indivíduo: os locais em que já trabalhou e suas principais atividades já desenvolvidas no mercado ou fora dele, com maior relevância para a última experiência de trabalho declarada. Procurou-se, com isso, observar qual o tipo de trabalho e de organização que o indivíduo já experimentou. Na seqüência, foi promovido pelo entrevistador o cruzamento das histórias (cooperado/cooperativa) pela narrativa de como o indivíduo descobriu a cooperativa. A partir desse momento, a cooperativa já se torna o contexto primordial de entrevista. Sendo este bloco finalizado com o questionamento sobre o trabalho específico do cooperado, com objetivo de entender qual a sua função nos trabalhos do empreendimento.

O terceiro bloco, C) Gestão (Princípios Cooperativistas e Autogestão), teve como objetivo central analisar a dinâmica do trabalho na cooperativa, com intuito de se avaliar uma proximidade da respectiva organização com o conceito de empreendimento solidário de natureza cooperativista. Pretendeu-se, por meio das narrativas dos cooperados, estudar e observar como as principais características e preceitos do cooperativismo (princípios e autogestão) são vividos na prática. Para atingir satisfatoriamente esse objetivo, já que em conversas preliminares de campo foi detectado que os cooperados não conheciam os sete princípios fundadores e existenciais do cooperativismo, criaram-se, então, questões indiretas, princípio por princípio, que, por meio das histórias e respostas dos cooperados, permitissem inferir sobre a prática ou não do respectivo princípio e, principalmente, como ele ocorre na dinâmica cotidiana da organização.

O último bloco, D) Reflexos do empreendimento solidário na vida, buscou levantar, pela narrativa/diálogo da entrevista, traços que remetessem a possíveis reflexos da vivência da gestão do empreendimento solidário, bem como observar as relações desta vivência com a

vida dos cooperados: o que melhorou e o que piorou em suas vidas e, até que ponto, o modelo cooperativista influenciou e/ou determinou nisso.

Dada a natureza qualitativa da abordagem metodológica e a aplicação desse roteiro em entrevistas, o número de indivíduos a serem entrevistados não foi pautado por amostragem estatística. Buscou-se entrevistar número considerável de cooperados, não levando em consideração nenhum filtro específico. A título de homogeneidade, as entrevistas focaram os cooperados mais ativos nos trabalhos e uma distribuição relativamente igualitária por tempo de organização: cooperados recentes e cooperados mais antigos.

Foram feitas 12 entrevistas no total. A primeira delas foi de cunho exploratório e foi feita com a presidente em exercício da cooperativa, antes mesmo da elaboração do roteiro. O objetivo dessa entrevista foi o de levantar a história da cooperativa, bem como fazer algumas indagações gerais sobre seu trabalho, o que permitiu avaliar o tipo e perfil de indivíduos que seriam entrevistados, a adequação à linguagem e a alguns conceitos. Depois, com o roteiro finalizado, foram entrevistados 10 cooperados, o que totalizou 50% do quadro institucional da cooperativa (20 cooperados), mas que, dos cooperados realmente ativos, por volta de 15 indivíduos, estes 10 cooperados entrevistados consolidam 66,66% da cooperativa. A última entrevista foi feita com um vereador do legislativo da Prefeitura Municipal de Americana-SP, tendo em vista seu envolvimento direto no projeto do empreendimento, apresentando-se como principal articulador entre a Prefeitura Municipal e a cooperativa.

Todas as entrevistas foram previamente agendadas e, com a permissão dos entrevistados, gravadas. Todas as gravações foram transcritas (a título de ilustração, uma das entrevistas transcritas é apresentada no APÊNDICE C), menos a primeira entrevista exploratória com a presidente da cooperativa.

3.2.3 Análise dos dados

A análise dos dados pautou-se na metáfora do pesquisador qualitativo como *bricoleur* (DENZIN e LINCOLN, 2000). O termo *bricoleur*, oriundo do francês (*bricolage*), possui seu significado literal como aquele que pratica algum tipo de trabalho manual feito de improvisos e aproveitando toda a espécie de materiais e objetos. Sua transposição para ciências humanas como metáfora de análise foi dada primeiramente por Lévi-Strauss em seu clássico *O Pensamento Selvagem* (1976), quando de sua argumentação acerca da lógica do pensamento mítico em distinção do pensamento científico. Para o antropólogo francês, o pensamento mítico se apóia em signos, enquanto o pensamento científico se vale de conceitos. Desse modo, as metáforas das lógicas nessa distinção podem ser dadas pelo *bricoleur* (mítico) e pelo engenheiro (científico). Nesse raciocínio do antropólogo francês, *bricoleur* é aquele que se utiliza de signos e incorpora um determinado traço de humanidade no real, no concreto, enquanto o engenheiro opera por meio de conceitos, os quais buscam ser transparentes à realidade. Conforme Lévi-Strauss (1976), a lógica do *bricoleur* é constituída pela elaboração de noções que não possui sua estruturação em estruturas de mesma natureza, mas nos acontecimentos da realidade, os quais, sem um projeto determinado, são constituídos por resíduos de noções anteriores – uma “improvisação” sem uma unidade consolidada. Já a lógica da construção de noções do engenheiro se pauta pelo trabalho ordenado e metódico, o qual é dado pela mesma natureza de suas estruturas: os conceitos cientificamente predeterminados - sistematizados.

O que se busca dessa metáfora, no caso da presente dissertação, não é a lógica de constituição do pensamento mítico e científico definidos por Lévi-Strauss (1976), mas a possibilidade de se considerar e aproximar a dinâmica do *bricoleur* (o *modus operandi* de seu ato) para a análise de dados qualitativos. Pretendeu-se aproximar o processo de análise de

dados qualitativos desta dissertação pela dinâmica encontrada na definição do *bricoleur* como aquele “que executa um trabalho usando meios e expedientes que denunciam a ausência de um plano preconcebido e se afastam dos processos e normas adotados pela técnica” (LÉVI-STRAUSS, 1976, p. 32). Com isso, atribui-se ao processo de análise a possibilidade de ser conduzido não por uma lógica científica estrita e predeterminada, mas de se caminhar abertamente para construção de interpretação não-concebida. O que leva à construção de interpretação não como resultado hermético e restrito, de forma técnica, mas fruto de livre coleta de fragmentos acumulados nas experiências manifestas no campo, “causos” e histórias compactuados em terreno intersubjetivo, que permitem tecer, à moda do pesquisador, uma interpretação para o fenômeno em seu contexto.

Nesse sentido, apesar de não fazerem referência a Lévi-Strauss, Denzin e Lincoln (2000) parecem ter incorporado essa dinâmica da metáfora do *bricoleur*, apresentando-a como sugestiva. De acordo com os autores, tendo em vista que os pesquisadores qualitativos têm à sua disposição uma variedade de estratégias e métodos de coleta e análise de dados passíveis de serem empregados, seu trabalho pode ser visto como uma construção praticamente manual, artesanal. Não se tem caminho predeterminado, rígido e único, o que, indubitavelmente, abre grande espaço para a criatividade do pesquisador, entendido como *bricoleur*. A multiplicidade de caminhos disponíveis e a serem desenvolvidos é tão grande, que Coffey e Atkinson (1996) não vislumbram a possibilidade de haver somente um meio de abordagem dos materiais levantados pelas pesquisas qualitativas. Tesch (1990) segue a mesma linha, constatando a existência expressiva de, no mínimo, 26 estratégias de análise para dados qualitativos.

Todavia, a despeito dessa multiplicidade de caminhos, é possível traçar um plano geral, um fio condutor, que perpassa transversalmente a dinâmica de uma análise qualitativa. Tesch (1990), conforme aponta Godoy (2006, p.137), conseguiu desenvolver com êxito esse fio condutor, apresentando “dez princípios e práticas orientadores da análise qualitativa e que

se acredita sejam úteis e pertinentes ao estudo de caso”. Esses dez princípios formulados por Tesch (1990), de acordo com Godoy (2006, p.137), ditam que:

- 1) A análise não é a última fase do processo de pesquisa; ela é concomitante com a coleta de dados e é cíclica. A análise começa com o primeiro conjunto de dados e torna-se, além de paralela à coleta, integrada aos próprios dados.
- 2) O processo de análise é sistemático e abrangente, mas não rígido. Caminha de forma ordenada, requer disciplina, uma mente organizada e perseverança. A análise só termina quando novos dados nada mais acrescentam. Neste ponto, diz-se que o processo analítico “exauriu” os dados.
- 3) A análise de dados inclui uma atividade reflexiva que resulta num conjunto de notas que guia o processo, ajudando o pesquisador a move-se dos dados para o nível conceitual.
- 4) Os dados são segmentados, isto é, divididos em unidades relevantes e com sentido próprio mantendo, no entanto, a conexão com o todo. A análise se concentra em conjuntos de partes dos dados, cada vez menores e mais homogêneas.
- 5) Os segmentos de dados são categorizados de acordo com o sistema de organização que é predominantemente derivado dos próprios dados. O material pertencente a cada categoria particular é agrupado, tanto conceitual como fisicamente, de forma indutiva.
- 6) A principal ferramenta intelectual é a comparação. O método de comparar e contrastar é usado praticamente em todas as tarefas intelectuais durante a análise para formar as categorias, estabelecer suas fronteiras, atribuir segmentos de dados às categorias, sumarizar o conteúdo de cada categoria e encontrar evidências negativas.
- 7) As categorias são tentativas e preliminares desde o início da análise e permanecem flexíveis já que, sendo derivadas dos próprios dados, devem acomodar dados posteriores.
- 8) A manipulação de dados qualitativos durante a análise é uma tarefa eclética. Não há melhor meio de realizá-la, sendo a marca registrada da pesquisa qualitativa o envolvimento criativo do pesquisador.
- 9) Os procedimentos não são mecanicistas. Não há regras estritas que possam ser seguidas. Embora a pesquisa qualitativa deva ser conduzida artisticamente, ela requer muito conhecimento metodológico e competência intelectual.
- 10) O resultado da análise qualitativa é algum tipo de síntese de nível mais elevado. Apesar de muito de análise consistir em “quebrar em pedaços” os dados, a tarefa final é a emergência de um quadro mais amplo e consolidado.

Percebe-se que os dez princípios de Tesch (1990) corroboram, e muito, para a metáfora do *bricoleur*. Como se desprende analiticamente desses princípios, a análise qualitativa dos dados prospectados em um estudo de caso é praticamente tecida artesanalmente pelo pesquisador. Não há regras, ou mecanicismo predeterminados, apenas o envolvimento criativo do pesquisador em se pautar por uma análise sistemática e abrangente que, concomitante à prospecção, permite a ele interpretar e inferir aquilo que observa. Sendo por meio de conexões e comparações que o pesquisador vai tecendo sua interpretação.

Para que isso fosse possível, essa *bricolage*, em sua dinâmica, foi tecida da seguinte forma: os documentos e toda cultura material da cooperativa acessada foram observados em

seu contexto operacional e comparadas as suas letras a suas dinâmicas na práxis. Pela observação não-participante, por meio das observações e diálogos do pesquisador em campo, possibilitou-se construir uma interpretação das entrelinhas dadas em contextos, além da observação de portas de entradas para *insights* de análise do fenômeno. Finalmente, as entrevistas semi-estruturadas, com papel preponderante nessa construção interpretativa, tiveram seus resultados tratados como narrativas construídas pelos cooperados. Optou-se, então, para corroborar a atividade de *bricolage* à análise das entrevistas, tomar as narrativas dos cooperados como crônicas (COFFEY e ATKINSON, 1996).

Conforme Coffey e Atkinson (1996), os seres humanos são atores sociais envolvidos em narrar suas experiências e vidas como crônicas que carregam uma série de eventos, influências e decisões, que articulam o passado com o presente. Organizam suas vidas e experiências por meio de histórias que fazem sentido entre si, constituindo uma autobiografia cronista que potencializa rica fonte de dados, tendo no modo como ela se estrutura a perspectiva do individual em relação com o contexto social no qual o indivíduo está inserido. Desse modo, a análise das narrativas construídas nas entrevistas executadas nessa dissertação foi feita por meio da interpretação das histórias, vocabulário, retóricas, julgamentos de valor sobre o passado e presente relativos ao contexto específico no qual esses indivíduos estão inseridos: uma cooperativa de reciclagem.

3.2.4 Apresentação dos resultados e da análise

Tendo em vista a realização de um estudo de caso de características descritiva e interpretativista e considerando as narrativas como crônicas (COFFEY e ATKINSON, 1996), num processo de análise inspirado na metáfora do *bricoleur* (DENZIN e LINCOLN, 2000), o relatório da apresentação dos resultados e da análise da presente dissertação foi estruturado

com fortes influências e inspiração nos trabalhos do antropólogo Geertz. Esta inspiração está pautada na prática da descrição densa (GEERTZ, 1989).

A descrição densa, trabalhada por Geertz (1989), tem sua origem nos estudos fenomenológicos de Dilthey, na lingüística de Ryle e resgata os estudos da semiótica e da hermenêutica. Sua utilização é defendida pelo antropólogo norte-americano nos trabalhos de campo etnográficos, caracterizando-o como atividade que não está em busca de grandes generalizações e teorias universais, mas de uma interpretação possível para um fenômeno determinado em seu contexto. Dessa maneira, a descrição densa entende o campo como um texto, pelo qual, a partir de sua leitura, se pretende dar uma interpretação ao fenômeno estudado, procurando suas conexões, motivações e seus significados. Descrição densa, nesse sentido, nada mais é do que a construção dos fatos e eventos observados no campo, como se fosse a escrita de um texto concebido pela leitura feita por um pesquisador de determinado fenômeno em contexto. O pesquisador, como o crítico literário, descreve o fenômeno de modo completo e literal, relatando imagens, situações e, principalmente, inscrevendo o discurso do nativo, dos indivíduos autóctones do campo.

O relatório de apresentação dos resultados dessa dissertação apresenta-se como narrativa em prosa para inscrever os discursos dos cooperados, democratizando o texto, e tecer, por meio de *insights*, a construção de possível interpretação de como os cooperados constroem e vivenciam a gestão de determinado empreendimento solidário de cunho cooperativista, a *Cooperlários*.

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

4. Apresentação dos Resultados: um olhar descritivo

O objetivo do item *Apresentação dos Resultados: um olhar descritivo* é o de reconstruir a história da *Cooperlários*, de sua origem até como ela está organizacionalmente estruturada atualmente. Pautado pelas narrativas levantadas nas entrevistas, na observação em campo e na análise de documentos, este item aborda o processo de concepção da idéia de se fundar uma cooperativa, passando pela sua concretização e finalizando em como a organização está atualmente estruturada.

4.1 Da concepção à constituição da *Cooperlários*

A concepção da idéia de se criar um empreendimento de coleta e processamento de materiais recicláveis e/ou reutilizáveis na região periférica da cidade de Americana, interior de São Paulo, ocorreu em meio ao processo de interação entre os agentes públicos da Prefeitura Municipal de Americana e a comunidade local. Seus primeiros esboços partiram da Prefeitura no ano de 1996, quando do desenvolvimento do projeto de urbanização da favela da Vila Martins. De responsabilidade da então Secretaria de Promoção Social e Habitação, esse projeto tinha por objetivo urbanizar uma grande favela da periferia da cidade por meio de mutirões de construção de casas populares. Como destaca o vereador Marco Antonio Alves Jorge (PDT), popularmente conhecido como Kim, líder desse projeto,

(...) inicialmente, nós desenvolvemos ali naquela região um projeto da urbanização de uma favela. Uma favela muito grande, que era chamada de favela da Vila Martins. Lá chegou a ter mais de 1.000 famílias que residiam naquele local. E esse projeto de urbanização passou por uma grande discussão com os moradores de lá, com os proprietários da área, tudo com a intervenção e a coordenação da Prefeitura, que fez esse papel de relacionamento entre a comunidade e os proprietários da terra, enfim, pra poder transformar aquela favela em um bairro urbanizado do município. E aí, quando iniciou o projeto de implantação realmente da proposta de moradia foram vários mutirões.

Por se tratar de um projeto de urbanização pautado pela organização da comunidade local em mutirões de construção, sua dinâmica de execução desenvolveu interação entre o poder público e a comunidade. Tendo em vista que, a despeito de todo o processo negociador com os proprietários das terras, bem como a organização dos mutirões terem sido liderados pela Prefeitura Municipal, tudo foi conduzido em “grande discussão com os moradores de lá”, como relatado pelo vereador Kim.

Essa liderança assumida pela Prefeitura na condução e no relacionamento com a comunidade durante o projeto foi relevante, uma vez que permitiu aos agentes públicos viverem a comunidade e observarem suas carências e demandas. Dentre as questões que começaram a emergir desse processo, uma, em particular, destacou-se consideravelmente. Como narra o vereador Kim,

(...) foram vários mutirões que nós realizamos. E o que foi identificado durante esse processo? É que muitas famílias que ali residiam sobreviviam da reciclagem. Eram catadores e as pessoas juntavam seu material reciclável no lado do barraco.

A identificação da existência de indivíduos que sobreviviam da coleta de materiais recicláveis e reutilizáveis no local foi dada, primeiramente, pela reclamação da comunidade com relação à influência gerada pelo tipo e pela forma que esta atividade estava sendo executada no bairro. Realizada precariamente, a coleta estava trazendo sérios problemas à saúde e salubridade dos indivíduos em suas moradias e vizinhança.

A questão da salubridade evidenciou-se no cotidiano da comunidade, pois, por não trabalharem em lugares específicos e apropriados, todos os catadores residentes saíam à revelia pelas ruas da cidade, “catando” todo o tipo de material reciclável e/ou reutilizável que pudesse gerar algum tipo de renda pela sua venda. Ao final do dia, acabavam por utilizar suas próprias casas (à época barracos frutos de construção precária por eles mesmos) como armazém. Atividade que transformava o ambiente em local extremamente insalubre, tanto

para seus moradores, como para seus vizinhos. Como uma catadora relata sobre esse período, chegou ao ponto em que

... num tinha mais assim como você guardar em casa. Tava juntando barata, rato, sabe? Aí ia pra dentro de casa, comia com você na panela. Ria com você o rato. É, porque tudo isso eles faziam com o cê. Aí cê não botava veneno com medo de alguma criança ir lá e comê aquele resto de comida, matá também os cachorro...

A precariedade do trabalho de coleta, que em sua dinâmica trazia pequeno ganho para o catador, bem como gerava externalidade negativa na salubridade do bairro, sensibilizou os agentes públicos envolvidos no projeto de urbanização, colocando duas questões centrais que deveriam ser equacionadas e pensadas de modo integrado: a primeira, relativa à urbanização em curso, acerca da necessidade de se preservar a salubridade do bairro; e a segunda, a de possibilitar aos catadores a continuação de sua atividade, dado que na grande maioria dos casos essa era a única fonte de renda. Conforme o vereador Kim,

(...) começou vir a preocupação, “olha nós vamos mudar agora pra nossas casas... nós vamos ficar juntando esse material reciclável no fundo do quintal?” Houve essa discussão com as famílias. Como é que nós vamos fazer? Agora nós vamos mudar pras casas e vai amontoar esse monte de material reciclável dentro de casa? E vai juntar rato, barata, escorpião... Enfim, começou a ter esse tipo de discussão entre os participantes do projeto de moradia. E por outro lado tinha aqueles que se preocupavam com a questão da salubridade do bairro, né? Que não poderia deixar as residências serem transformadas em depósitos de material, mas também por outro lado tinha a questão da sobrevivência daquelas pessoas que usam do material. É reciclado, como uma forma de seu sustento, então, nós precisávamos equacionar essa questão.

Como primeira ação, convocou-se, por iniciativa da Prefeitura, todos os catadores do bairro para uma série de reuniões, com vistas a se discutir a possibilidade de equacionar essas questões por meio da organização do trabalho de coleta. Uma assistente social da Prefeitura percorreu todo o bairro, de porta em porta, cadastrando e convocando todos os catadores para comparecerem a uma série de assembléias comunitárias presididas pelos agentes da Prefeitura.

A principal idéia por detrás da realização dessas assembléias era a de colocar em pauta a discussão da atividade de coleta de materiais recicláveis e reutilizáveis no local, com

objetivo de reconhecê-la e, principalmente, organizá-la em bases sólidas, resolvendo com isso a questão da insalubridade e potencializando a eficiência tanto econômica como social dessa atividade.

As assembléias comunitárias sobre a temática da coleta de materiais recicláveis e reutilizáveis desenvolveram-se durante aproximadamente dois anos, do final de 1996 ao final de 1999. O histórico levantado dessas assembléias nas entrevistas realizadas nesta pesquisa permite analisar todo esse processo de concepção da idéia de organização da atividade de coleta de material em duas fases claramente definidas, sendo cada uma delas um devir de maturidade: a) A questão da salubridade: a organização do galpão; e b) Necessidades organizacionais: a cooperativa.

4.1.1 A questão da salubridade: a organização do galpão

Pela primeira vez, Prefeitura e catadores encontraram-se para debates acerca das atividades dos últimos no bairro. A percepção manifestada era a de que tanto a Prefeitura quanto os catadores não tinham ao certo o que pretendiam de início. Havia, apenas, a intenção clara de “equacionamento da questão” pela Prefeitura e certo receio dos catadores com a real política a ser implementada para eles a partir dali.

Nessas primeiras assembléias, a média de participantes foi de cerca de 50 indivíduos, a maioria de catadores. O número, até que expressivo para atividades políticas e comunitárias dessa natureza, deveu-se, em grande parte, ao trabalho da Prefeitura de convocação porta a porta dos catadores. Um trabalho que permitiu ao poder público não apenas cadastrá-los, mas também incentivar sua participação.

As primeiras assembléias foram caracterizadas pelo estreitamento do diálogo entre as partes. A intenção principal da Prefeitura era a de trocar experiências e conhecer quem eram

esses catadores e qual a dinâmica de suas atividades, ou seja, informar-se para propor uma saída viável para sua organização.

Dadas as poucas iniciativas e experiências desse tipo de diálogo do setor público brasileiro com sua comunidade mais próxima, somado, ainda, à inércia da baixa participação política dos brasileiros nesse tipo de processo, as primeiras reuniões realizadas não obtiveram a atenção e a consideração política inicial pelos catadores. Conforme relato de uma catadora, essas primeiras reuniões foram boas para eles, pois “tinha lanche e eles davam almoço”. A fala sincera, em referência direta à relevância das assembleias ocorrer, primeiramente, ao lanche e não ao objetivo político, apresenta dois pontos importantes de análise. O primeiro, da corroboração de que a população que sobrevive da coleta de materiais recicláveis e reutilizáveis está em situação social de risco, abaixo da linha da pobreza na maioria das vezes (BNDES, 2006). A existência de um lanche gratuito fornecido pelo Estado, seja em qual âmbito for (federal, estadual ou municipal), acabou por tornar-se atrativo para aqueles que não possuíam condições de ter todas suas refeições no dia. Já o segundo ponto trata da questão do estranhamento no início do diálogo entre a Prefeitura e os catadores. Tendo em vista que a convocação dos catadores partiu da Prefeitura, os primeiros diálogos foram caracterizados como distantes, pouco entrosados. Como em todo “assembleísmo”, há um tempo para maturar a interação e as discussões serem mais participativas e, principalmente, propositivas.

Após as primeiras assembleias, o estreitamento de laços entre a Prefeitura e os catadores começou a se desenvolver. Foi possível, por exemplo, discutir com maior propriedade a dinâmica dos catadores no cotidiano da atividade de coleta de materiais reciclável e reutilizável nos lixos das casas da cidade. O primeiro resultado prático desse alinhamento ocorreu pela instrução elaborada pela Prefeitura para aperfeiçoamento dos trabalhos dos catadores na rua. Instrutores da GAMA – Guarda Armada Municipal de Americana proferiram palestras, apresentando os cuidados que os catadores deveriam tomar

quando do exercício de seus trabalhos pela cidade – questões de trânsito e segurança, diplomando ao final do curso todos os participantes.

A primeira maturação desse processo de discussão comunitária do trabalho de coleta de materiais recicláveis e reutilizados ocorreu quando se começou a discutir, pela primeira vez, intervenção e projeto mais concreto. A Prefeitura começou a desenvolver e a esboçar uma ação integrada para equacionar a problemática, a qual, por questões de renda, visava manter as atividades dos catadores, ao mesmo tempo em que fosse possível retirar a armazenagem dos materiais coletados de suas casas, tendo em vista a questão da salubridade do bairro. Durante as discussões de concepção desse projeto, surgiram as seguintes indagações e idéias, conforme relata o vereador Kim:

(...) na época nós estávamos lá, construindo um barracão que seria para abrigar uma fábrica de tijolos que a gente já fez em outros bairros, que é uma fabriquinha comunitária, pra que o pessoal pudesse fabricar o tijolo para ampliar sua moradia. Enfim... Só que essa questão da reciclagem passou a despontar como uma prioridade naquele momento, porque a sobrevivência, o trabalho e a renda são fundamentais. Não dá pra você pensar em moradia se a pessoa não tiver condições de ter rendimentos pra pagar sequer a prestação da sua casa ou a conta de água ou de luz, enfim, o trabalho e renda são fundamentais pra questão social, né? Aliás, essas pessoas só estão em condições precárias de moradia porque elas não tiveram a oportunidade de ter um rendimento suficiente pra ter algo melhor, e então nós começamos a aprofundar essa discussão e chegamos a uma saída, que seria uma central de triagem, né? Agora, como ter essa central de triagem que todo mundo que já trabalhasse com aquilo poderia utilizar do espaço pra fazer o seu ganha pão, né?! Sem ter a necessidade de ter que fazer isso dentro da sua casa, né?

De acordo com o relato do vereador, a primeira idéia que norteou uma ação concreta foi a de utilização do espaço da olaria comunitária construída para fornecer tijolos aos mutirões das casas populares como um galpão de reciclagem que abrigasse esses catadores. Essa ação visava garantir a manutenção da atividade econômica no local, permitindo que ela fosse executada de modo mais organizado. Os catadores exerceriam suas coletas normalmente pela cidade e teriam, à disposição, um galpão para armazenagem e seleção de seus materiais.

Num primeiro momento, a utilização do espaço da olaria como galpão foi muito bem aceita pelos catadores.

A gente catava na rua e guardava aqui [galpão]. Cada um pesava seu material e guardava. Então passava o caminhão e levava o seu material (Turim).

Com a instalação e a dinâmica de utilização do galpão, observou-se, inclusive, certa migração de atividades. A existência de espaço público para exploração de atividades privadas pelos indivíduos que exerciam a coleta de materiais recicláveis e reutilizáveis, deslocou a grande maioria dos catadores locais para esse espaço, incentivando o surgimento de “novos” catadores – indivíduos desempregados que vislumbraram, nesse momento, relativa oportunidade de trabalho para geração de renda. Como relatou Turim, “todo mundo queria participar desse projeto que o Kim fez”.

Aos poucos, a dinâmica de uso do galpão gerou um ponto de conflito organizacional, principalmente, com relação aos pagamentos.

Como ia sê a forma de pagamento? Porque tinha pessoas que queria o dinheiro todos os dia. Veio aqui, catô na rua, que nem geralmente é agora, que as pessoas faiz. Cata na rua e já pega, já vende, já recebe, já passa no mercado, já compra... (Turim).

Esse processo de conflito organizacional sobre como ocorreria a forma de pagamento da venda dos materiais selecionados e armazenados pelos catadores no galpão implicou a retomada de algumas assembléias. Pautados pelas experiências visitadas em outras cidades da região, a Prefeitura optou como sugestão de superação desse problema, bem como para organizar todas as atividades dos catadores, colocar em pauta a possibilidade de transformação do galpão em organização cooperativa.

4.1.2 Necessidades organizacionais: a cooperativa

A escolha do modelo cooperativista de organização do trabalho para ser implementado com os catadores que operavam no galpão foi dada pela avaliação positiva da Prefeitura como sendo esse o modelo mais sólido e sustentável para alcançar os objetivos institucionais e gerenciais do trabalho de coleta e seleção de materiais recicláveis e reutilizáveis no local. A

cooperativa seria uma resposta organizacional adequada para dar uma forma mais eficaz e sustentável ao projeto.

Começou, então, novo processo, pelo qual a Prefeitura, em diálogo com os catadores que operavam no galpão, buscou argumentar e construir a idéia de formação de uma organização coletiva de trabalho nos moldes cooperativistas.

Foi discutido o cooperativismo, porque a cooperativa, ela é a figura jurídica que é capaz de organizar de forma lógica, onde tem o estatuto, onde existem regras, né? Para uma gestão coletiva, de um trabalho em conjunto, né? A partir daí, então, é que tivemos várias conversas, trouxemos experiências de cooperativas, pra tá conversando com o pessoal. Trouxemos alguns órgãos técnicos que pudessem dar uma capacitação sobre cooperativismo de maneira a tá esclarecendo a todo mundo que estava envolvido nessa questão, como é que poderia funcionar uma cooperativa e qual era o papel. E a partir daí então, houve todo esse processo (Vereador Kim).

Um dos pontos tidos como relevante para a implementação da cooperativa é que o início de seu processo organizativo foi dado pela Prefeitura, que se apoiou nas próprias características do modelo cooperativista, bem como na confiança gerada por todo estreitamento de diálogo entre a comunidade e o poder público, adquirido durante o projeto de urbanização e de organização dos catadores. Como relata o vereador Kim,

Nesse processo do cooperativismo, é muito importante ter o elo de ligação entre as pessoas, né? E naquele momento nós sentimos essa responsabilidade, né! Por quê? Porque as pessoas já tinham, de uma certa forma, identificado na nossa pessoa [Prefeitura], ou seja, da equipe que tava trabalhando com eles no mutirão da moradia, alguém que na verdade tava ali preocupado em melhorar a vida de todos, né? Não era, vamos dizer, alguém que apareceu do nada ou que não tinha alguma relação ou algum compromisso com aquela comunidade. E a gente sentiu que quando nós debatíamos esse assunto, as pessoas tinham aquela credibilidade, vamos dizer, aquele olha “eu vô presta atenção apesar de eu achar que isso é uma coisa complicada... como é que vai fazer, como é que eu vou trabalhar junto com aquele outro, que eu desconfio dele e ele desconfia de mim”? Enfim, essa relação de confiança entre as pessoas é um ponto importantíssimo pra constituir um grupo, né? E como, infelizmente, a nossa sociedade tem uma relação desgastada de confiança mútua, né, então se torna difícil você constituir um grupo coeso. E a gente [Prefeitura] procurou inverter esse papel de trabalho, dizendo que mesmo que eu não confio em ninguém, mas se nós fizermos uma estrutura com regras claras, tudo feito por escrito, né, vai dar uma proteção pra todos, né? O meu companheiro de trabalho vai estar protegido contra uma eventual má intenção da minha parte e vice e versa, então todos nós deveremos respeitar as regras e dessa forma, nenhum deverá ser lesado por conta de uma atitude desviada de um outro colega ali daquela mesma organização.

O discurso apresentado pela Prefeitura, na figura de seu líder, o vereador Kim, era o da preocupação de não apenas convencer os catadores de que a cooperativa era uma saída útil e viável, mas mostrar isso pelo devir de seu próprio processo de construção, com participação ativa da comunidade. A principal preocupação na condução desse processo, conforme apresentado pelo vereador, não era a de tomar para o poder público o papel de fundador e comandante do processo organizativo e a gerência da cooperativa, mas apresentar a cooperativa como benéfica para cidade e comunidade e, principalmente, prover os catadores da noção de cooperados e assessorá-los em seus primeiros passos.

A gente sempre procurou estar presente, né! No sentido de sempre estar acompanhando, orientando, né? Buscando inclusive, no poder público, um suporte necessário pra que essa comunidade pudesse se organizar. Porque não dá pra imaginar que de um grupo de catadores, que nós sabemos que tem uma renda muito aquém daquela necessária, né? Que eles vão se tornar empresários do dia pra noite, sem um suporte, né?

Desse modo, após algumas assembléias de exposição sobre o que seria uma cooperativa e os ganhos que os catadores poderiam conquistar atuando nessa forma de organização, chegou-se, finalmente, a votação favorável pela sua implantação. Em uma assembléia lotada, nos idos de 1999, uma salva de palmas rompeu o silêncio da noite, aclamando o nome escolhido para o mais novo empreendimento do bairro: *Cooperlírios*.

O nome *Cooperlírios* carrega em si dois termos: o *Cooper* e os *Lírios*. Os *Lírios* trata-se de uma referência clara ao local de instalação do empreendimento, o loteamento popular Jardim dos Lírios que deu nome ao bairro após a urbanização de sua favela (Vila Martins). Já o prefixo *Cooper* é uma denominação ao tipo de empreendimento fundado, uma cooperativa.

4.2 A *Cooperlírios* em sua letra formal

Como resultado final das assembléias de discussão da situação dos catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis e de suas atividades ocorridas durante o processo de

urbanização da favela da Vila Martins, realizou-se, em dezembro de 1999, uma assembléia na qual 14 homens e 10 mulheres reuniram-se enquanto sócio-fundadores para constituírem, formalmente, daquele dia para o futuro, a *Cooperlírios*.

Nos termos da legislação vigente, Decreto-lei n 5.674/71, a *Cooperlírios* foi fundada pela razão social Cooperativa de Trabalho de Coleta, Processamento e Comercialização de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis como uma Sociedade Cooperativa de Trabalho, de natureza civil, de responsabilidade limitada e sem fins lucrativos.

Com uma quota-parte de valor unitário de R\$1,00, todos sócio-fundadores subscreveram R\$10,00 para o capital deste novo empreendimento, tendo por objetivo principal congregar cooperados para a produção de serviços na área de coleta e reciclagem de materiais reutilizáveis e recicláveis.

Conforme o Estatuto aprovado no dia 5 de janeiro de 2000, a *Cooperlírios*

objetiva a defesa econômico-social de seus associados, por meio da ajuda mútua, proporcionando-lhes condições para o exercício e aprimoramento de suas atividades profissionais, além de proporcionar a seus associados os meios necessários à coleta, triagem, armazenamento, processamento e comercialização de materiais reutilizáveis e recicláveis, oferecendo alternativa organizada de trabalho e renda, contribuindo sobremaneira com a preservação do meio ambiente.

Para consecução desses objetivos existenciais e sociais da organização, o parágrafo primeiro do artigo 2º de seu Estatuto determina que, de acordo com os recursos disponíveis e prévia programação, a cooperativa se propõe a:

- a) contratar serviços para seus associados em condições convenientes;
- b) propiciar apoio aos associados no que for necessário para melhor execução dos serviços;
- c) providenciar e organizar os serviços aproveitando a capacidade dos associados, distribuindo-os sempre conforme suas aptidões e o interesse coletivo;
- d) promover assistência social e educacional aos associados e respectivos familiares, utilizando-se do FATES –Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social;
- e) realizar, em benefício de seus associados, seguro de vida coletivo e de acidente de trabalho;
- f) proporcionar, via convênios com sindicatos, universidades, cooperativas, prefeituras e outros órgãos, benefícios previstos em prol da entidade;
- g) promover, ainda, a educação cooperativista, a expansão do cooperativismo e da cooperativa e a modernização de suas técnicas;
- h) alertar e sensibilizar as organizações governamentais e não-governamentais e a sociedade em geral, quanto a necessidade de incentivar o trabalho, que tem como

- princípios fundamentais, reduzir, reutilizar e reciclar com conscientização social e ecológica;
- i) organizar, contratar e manter todos os serviços administrativos, técnicos e sociais, visando alcançar seus objetivos

4.2.1 Desenho organizacional: organograma

A estrutura organizacional concebida para *Cooperlírrios* desenhou-se nos seguintes órgãos sociais, conforme o Capítulo V de seu Estatuto: Assembléia Geral; Diretoria; e Conselho Fiscal. Assembléia Geral “é o órgão supremo da sociedade e dentro dos limites legais e estatutários tomará toda e qualquer decisão de interesse da cooperativa” (Artigo 21, Estatuto). Sua periodicidade será tanto ordinária, para qual será denominada Assembléia Geral Ordinária, quanto extraordinária, denominada nesse caso como Assembléia Geral Extraordinária. A Assembléia Geral Ordinária é aquela que se reúne, obrigatoriamente, uma vez por ano, sempre no decorrer dos três primeiros meses após o término do exercício social (Artigo 26, Estatuto). Seus assuntos de deliberação, por Estatuto, seguem a seguinte ordem: a) prestação de contas dos órgãos da Administração (Relatório de Gestão; Balanço Geral; Demonstrativo de sobras apuradas ou das perdas; Plano de Atividades da Cooperativa para o exercício seguinte; Parecer do Conselho Fiscal); b) destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas; e c) fixação do valor dos honorários, gratificações. Já a Assembléia Geral Extraordinária poderá ser chamada a qualquer tempo, podendo deliberar sobre qualquer assunto de interesse da sociedade. Dentre suas competências exclusivas, conforme o artigo 28 do Estatuto, encontram-se: reforma do estatuto; fusão, incorporação ou desmembramento; mudança do objeto da sociedade; dissolução voluntária da sociedade e nomeação de liquidante; e contas do liquidante.

A Diretoria da *Cooperlírrios*, responsável pela administração da cooperativa, é formada por um Diretor-Presidente, um Diretor-Administrativo e um Diretor-Secretário, os quais são

eleitos pela Assembléia Geral para um mandato de dois (2) anos. Dentre as funções estatutárias designadas a ela, encontram-se as seguintes atribuições:

- a) programar as operações e serviços, estabelecendo as qualidades e fixando quantidades, valores, prazos, taxas e demais condições necessárias a sua efetivação;
- b) elaborar o Regimento Interno da Cooperativa, estabelecendo, normas para o seu funcionamento, regras de relacionamento social e sanções ou penalidades a serem aplicadas nos casos de violações ou abusos cometidos contra disposições da Lei, Estatuto e do próprio Regimento Interno;
- c) deliberar sobre a admissão, eliminação ou exclusão de cooperados;
- d) deliberar sobre a convocação da Assembléia Geral, fixar as despesas de administração em orçamento anual que indique a fonte de recursos para cobertura;
- e) verificar mensalmente, no mínimo, o estado econômico-financeiro da cooperativa, o desenvolvimento dos negócios e das atividades em geral, através de balancetes e demonstrativos específicos;
- f) avaliar e providenciar o montante dos recursos financeiros e dos meios necessários ao atendimento das operações e serviços;
- g) determinar a taxa destinada a cobrir despesas dos serviços da Cooperativa;
- h) contratar profissionais fora do quadro social, sempre que se fizer necessário e fixar valores de honorários e demais normas;
- i) contratar, se necessário, os serviços de auditoria, conforme a Lei Cooperativista;
- j) contratar, sempre que julgar conveniente, o assessoramento de técnico para auxiliá-la no esclarecimento de assuntos a decidir, podendo determinar que seja apresentado, previamente, projeto ou parecer sobre questões específicas;
- l) indicar o banco ou bancos onde devem ser feitos os depósitos do numerário disponível, bem como fixar o limite máximo do saldo que poderá ser mantido em caixa;
- m) adquirir, alienar ou onerar bens imóveis, com expressa autorização da Assembléia Geral;
- n) contrair obrigações, transigir, adquirir bens móveis, ceder direitos e constituir mandatários;
- o) participar de seminários, cursos, eventos, representando a sociedade, ou designar alguém;
- p) viajar para tratar de assuntos de interesse da Cooperativa ou designar alguém para tanto (Artigo 33, Estatuto).

O Conselho Fiscal, formado por três membros efetivos e três suplentes, é eleito pela Assembléia Geral para um mandato de um ano, com a possibilidade de reeleição de apenas um terço de seus componentes. Sua reunião deverá ocorrer mensalmente, prevendo, inclusive, sua chamada extraordinária a qualquer tempo (Artigo 40, Estatuto). Dentre as atribuições do Conselho, encontram-se, de acordo com o artigo 42 do Estatuto,

- a) conferir, mensalmente, o saldo do numerário existente em caixa, verificando, também, se o mesmo está dentro do limite estabelecido pela Diretoria;
- b) verificar se os extratos das contas bancárias conferem com a escrituração contábil;
- c) examinar se os montantes das despesas e inversões realizadas estão de conformidade com os planos, orçamentos e decisões da Diretoria;
- d) verificar se as operações realizadas e os serviços prestados correspondem em volume, quantidade, qualidade e valor, previsões feitas e às conveniências econômico-financeiras da cooperativa;

- e) examinar se a Diretoria reúne-se de acordo com o determinado no Estatuto Social e se existem cargos vagos;
- f) averiguar se existem reclamações de cooperados quanto aos serviços prestados;
- g) verificar se o recebimento dos créditos é feito com regularidade e se os compromissos são atendidos com pontualidade;
- h) averiguar se existem problemas com empregados e profissionais a serviço da cooperativa;
- i) apurar se existem exigências ou deveres a cumprir junto às autoridades fiscais, trabalhistas e previdenciárias;
- j) averiguar se os estoques de materiais, equipamentos e outros estão corretos, e se os inventários periódicos ou anuais são feitos com observâncias das regras próprias;
- l) estudar os balancetes e outros demonstrativos mensais, o balanço e o relatório anual da Diretoria (ou Conselho Administrativo) emitindo parecer sobre estes à Assembléia Geral;
- m) informar a Diretoria sobre as conclusões dos seus trabalhos, denunciando as irregularidades constatadas e convocando a Assembléia Geral se ocorrerem motivos graves e urgentes.

4.2.2 Os cooperados

A *Cooperlírios* conta, atualmente, com vinte cooperados em seu quadro. Entretanto, a Cooperativa mantém extenso e ativo cadastro, pelo qual novos indivíduos são recrutados para grandes trabalhos de coletas, como a Festa do Peão de Americana ou outros eventos sociais. Apesar de possuírem vinte cooperados, não são todos eles que são totalmente ativos. Observou-se média ativa de quinze cooperados, sendo que, rotineiramente e à frente dos trabalhos cotidianos da organização, constatou-se por volta de treze cooperados.

O perfil observado dos cooperados é de migrantes regionais e intra-regionais. A grande maioria veio do Nordeste brasileiro, quando de sua adolescência, em busca de oportunidades de trabalho em terras paulista ou, ainda, para se juntarem a familiares que haviam migrado anteriormente. A outra parte é formada por indivíduos que migraram do interior do Estado de São Paulo, de cidades próximas à região de fronteira com o Centro-Oeste, com objetivo de acompanhar suas famílias. Apenas uma parte residual do quadro de cooperados é natural da Região Metropolitana de Campinas, na qual se situa a cidade de Americana.

Em dados demográficos, levantados no decorrer da pesquisa, pode-se constatar que a média de idade dos cooperados é de aproximadamente 40 anos, entretanto, com considerável desvio-padrão. Há cooperados ativos, com 50 e 55 anos, e outros cooperados de 19 anos, ocorrendo predominância no número de mulheres sobre homens. Com relação à escolaridade, constatou-se que a maior escolaridade declarada é o ensino médio, sendo que a maioria, quando declarado ter possuído frequência escolar, completou somente o ensino fundamental.

Logo, o perfil dos cooperados da *Cooperlírios* constituiu-se no brasileiro migrante de baixa renda e baixa escolaridade que, em situação de risco, migrou para cidades do eixo Ribeirão Preto – São Paulo (Capital) em busca de oportunidades de trabalho, residindo na periferia das cidades e sobrevivendo, em sua grande maioria, da informalidade e “bicos” no mercado de trabalho. Dos vinte cooperados da *Cooperlírios*, dez foram entrevistados para essa pesquisa. Desses dez, oito mulheres e dois homens, todos moram no Bairro Jardim dos Lírios, sendo que quatro participam e um já participou da administração da Cooperativa, em cargos no Conselho Fiscal ou Diretoria.

4.2.3 Local de trabalho: o espaço

A Cooperativa está localizada no Bairro Jardim dos Lírios, um loteamento popular na periferia da cidade de Americana. Não muito grande, o espaço da *Cooperlírios* pode ser analisado por uma divisão em três áreas distintas: prédio; produção e armazenagem. A área do prédio compreende a única construção do espaço. Nela, encontra-se uma pequena casa, a qual se divide em dois banheiros, uma copa e duas salas – diretoria e almoxarifado. A principal função desse prédio é servir de base de apoio, tanto para a dinâmica dos trabalhos, com banheiros e copa, como para a administração da cooperativa (arquivos, sala para reunião etc.). O almoxarifado, além de armazenar utensílios da cooperativa, também serve para

armazenagem do material selecionado alumínio. De alto valor agregado, o alumínio selecionado é reservado nessa área por questões de segurança. Pois quando deixado nas áreas externas destinadas à armazenagem é constantemente furtado. Também fica no corredor desse prédio o mural com os informativos da Cooperativa: remuneração; reuniões etc.

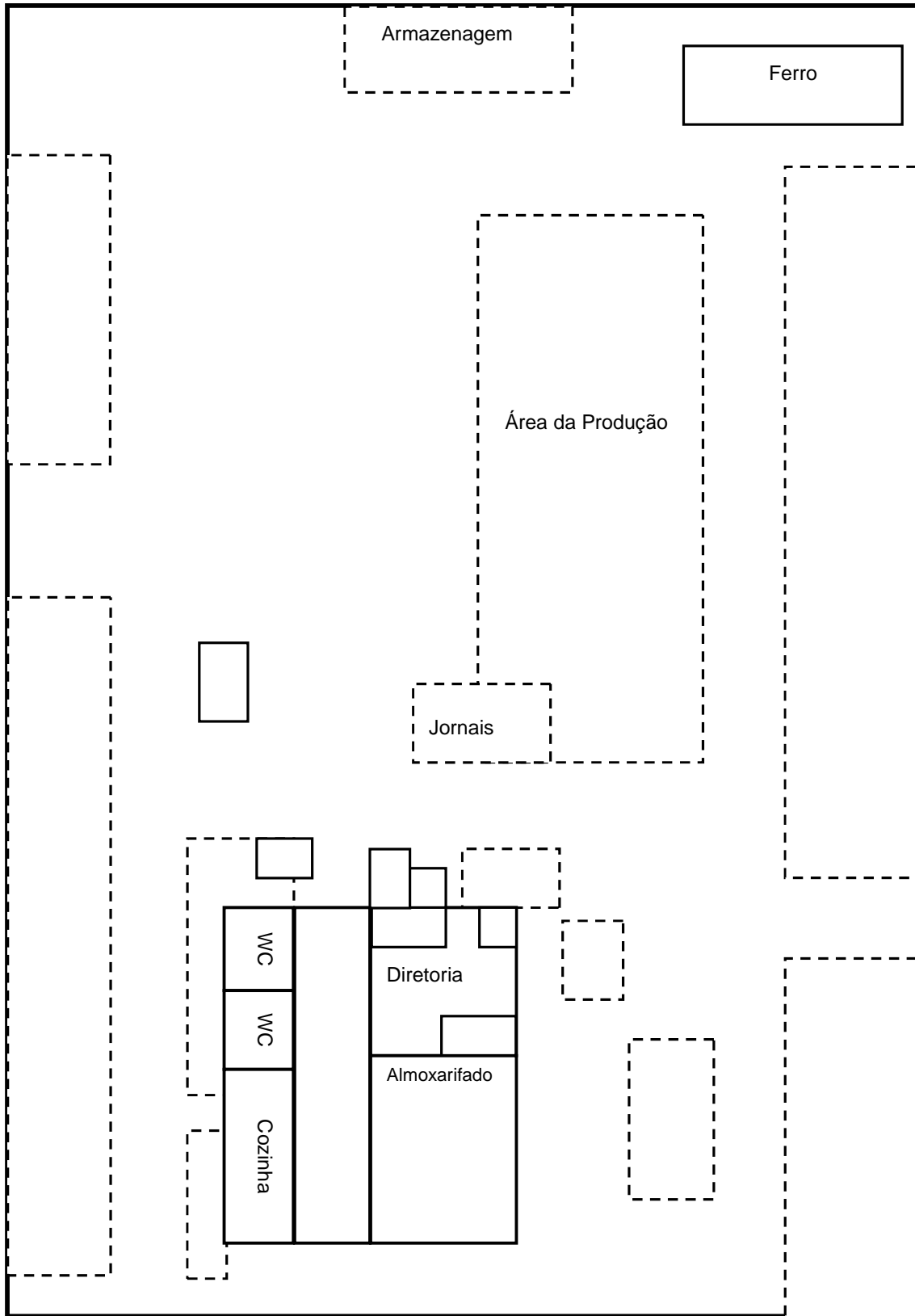
Sob um barracão de zinco, logo à frente do prédio, fica a principal área do Grupo Horista, bem como uma área de descanso. Encontram-se, nesse espaço, a prensa e a balança, equipamentos para os trabalhos do Grupo Horista. Como extensão do prédio, os cooperados também alocaram uma geladeira com uma mesa – destinada para o lanche dos cooperados, formando uma área de descanso. Nessa área, em frente ao prédio e entre a balança e a prensa, os cooperados reúnem-se para lanchar, descansar do sol forte, conversar e fazer suas reuniões de deliberação, suas pequenas assembléias. É o principal ponto de encontro da cooperativa, de reconhecida intensidade e dinâmica social entre eles.

A área de produção encontra-se bem no meio do espaço. Trata-se do coração da *Cooperlírrios*, ocupando a maior e mais ativa parte do espaço. É nessa área que todo o material é descarregado para triagem e seleção.

A área de armazenagem possui dois pontos específicos, o primeiro, distribuído pelas laterais do espaço, destina-se à armazenagem dos *bags* produzidos pelos recicladores e outras pequenas áreas para materiais que não se utilizam de *bags*, como isopor, ferro, plástico duro etc. O segundo ponto de armazenagem, para despacho de venda, encontra-se na entrada da Cooperativa. Nesse ponto, os fardos, já prensados, são armazenados e aguardam seu despacho para o caminhão do comprador.

O espaço utilizado pela *Cooperlírrios* possui a seguinte distribuição, conforme esboçado na:

FIGURA 1 – Mapa Cooperlírrios



4.2.4 A gestão da *Cooperlários*: divisão e processo do trabalho

A *Cooperlários* mantém gestão de trabalho para a seleção de material reciclável e reutilizável organizada em dois grupos: Produção e Horista. O Grupo Produção é caracterizado por incorporar todo o trabalho relativo à triagem e à seleção do material. Trata-se, portanto, da atividade de triagem e seleção manual de todo material que é coletado na cidade e entregue à Cooperativa, os quais são selecionados conforme o Quadro 2. Já o Grupo Horista é responsável por todo o trabalho executado em cima do material já selecionado, ou seja, a pesagem, a prensagem e o despacho para os compradores.

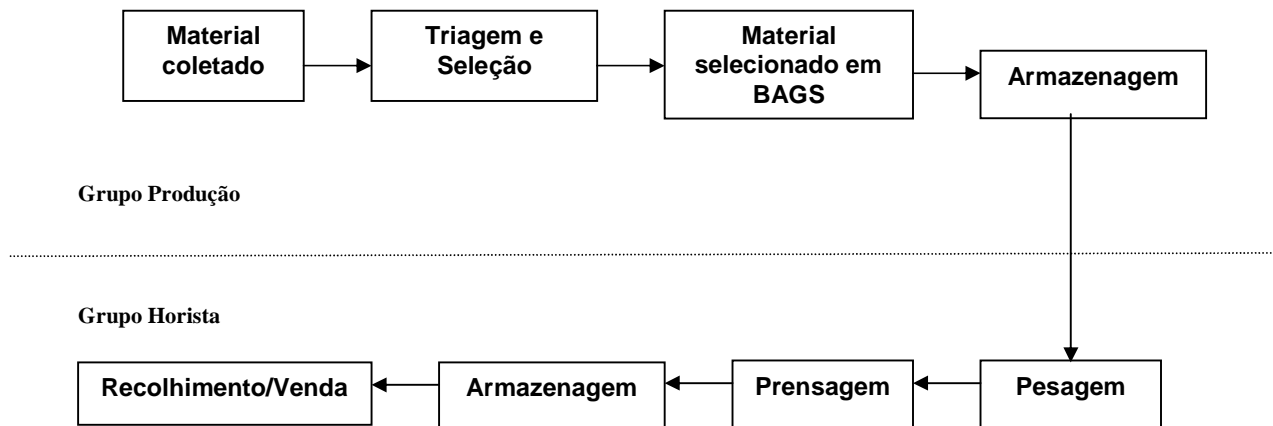
QUADRO 2 – Grupos de materiais selecionados

GRUPO	MATERIAIS
PET	Água Refrigerante Óleo Maionese Catchup
PAD	Cândida Suco Leite
Tetra	Longa Vida
PS	Copinho Danone
Papelão	Primeira (Capa) Segunda (Colorido)
Tampinha	Tampinha PET
Jornal	Jornal
Revista	Revista
Arquivo	Papel Branco
Mistão	Todo tipo de papel – outros
Caixa de Ovo	Caixa de Ovo
Caixa de Sabão em Pó	Caixa de Sabão em Pó
Plástico Duro	Plásticos duro em geral
Alumínio	Latinhas em geral
Vidro	Recipientes em geral
Plástico Sujo	Restos de plástico – outros
Ferro	Ferraria em geral
Isopor	Isopor em geral

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de entrevistas

O fluxograma do trabalho na *Cooperlários* desde a chegada do material coletado pelas ruas da cidade até sua venda está dado, atualmente, da seguinte forma, conforme Figura 2:

FIGURA 2 – FLUXOGRAMA



Conforme o fluxograma construído, todo o material reciclável e/ou reutilizável é pré-selecionado e recolhido pelas ruas da cidade por caminhões da Unidade de Limpeza da Prefeitura de Americana, que entregam, periodicamente, sua carga na *Cooperlários*. Após a chegada da carga, iniciam-se os trabalhos do Grupo Produção. A Produção se encarrega de descarregar o caminhão da Prefeitura, e, de imediato, começa a fazer a triagem e a selecionar, manualmente, os materiais em grupos específicos (Quadro 2, Foto 1, Foto 2).

FOTO 1- Chegada de caminhão da Prefeitura com material.



Fonte: Diego Coelho, 2006.

FOTO 2 - Início imediato de triagem e seleção após chegada de material



Fonte: Diego Coelho, 2006.

Os trabalhos da Produção são totalmente artesanais e feitos no chão. Estes trabalhos são realizados em duas etapas: a triagem e a seleção. Na triagem, o reciclador observa,

critériosamente, a montanha de material e, abaixando-se, tria os materiais em grandes categorias, colocado-as próximas aos seus pés (Foto 3).

FOTO 3 – Trabalho de triagem



Fonte: Diego Coelho, 2006.

Na segunda etapa, a seleção, é feita com os materiais já pré-selecionados. O reciclador, então, seleciona os materiais por grupos específicos (Quadro 2) dispendo-os em caixas que, posteriormente, são colocados em *bags* (sacos individuais) (Foto 4, Foto 5).

FOTO 4 - Trabalho de seleção



Fonte: Diego Coelho, 2006.

FOTO 5 - Material selecionado em grupo para colocação em *bags*



Fonte: Diego Coelho, 2006.

Selecionados em *bags*, os materiais são armazenados pelos cantos da Cooperativa. Cada reciclador tem seu “canto”, sua área determinada para armazenagem (Foto 6).

FOTO 6 - Material selecionado em *bags* armazenado



Fonte: Diego Coelho, 2006.

Esse material selecionado fica armazenado até algum reciclador do Grupo Horista retirá-lo e encaminhá-lo para pesagem, quando se iniciam os trabalhos do Grupo Horista.

A primeira etapa de trabalho do Grupo Horista é a pesagem do material. Os *bags* são pesados e seu peso, entendido como produção, é registrado em planilha no nome de seu respectivo reciclador, que foi responsável pela sua seleção. Após a pesagem, o material é encaminhado para a prensagem.

Na prensa, o material é compactado em fardos, que facilita seu manuseio e aumenta a eficiência econômica do processo de venda (Foto 7).

FOTO 7 – Prensagem

Fonte: Diego Coelho, 2006.

Após a prensagem, os fardos são armazenados na entrada da Cooperativa, esperando os caminhões dos compradores para realização de seu respectivo despacho (Foto 8).

FOTO 8 - Material pronto para despacho de venda

Fonte: Diego Coelho, 2006.

4.2.5 Trabalho e renda: remuneração

Em seu início, a remuneração mensal dos cooperados da *Cooperlírrios* era constituída por um modelo distributivo usualmente disseminado nesse tipo de modelo organizacional: todos trabalhavam e todas as receitas líquidas das vendas do mês eram igualmente divididas entre os cooperados. Esse modelo vigorou por quatro anos, desde a fundação da cooperativa. Entretanto, ele passou por grande discussão e alteração, modificou não apenas o sistema de cálculo da remuneração, mas inaugurou novo modelo de gestão de trabalho, baseado em dois grupos: Horistas e Produção, conforme já apresentado no item *A gestão da Cooperlírrios: divisão e processo do trabalho*.

Nesse novo modelo, a remuneração passou a ter um sistema de cálculo específico para cada Grupo. Os cooperados do Grupo Horista são remunerados por horas trabalhadas no mês. Os recursos financeiros que determinam o valor da hora/mês são dados pelas receitas líquidas da venda dos seguintes materiais: ferro; papelão; alumínio; plástico duro; jornal; e isopor. Já os cooperados do Grupo Produção são remunerados pela sua própria produção, em peso, da seleção dos seguintes materiais: misto; papel arquivo; caixa de sabão em pó; PET; PAD; caixa de ovo; PS; e Tetra. Com isso, a *Cooperlírrios* instituiu um sistema de remuneração que se fundamenta em uma divisão de trabalho (Horista e Produção), na qual cada cooperado terá sua remuneração preponderantemente pautada por seu desempenho de trabalho.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

5. Análise dos resultados: um olhar interpretativo

O desenvolvimento argumentativo da presente dissertação está pautado pela construção de uma interpretação para a problemática de **como os indivíduos constroem e vivenciam a gestão de um empreendimento solidário**. Busca-se analisar como ocorreu o processo organizativo (SPINK, 1991; 1996) de determinado empreendimento solidário, ou seja, interpretar como esse empreendimento se constituiu: sua história, desde sua origem até o cotidiano atual, e, principalmente, como os cooperados constroem e vivenciam sua gestão. O objetivo final desse estudo, ao examinar pontos e eventos relevantes de reflexão, será uma contribuição para o campo da administração de empresas.

Vários são os caminhos possíveis para se desbravar a indagação estritamente aberta, subjetiva e exploratória da problemática. O desenvolvimento de estratégias de coleta de dados possibilitou relativa imersão no campo pela observação não-participante, realização de entrevistas e análise de documentos. Alguns aspectos do fenômeno destacaram-se, apresentando-se como *insights* para portas de entrada interessantes ao desenvolvimento de debate com desdobramentos teóricos e práticos a partir do caso *Cooperlários*. Desse modo, optou-se por analisar o caso *Cooperlários* a partir de três blocos determinados, a saber: *Entre a revolução e o pragmatismo: a formação e o status popular da Cooperlários; Cooperlários: um empreendimento solidário? e Dinâmica organizacional e suas influências*.

Nesse sentido, o item *Análise dos Resultados: um olhar interpretativo* constrói uma interpretação por meio do desenvolvimento de três momentos observados no processo organizativo da *Cooperlários*: sua formação, sua construção e a vivência de sua dinâmica.

O item *Entre a revolução e o pragmatismo: a formação e o status popular da Cooperlários* analisa o processo de formação da *Cooperlários*: a motivação de seu surgimento, examinando quais princípios incentivaram o início de seu processo organizativo e seus

porquês. Em *Cooperlários: um empreendimento solidário?* promove-se um debate entre teoria e prática, pelo qual se analisa se a cooperativa desenvolvida e construída apresenta dimensões que permitam que ela e sua gestão sejam entendidas como exemplo de cooperativa autêntica e um empreendimento solidário. Finalmente, em *Dinâmica organizacional e suas influências*, apresentam-se alguns eventos marcantes que se destacaram no decorrer da pesquisa, os quais foram considerados relevantes para observar algumas influências que a *Cooperlários* e seu modo de gestão geraram em seus cooperados.

5.1 Entre a revolução e o pragmatismo: a formação e o *status* popular da *Cooperlários*

A história da concepção até o início do processo organizativo da *Cooperlários*, narrada e construída nessa pesquisa, apresenta pontos interessantes de análise, abarcando não apenas o caso em si, mas resgatando o debate teórico da Economia Solidária e seus empreendimentos. Um debate que re-inaugura a questão entre revolucionários *versus* reformistas, focando na análise do princípio motivador da constituição desse tipo de empreendimento: seria um princípio revolucionário, a iniciativa de contestar a exploração do sistema capitalista por meio da organização da sociedade civil em bases socialistas de produção? Ou um princípio pragmático, de se constituir uma alternativa reformista viável para se resolver a questão do emprego?

Como analisado nos itens *Por uma arqueologia da Economia Solidária e Cooperativismo: filosofia e práxis*, as indagações acima possuem suas justificativas no próprio histórico do surgimento do cooperativismo, o qual foi marcado em seu início pela existência de forte discurso revolucionário por detrás das ações de formação das primeiras organizações cooperativas. Tanto nas primeiras empreitadas do cooperativismo na Europa do

século XVIII, como atualmente ainda propugnam alguns dos órgãos e sindicatos de trabalhadores ligados ao cooperativismo e à Economia Solidária, a principal motivação que incentiva a iniciativa de formação de empreendimentos solidários está na contestação do capital (MARX, 1985) e do sistema capitalista. A própria análise de Singer (1999) corrobora tal princípio, quando o economista escreve que a formação desses empreendimentos são pilares, quiçá possibilidade, de uma contra-revolução socialista em curso.

Entretanto, ao que tudo indica e aqui se defende, atualmente essa linha revolucionária do princípio organizativo parece perder seu caráter motivador, tornando-se, apenas, pano de fundo retórico com a vaga pretensão de fundamentar saudosas ações políticas localizadas à esquerda no espectro político-partidário.

Conforme desenvolvido no item *Cooperativismo e Cooperativismo Popular: releituras para um novo cooperativismo*, nos dias atuais, o debate entre os revolucionários *versus* reformistas parece pender mais para a inspiração reformista quanto às motivações das iniciativas cooperativistas e de empreendimentos solidários. Observa-se que estas iniciativas, de modo geral, não estão pautadas na contestação do sistema, mas, principalmente, numa alternativa prática para a crise da sociedade salarial. Com analisou Vieitez (1997), a motivação de formação das empresas de autogestão no Brasil não tem sido doutrinária, no sentido revolucionário, mas, predominantemente, pragmática. Não se busca, em essência, a contestação do capital e de seu sistema, mas, exclusivamente, de se constituir oportunidades de emprego formal.

Nesse ponto, é importante ressaltar que o reformismo alinhado ao princípio pragmático não nega a doutrina filosófica e bases organizacionais do cooperativismo, todavia, não observa, nesse modelo, uma ação de ruptura do capital, mas apenas sua reforma, como alternativa viável e eficaz para inserção positiva de indivíduos no mercado de trabalho.

Esses são pontos de debate que surgem na constituição da *CooperlÍrios*. Como apresentado no item *Da concepção à constituição da CooperlÍrios*, a sua formação como uma cooperativa surgiu de um processo de interação entre a Prefeitura Municipal de Americana e a comunidade do Jardim dos LÍrios por uma ação de intervenção que objetivou organizar os indivíduos da comunidade que viviam da coleta e venda de materiais recicláveis e/ou reutilizáveis. A motivação para essa intervenção estava dada em dois pontos principais: primeiro, o de organizar essa atividade no local, tendo em vista que sua prática precária estava trazendo prejuÍzos à salubridade do bairro; e segundo ponto, o de garantir a manutenção econômica dessa atividade, dado que ela era, na maioria dos casos, a Única fonte de renda dos indivíduos e das famílias praticantes da coleta.

A primeira ação encetada foi o galpão de reciclagem. Nesse sentido, apresentou-se como totalmente alinhado com o primeiro objetivo da Prefeitura: organizou as atividades de coleta, retirando a armazenagem das casas dos indivíduos. Entretanto, o segundo objetivo, a manutenção econômica das atividades dos catadores, não estava garantido, uma vez que o galpão não possuía estrutura organizacional adequada. Buscou-se, então, uma alternativa que pudesse, satisfatoriamente, atingir os objetivos de modo sustentado.

A opção para consecução desses objetivos foi a formação de uma cooperativa. A justificativa da escolha da organização em uma cooperativa, conforme relatado no item *Necessidades organizacionais: a cooperativa* pelo vereador Kim, líder do projeto, era que esse tipo de organização não apenas garantiria, de modo formal, o principal objetivo de manutenção dessa atividade econômica, mas também, porque seu marco institucional, pautado pela igualdade e solidariedade, poderia levar à organização, e seus indivíduos, de forma sustentada, à prosperidade.

Depreende-se, então, que a motivação norteadora da formação da *CooperlÍrios* não ocorreu pelo princípio revolucionário de contestação do sistema. Não se buscou, quando da

proposta da formação da cooperativa, a criação de um modelo de resistência ao capital, de características e bandeiras socialistas. Como frisou o vereador, o objetivo final era a ação pragmática de garantia formal de emprego, capaz de gerar renda e vida digna para as famílias locais praticantes das atividades de coleta de materiais recicláveis e/ou reutilizáveis.

Contudo, o histórico da formação da *Cooperlírrios* indica que o aspecto pragmático não encerra, apenas no pragmatismo, sua principal motivação. Apesar de estar focada na questão do emprego, a Prefeitura vislumbrou, no cooperativismo, uma alternativa sustentada de prosperidade para os catadores. Não se focou o aspecto revolucionário de crítica ao sistema, mas levou-se em consideração sua doutrina, seus princípios e seu arranjo organizacional.

Ao optar pelo cooperativismo, a Prefeitura constituiu um empreendimento que não apenas garantisse o emprego com segurança institucional, mas, principalmente, que incitasse a formação de liame social, o qual pudesse gerar contexto organizacional e social catalisadores da prosperidade do empreendimento e de seus indivíduos. Remonta-se, no limite, certa inspiração owenista.

E como infelizmente a nossa sociedade tem uma relação desgastada de confiança mútua, né? Então se torna difícil você constituir um grupo coeso. E a gente procurou inverter esse papel, trabalhando pra dizer que mesmo que eu não confio em ninguém, mas se nós fizermos uma estrutura com regras claras, tudo feito por escrito, né, vai dar uma proteção pra todos, né? O meu companheiro de trabalho vai estar protegido contra uma eventual má intenção da minha parte e vice e versa, então todos nós deveremos respeitar as regras e dessa forma nenhum deverá ser lesado por conta de uma atitude desviada de um outro colega ali daquela mesma organização (Vereador Kim).

(...) durante esse processo todo, trabalhar para junto aos diferentes órgãos do poder público, de que era importante, era necessário investir na organização dessa empresa comunitária. E mais do que isso, porque empresa comunitária? Porque também ela tem o ganho social, né? Seria muito simples falar assim: vamos então contratar uma empresa privada pra cuidar da reciclagem, né? Poderia ser um outro caminho. Agora nós defendemos que essa fatia do mercado, vamos assim dizer, não deixa de ser um direito daquele que começou fazendo isso, puxando carrinho, revirando a lata do lixo, enfim, se dedicando a questão de selecionar esse material reciclado por uma necessidade que ele tinha de trabalho e renda. Então essa pessoa, se nós formos é até mesmo retirar dele esse resíduo da sociedade, então é condená-lo à exclusão total! Eu acho que nós temos que fazer um papel de inclusão. Então houve todo esse trabalho de procurar resgatar é daquelas pessoas aquele grupo que pudesse continuar trabalhando, e mais do que isso, que pudesse progredir, né, no seu negócio e ter uma boa organização e uma boa condição de vida (Vereador Kim).

Nesse sentido, pode-se dizer que as motivações da formação da *Cooperlários*, por parte de seu proponente, a Prefeitura Municipal de Americana, foi dada por inspiração reformista, em relação direta e fronteira entre o pragmatismo e as bases doutrinárias e organizacionais do movimento cooperativista.

Essa motivação e ação da Prefeitura acabam por ter forte eco no próprio discurso de um *novo cooperativismo* (NASCIMENTO, 2004), entendido como aquele que rompe com a deturpação das *cooperatas*, objetivando ações que visam constituir empreendimentos de utilidade pública voltados, principalmente, para o estabelecimento de liame social, com vistas à inclusão promotora do desenvolvimento socioeconômico (FRANÇA FILHO, 2002). Uma nova direção do cooperativismo, que, como já desenvolvido conceitualmente no item *Cooperativismo e o Cooperativismo popular: releituras para um novo cooperativismo*, adquiriu o *status* de popular. Nesse sentido, o cooperativismo popular, como expressão da Economia Solidária, busca resgatar os pressupostos do movimento cooperativista clássico com objetivo de promover desenvolvimento local para a inclusão de camada de baixa renda em situação de risco.

A *Cooperlários* alinha-se a esses pressupostos. Por sua concepção não estar totalmente encerrada num pragmatismo que exclui o caráter doutrinário do movimento, mas que leva em consideração seus pressupostos e lógicas organizacionais, ela pode ser tipificada como uma ação e expoente alinhados com o *novo cooperativismo* propugnado pela Economia Solidária brasileira (NASCIMENTO, 2004). Demonstra-se como um processo que, *a priori*, aparenta adaptar, com sucesso, uma necessidade pragmática por renda e trabalho por meio da constituição de liame social de uma comunidade local via empreendimento solidário.

5.2 *CooperlÍrios*: um empreendimento solidário?

A despeito das motivações e discursos que iniciaram o processo organizativo da *CooperlÍrios* estarem alinhados com os ideais do cooperativismo, da Economia Solidária e dos empreendimentos solidários como alternativa viável e sustentada para a questão dos catadores do Jardim dos LÍrios, faz-se necessário analisar os resultados dessa ação. Analisar como o grupo constituído para essa empreitada (Prefeitura e catadores) construiu esse empreendimento e produziu seu fim (resultado). Indaga-se se a *CooperlÍrios*, em seu desenho institucional e sua dinâmica de gestão, constitui-se, realmente, em um empreendimento solidário.

Como tratado no Referencial Teórico que subsidia a reflexão desta dissertação, os empreendimentos solidários são expressões da Economia Solidária, sendo a forma cooperativa seu principal expoente de organização. Conforme Gaiger (1996), os empreendimentos solidários apresentam as seguintes características ideais: autogestão; democracia; participação; igualitarismo; cooperação; auto-sustentação; desenvolvimento humano e responsabilidade social. Percebe-se que estas características, de natureza abrangente, teórica e filosófica, são totalmente contempladas pela definição ideal de cooperativas, a qual, conforme desenvolvido no item *Cooperativa: filosofia e práxis*, se tratam de organizações abertas, geridas de forma democrática, autônoma e independente, para centralizar a remuneração no trabalho, neutra de interesses políticos, religiosos e/ou de raça, cujo objetivo é promover o desenvolvimento de seus sócios e comunidade local.

Com o objetivo de avaliar se a *CooperlÍrios* pode ser entendida como uma cooperativa de características que a tipifique como empreendimento solidário, avaliar-se-á a contraposição entre teoria *versus* prática, na avaliação dos tipos ideais empreendidos no Referencial Teórico *versus* o observado em campo. A idéia não é a de simplesmente qualificar a *CooperlÍrios*

como uma cooperativa e/ou um empreendimento solidário, tal qual a um simples *check list*. Busca-se analisar como uma organização que se propugna como uma cooperativa manifesta em sua particularidade os preceitos ideais dessa organização ou não, observando se sua dinâmica corrobora a narrativa que justifica as motivações de seu surgimento e a aproxima de um empreendimento solidário.

A análise desenvolvida está pautada em três conjuntos de informações coletadas durante o trabalho de campo: a análise de documentos (Estatuto e Regimento Interno); as anotações decorrentes da observação não-participante; e, principalmente, as entrevistas realizadas, particularmente ao que diz respeito à parte C de seu roteiro – Gestão (Princípios Cooperativistas e Autogestão).

Uma das maneiras de estudar uma organização cooperativa para analisar se ela se enquadra ou não nos ideais de seu movimento e, principalmente, nos pressupostos organizacionais que a caracterizam, por meio da observação e constatação de “como” ou “se” os sete princípios *rochdaleanos* são vivenciados em sua gestão e prática organizacional.

Os sete princípios *rochdaleanos* institucionalizados e adaptados à modernidade pela ACI – Aliança Cooperativa Internacional, em 1995, conforme já apresentado e desenvolvido no item *O cooperativismo: princípios doutrinários e estruturantes*, são o *core* da forma e da essência da doutrina como do modelo organizacional de cooperativa. De acordo com esses preceitos, não basta a uma organização se determinar como cooperativa, é necessário ter conduta condizente com a filosofia e práxis de seu movimento, sendo uma organização que rompa com mera dimensão econômica, atingindo a dimensão social e política (PINHO, 1982, 2000; TESCH, 1985). Por se tratar de princípios norteadores, é esperado que estes se encontrem na síntese das atividades e dinâmicas de uma cooperativa autêntica (SINGER, 2003).

Como descrito no item *A Cooperlários em sua letra formal*, o Estatuto da *Cooperlários* a define como uma cooperativa de trabalho, sem fins lucrativos, que

objetiva a defesa econômico-social de seus associados, por meio da ajuda mútua, proporcionando-lhes condições para o exercício e aprimoramento de suas atividades profissionais, além de proporcionar a seus associados os meios necessários à coleta, triagem, armazenamento, processamento e comercialização de materiais reutilizáveis e recicláveis, oferecendo uma alternativa organizada de trabalho e renda, contribuindo sobremaneira com a preservação do meio ambiente (grifos do autor).

Analisa-se que os pontos grifados da definição existencial da *Cooperlários* destacam em sua letra um resgate dos princípios do cooperativismo. Trata-se de uma organização formada para defender seus cooperados por meio de ajuda mútua, dando-lhes, com isso, condições de exercer suas atividades profissionais, além de contribuir para seu meio social, por meio da preservação do meio ambiente. Mais claro ainda com relação aos princípios do movimento cooperativista tornam-se os objetivos estatutários da *Cooperlários*, os quais, conforme também já apresentados em *A Cooperlários em sua letra formal*, listam verbos de ação da alínea *a* à *i*, pelos quais se observa a essência dos preceitos de *Rochdale*. Em sua síntese, os objetivos da *Cooperlários* determinam: 1) colocar a organização à disposição para auxiliar os cooperados em seu trabalho; 2) focar-se nos cooperados, sendo guiada por interesses coletivos; 3) promover e disseminar a educação cooperativista; e 4) buscar diálogo com o meio social – seja comunidade, governo ou universidade.

Por esses pontos, enquanto forma lavrada nos autos, a *Cooperlários* apresenta-se, de fato, como cooperativa legítima. Todavia, tendo em vista que, tanto o Estatuto como Regimento Interno de qualquer organização são letras formais, não necessariamente praticadas, tornando-se letra morta, e, com maior relevância, mesmo como letra estatutária praticada ela o é na maneira particular do grupo. A análise da *Cooperlários* como cooperativa não se encerra em seu Estatuto, focando-se com maior preponderância nas entrevistas.

O roteiro de entrevista aplicado a dez cooperados, principalmente em sua parte C, Gestão (Princípios Cooperativistas e Autogestão), apresentou resultados interessantes quanto

à adequação da *Cooperlários* como uma cooperativa de preceito e fato, ou seja, uma cooperativa autêntica (SINGER, 2003). O primeiro ponto de destaque com relação a esse item é o de que praticamente todas as narrativas foram coerentes entre si, ou seja, a visão dos cooperados sobre determinados processos e eventos da organização são congruentes, o que corrobora um universo comum e compartilhado de práticas administrativas. O segundo ponto é com relação ao conteúdo dessa visão que, em sua prática, vai ao encontro, na maioria dos casos, dos princípios *rochdaleanos*.

Os sete princípios *rochdaleanos* institucionalizados pela ACI – Aliança Cooperativa Internacional (1995) são: Adesão Livre e Voluntária; Controle Democrático pelos Sócios; Participação Econômica dos Sócios; Autonomia e Independência; Educação, Treinamento e Informação; Cooperação entre Cooperativas; e Preocupação com a Comunidade. A pesquisa realizada evidenciou que a *Cooperlários*, em sua dinâmica de trabalho e de atuação, bem como nas narrativas de seus cooperados, apresenta-se como uma organização alinhada com os princípios da doutrina e do movimento cooperativistas. Princípio a princípio, o cotidiano da Cooperativa parece manifestar na prática a síntese e a essência dos preceitos cooperativistas.

Com relação ao primeiro princípio, da **Adesão Livre e Voluntária**, a *Cooperlários* possui relativa adesão livre e voluntária ao seu quadro. A adjetivação “relativa” adquire significado e importância, pois toda a adesão será livre e voluntária à Cooperativa, desde que haja espaço para isso, ou seja, respeitam-se as condições de mercado e trabalho e o interessado deve apresentar comprometimento às atividades a serem exercidas. Excluídas essas condições, não existe nenhum entrave adicional à entrada de novos cooperados.

Os cooperados foram unânimes ao descrever seus processos de ingresso no quadro da Cooperativa. O processo foi considerado simples e consiste em levantamento de informações para formação do cadastro do cooperado, com registro geral de endereço, CPF, RG, número de conta bancária, entre outros. Para dar sentido democrático a esse ingresso, os novos

cooperados, que não participaram de todo o processo de constituição da cooperativa, passam por teste de trabalho de alguns dias (para avaliarem se gostam ou querem realmente trabalhar nessa atividade) e por avaliação em assembléia, debatendo sobre o ingresso do novo cooperado.

O segundo princípio, **Controle Democrático pelos Sócios**, remete ao forte caráter democrático da gestão de organização cooperativa, em referência clara ao modelo autogestionário. Ele pressupõe que a cooperativa seja conduzida ativamente pelos seus cooperados. Acerca de seu sistema de gestão e administração, a *Cooperlários* mostrou-se uma cooperativa pautada pelo princípio democrático. Todas as decisões da Cooperativa são tomadas por meio de consulta a todos os cooperados. Essas consultas são feitas em assembléias, nas quais todos os cooperados têm direito a voz e voto. Apesar de não possuírem assembléias formais com grande periodicidade, além daquela determinada em Estatuto, os cooperados da *Cooperlários* fazem muitas reuniões e assembléias informais, durante ou após o expediente, nas quais sempre procuram dialogar sobre a condução da cooperativa.

[Assembléia] Funciona! Porque muita coisa que é discutida aqui às vezes a pessoa fala: ah, eu não acredito e não vou fazer (...) E nessas reuniões é obrigatório fazer, né? Não tô aqui pra mandá, entendeu? Mas pra fazer (...) (Turim).

Eu acho que assembléias (...) eu acho que é uma coisa comum porque toda uma entidade, uma empresa sempre tem uma assembléia pra ser discutida, eu acho que precisa acontecer.

Eu acho que funciona [Assembléia].

Quando eu comecei aqui, eu tinha dúvida de trabalhar sem patrão, né? Porque eu não achava que não era aquilo. Aqui a gente tem um auxiliar encarregado, mais ele é assim, é auxiliar. Faz um trabalho assim (...) Às vezes as coisa passa na mão dele, né? Mais naquele tempo que eu comecei, eu achei que ele era o patrão. Mais depois me disseram que ele não era patrão. Me explicaram que era uma cooperativa, não tem patrão. A gente organiza juntos, às vezes discute a maioria das coisas junto e tinha aquelas pessoa, a diretoria, que toma frente, resolve umas coisa. Mais não tem patrão.

Acho bom, porque faz a gente fazê parte de decisão de muitas coisas. (...) Eu gosto de tomar decisão (Du).

A Participação Econômica dos Sócios é respeitada na *Cooperlários*. Pelo observado, todos os cooperados, de maneira geral, conhecem o destino de suas contribuições. Tanto a

formação de um fundo de reserva, como do fundo social são de conhecimento geral, não tendo maiores dúvidas quanto a sua destinação de aplicação e investimento.

Nóis tem assim o desconti, né? Vai descontando 10%, 5% é do fundo social, isso ai sempre tem que ter (Fátima).

(...) descontam 15% do nosso salário. Aí, é 5 pra um fundo social e 10 pro fundo daqui da cooperativa, pra quando assim quebra uma peça da prensa ou qualquer coisa que acontece aqui aí, da dispesa. Só que agora é assim, diz que se não tive dispesa nenhuma, quando chega o fim do ano que fizê o balanço a gente torna a receber de volta, se não tivê dispesa, tivê tudo em ordem. Agora o 5 a gente não recebe mais, só os 10% (Fátima Alves).

Sobre a **Autonomia e Independência**, a *Cooperlários* mostrou-se uma cooperativa com certa autonomia e independência em suas tomada de decisões. Todavia, é de grande importância ressaltar que existe grande participação da Prefeitura Municipal de Americana em sua gestão, desde sua formação. A Prefeitura participa da *Cooperlários* como uma parceira. De acordo com o Regimento Interno da Cooperativa, ela tem sua participação instituída por meio da chamada Comissão de Ética e Organização. De acordo com o artigo 6º do Regimento Interno da *Cooperlários*,

A Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura de Americana nomeará membros de uma Comissão de Ética e Organização, à qual competirá:

- I – Assessorar os trabalhos a serem desenvolvidos na cooperativa;
- II – Indicar um coordenador para gerenciar os trabalhos dos cooperados, assegurando o bom andamento dos serviços.

A principal função da Prefeitura no âmbito político, como observado em campo, é o de voz – a Prefeitura argumenta, porém não tem direito a voto, ficando as decisões finais nas mãos dos cooperados. No âmbito técnico, a Prefeitura participa como colaboradora, assessorando na prestação de contas, formatação de planilhas, entre outros. Nesse ponto, conforme inciso II do artigo 6º do Regimento Interno, a Prefeitura tem um papel institucional de gerência técnica dos trabalhos. Ademais, como forte parceira da *Cooperlários*, a Prefeitura também disponibiliza suporte financeiro para viagens e cursos de interesse da Cooperativa e do cooperativismo.

Em **Educação, Treinamento e Informação**, a *Cooperlírrios* possui considerável atuação. Em rodízio, todos os cooperados participam de cursos sobre cooperativismo e gestão. Nesses cursos, aprendem sobre o movimento cooperativista e a gerência de empreendimentos. Os cooperados que participam dos cursos, quando retornam, são encarregados de disseminar aos demais as informações.

Eu gostei do curso, porque quando eu entrei aqui eu não sabia nada, nada, nada de cooperativa. Não sabia nem o que era. Só sabia que (...) só do nome que chama cooperativa. Outra coisa eu não sabia (Fátima Alves).

Bom, naquele curso é difícil eu falá pra você a experiência porque a gente não conhecia muita coisa, né? A gente só foi lá respondê as pergunta. O modo de separar é uma coisa que valeu, eles explicaram muitas coisa sobre o aterro. Então no tempo a gente acho que valeu demais. Porque a gente aprendeu algumas coisinhas e algumas coisas a gente não é capaz de lembrar, né? (Du).

É, porque só não fui eu [em cursos], né? Eu dei minha opinião, o outro deu a outra opinião, então daqui praticamente foram (...) A primeira participação [em curso] fui eu. A outra (...) cada semana ia duas pessoas. Então fui eu, foi a Turim nas outras, depois outras. O que eu ouvi lá eu passei pro pessoal, então o que o outro ouviu já passou também (Baiano).

Esses cursos normalmente são dados no âmbito da **Cooperação entre Cooperativas**. Com a idéia de se criar uma Central de Cooperativas de Catadores na RMC – Região Metropolitana de Campinas, a *Cooperlírrios* participa de seus encontros, debates e assembléias. Nesses encontros, os cooperados da *Cooperlírrios* entram em contato com a realidade de outras cooperativas, traçando ajudas mútuas e trocando experiências de trabalho que passam a ser incorporadas no cotidiano de cada cooperativa.

Hoje, né, as menina chegaram de lá agora [Central]. Que ia ter uma reunião pra discutí sobre isso. Pra não acumulá caso a mercadoria fique aqui. Que o salário vive em atraso porque a mercadoria não tem como tirá. Então a conversa foi eles consegui se eles liberá e passá a quantidade de peso lá de cada tipo de mercadoria, do seu pra Central. Eles já depositam o dinheiro e quando tivê um tempinho, eles vêm buscá a mercadoria pra não atrasa o pagamento (Baiano).

O mês passado mesmo eu fui em 3 [cooperativas], porque pra fazê o galpão aqui eles querem mudá um pouco, né, pra não ser do jeito que era. Então eu fui em 3 cooperativa, e é bem um poco diferente da daqui. O jeito de trabalhá... o jeito de organizá... é bem diferente! (Baiano).

Com relação ao sétimo princípio, da **Preocupação com a Comunidade**, a *Cooperlários* o faz de maneira indireta. Seu trabalho de reciclagem é disseminado como uma atividade essencial para a sustentabilidade da vida urbana. Isso, inclusive, já chega a ser observado pelos próprios cooperados, que observam, em seu trabalho, um sentido e responsabilidade social.

Oia, porque geralmente a gente limpa um pouco a cidade, né? Porque a cidade também anda muito acabada com esse lixo, principalmente os rios, essa coisa, tá sendo muito judiado...

Oia, de fato, assim... pra nós limpá, nós já tiramo um bom tanto, né? Nós já organizemo bastante porque têm várias cooperativas, então onde é uma coisa que se for, se pudesse cada veiz mais a gente fazê, mais ainda podia sê bem mais melhor, né? Essa coisa aí, que nem PP, garrafa, essas coisa, que vai para no rio... só acho uma judiação pros animais, né? Porque geralmente polui muito a cidade (Rita)

Pelas narrativas dos cooperados e a inserção no campo, observa-se que a busca da *Cooperlários* é de sempre se aperfeiçoar dentro do modelo cooperativista e seus princípios. A cada dia trabalhado e a cada curso freqüentado, os cooperados parecem querer se aproximar mais do modelo, tomando ações nesse sentido. Um evento levantado, em particular, constata tais interesses e empenho.

Conforme levantado em campo, a *Cooperlários*, em sua constituição, carecia de uma administração. A falta de conhecimento dos cooperados na gestão dos recursos financeiros e dos ativos do empreendimento fez com que a Prefeitura sugerisse a contratação de um profissional terceirizado para assumir essa função. Contratado, esse funcionário começou a atuar nas contas, análise da produção, remuneração entre outros. Entretanto, após um curso realizado sobre o cooperativismo, os cooperados observaram que essa prática não era condizente com os princípios do movimento. Pois se tratava de funcionário remunerado com salário fixo mensal, descaracterizando todo o princípio da Participação Econômica dos Sócios, bem como com possíveis complicações legais no futuro. Com isso, os cooperados decidiram, de imediato, demitir o funcionário, assumindo eles próprios a administração com o suporte técnico da Prefeitura.

Como se verificou, todos os sete princípios *rochdaleanos* são observados em sua prática particular na dinâmica da *Cooperlários*, o que revela, de modo geral, sua vivência doutrinária. Sendo esses princípios alinhados com as dimensões de um empreendimento solidário. É possível concluir, então, que a *Cooperlários* apresenta características que lhe possibilitam ser entendida como uma cooperativa autêntica (SINGER, 2003), bem como com dimensões que a colocam como um empreendimento solidário (GAIGER, 1996; 2003).

5.3 Dinâmica organizacional e suas influências

A dinâmica organizacional pode ser entendida, de maneira geral, como a forma processual cotidiana pela qual os trabalhos são executados em uma determinada organização. Trata-se, no limite, das relações e interações que são construídas e significadas entre os indivíduos e a estrutura organizacional, que dão sentido aos primeiros acerca de “onde” e “como” trabalham. Dessa forma, a dinâmica organizacional não apenas dita o *modus operandi* da organização, mas também influencia a vida dos indivíduos.

O estudo da dinâmica organizacional da *Cooperlários* suscitou alguns eventos particulares que, em paráfrase a Lévi-Strauss (1976), podem ser considerados “bons para se pensar”. Esses eventos, densos de significados, tornam-se portas de entrada interessantes para se constatar e desenvolver a análise das influências que a vivência e o trabalho na *Cooperlários* acabaram gerando nos cooperados. Nesse sentido, dois eventos destacaram-se por sua complexidade e desdobramentos teóricos e serão desenvolvidos e interpretados nos seguintes itens: *Ágora reciclada*; e *O mito da Fênix e os laços solidários*.

5.3.1 Ágora reciclada

Como discutido no item *A organização cooperativa*, a cooperativa é caracterizada por ser uma organização focada no indivíduo, de princípios democráticos, cuja propriedade nas mãos dos cooperados considera cada indivíduo um sujeito ativo, livre, solidário e igualitário. Ao ser cooperado não se é exclusivamente responsável pelo próprio trabalho, mas pelo todo organizacional. O cooperado, enquanto sujeito ativo, não responde apenas por suas atividades designadas, ou, ainda, estabelece interação apenas com um chefe/companheiros de departamento, ele assume um papel holístico, interagindo com todas as dimensões da organização.

Esse pressuposto normativo do princípio democrático da cooperativa é manifestado em sua dinâmica organizacional por meio de assembleias. Nesse sentido, o arranjo organizacional da cooperativa pressupõe intensa interação social, na qual toda a gestão é discutida em arena aberta de debates. As assembleias acabam por ditar a dinâmica que não apenas aproxima os cooperados uns dos outros, mas, acima de tudo, abre espaço para o diálogo, argumentação e participação. Tornam-se espaços incentivadores ao autoconhecimento e conhecimento da organização.

Ao refletir sobre seu trabalho e ter a oportunidade de opinar sobre sua gestão, o cooperado começa a exercitar sua capacidade argumentativa e participativa. Essa dinâmica pôde ser observada na *Cooperlários* por meio dos relatos que os cooperados fazem da experiência de serem seus próprios patrões, participando de assembleias e reuniões informais sobre a gestão da Cooperativa. O ato de trabalhar sem patrão, com responsabilidade não apenas de sua atividade individual, mas do todo organizacional, fez com que as assembleias se tornassem influentes para muitos cooperados, tornando-se espaços de re-significação de personalidades e comportamentos individuais.

A primeira influência gerada por esse contexto dialógico e argumentativo de autogestão é com relação ao ambiente de trabalho e relacionamento com os demais cooperados. Influência também observada nas análises de Guillerm e Bourdet (1976). Ao estudar reorganização do trabalho de uma fábrica de camisas em uma empresa autogestionária assumida pelas costureiras, Guillerm e Bourdet (1976) observaram que a primeira modificação física solicitada no *layout* da empresa foi a alteração da disposição das máquinas de costuras: antes, sob a forma de organização burocrática e hierarquizada, as máquinas ficavam alinhadas uma oposta a outra, impossibilitando que as costureiras conversassem durante o expediente; agora, com a autogestão, requerida pelas costureiras, as máquinas foram colocadas uma de frente para a outra. Com a dinâmica das assembléias e a oportunidade de escolher trabalhar uma de frente para a outra e conversar durante o expediente, os autores observaram que houve estreitamento de laços entre as costureiras, transformando o ambiente mais produtivo e divertido.

Na *Cooperlários* essa influência também é constatada. Alguns cooperados que se achavam tímidos e/ou avessos à interação social, depois de experimentarem a gestão e a dinâmica organizacional Cooperativa, admitiram que mudaram – estão socialmente mais soltos e menos tímidos.

Um trecho de entrevista revela bem esse processo para uma cooperada:

Pesquisador: Tendo em vista toda sua experiência de trabalho antes da Cooperlários, você era assim? Sempre falava, discutia, ou você começou a desenvolver isso aqui?

Fátima: Não! Eu era um pouco, bem quieta.

Pesquisador: Você era quieta?

Fátima: Eu era muito quieta.

Pesquisador: Você acha que essa forma de trabalho da Cooperlários ajudou você em alguma coisa?

Fátima: Foi assim, a convivência no começo foi difícil, né, porque tinham aquelas pessoas que brincavam muito, eu não gostava das idéias, né, eu ficava muito nervosa, mas depois acostumei, hoje eu brinco até demais.

(...)

Pesquisador: E se eu colocá o seguinte: antes ou depois da Cooperlários, o que mudou na sua vida? Ela melhorou, ela piorou?

Fátima: Ah... melhorou!

Pesquisador: Melhorou o quê? Só em dinheiro ou...?

Fátima: Não, não em dinheiro, né, melhorou em convivência, passei a conhecer muitas pessoas, aprendi algumas coisas... assim, que eu era muito fechada, assim...melhorô, mudô muita coisa!!

Pesquisador: Quando você diz em convivência que aconteceu?

Fátima: Aprendi também se eu tenho problema em casa, eu não misturo problema da minha casa com problema daqui, eu sei separar as coisas. Às vezes eu deixo, né, que eu tenho um filho, 2 filhas que tava me dando trabalho, então eu fico muito nervosa em casa, mas chega aqui eu já brinco ou então fico quieta. Não misturo, que cada problema é um problema! Entendeu? Do portão... tem um problema de casa, do portão pra fora. Porque do portão pra dentro é outra coisa.

Pesquisador: Então você disse que a Cooperlários melhorou e não foi só em dinheiro, também algumas outras coisas...

Fátima: É... Porque cooperativa é assim, altos e baixos... Agora nós tá ganhando mais ou menos... Ninguém sabe, daqui até o mês que vem. Porque pode cair o preço, pode levantar... então cooperativa é isso... altos e baixos.

Pesquisador: Então, se eu chegá e perguntá: Fátima, o que a Cooperlários significa pra você? Qual a importância Cooperlários na sua vida? O que você me falaria?

Fátima: Ah... é a coisa boa na minha vida... é uma coisa muito boa trabalhá aqui, apesar das lutas, né, é bom!

(...)

Pesquisador: Você colocou aqui que você era mais fechada, mais quieta e que aqui [Cooperlários] você começou a falar mais, a participá, essa convivência. Essa nova Fátima, ela é só aqui dentro ou ela é lá fora também? Mudou seu relacionamento com as pessoas?

Fátima: Dependendo do lugar, até que eu brinco, mas dependendo do lugar que eu tô, se eu tô numa responsabilidade assim, que nem eu tô lá naquela responsabilidade, igual se vem falá da Festa do Peão, né? Eu vô lá trabalhá com a turma, cuidá duma turma, já dois anos fui eu e esse Baiano que você entrevistô... Então, mesmo que as outras pessoas brinca, e fica zuando, a gente tem que ter uma responsabilidade. Cê não pode ficar naquele meio zuando, porque nós tá lá com uma responsabilidade, nós não tá lá pra brincá! Nós tá lá pra tomá conta das pessoas, faze café, marca as coisas que sai, que não sai. Então tem isso também!

Pesquisador: Agora diz o seguinte, antes, por exemplo, você foi empregada doméstica, tinha patroa. Depois você trabalhou na Cooperlários. Você sente que mudou o seu modo de pensá ou ver as pessoas à sua volta? Ou não? Você começou a olhar o mundo de uma maneira diferente? Alguma coisa assim?

Fátima: Pra mim é diferente.

Pesquisador: É? O que mudou da Fátima antes da Fátima depois?

Fátima: É tem mais amizade com as pessoas, porque eu era uma pessoa que qualquer coisa pegava ódio das pessoas. Mesmo eu briguei com a pessoa, é mais aquele momento, eu não tenho ódio. Aqui dentro mesmo eu cheguei a ter ódio de uma mulé, entende? Justo essa mulé não tá mais aqui. Umás três veiz ela veio me batê, eu cheguei uma veiz pra fazer uma coleta, eu cheguei batê nela, né, pra não apanhar eu tive que bater nela. Então hoje... não tenho mais assim de batê... essas coisas assim..

Pesquisador: Você ficou mais calma?

Fátima: Fiquei mais calma.

Pesquisador: E você atribui isso à Cooperlários?

Fátima: À Cooperlários e à convivência, e aprendi com as pessoas.

Como corrobora o trecho acima da entrevista de Fátima, o diálogo constante, com a liberdade de argumentação e debate sobre a organização e trabalho, os cooperados estabeleceram fortes laços de reciprocidade e amizade que ajudam a transformar o expediente em atividade prazerosa.

Muito tranqüilo, a gente conversa, todo mundo brinca, até que as mulher nessa parte, elas são animadas... eu acho que elas ajuda muito também... porque... eu... até hoje sou uma pessoa tímida. mais já sô muito acostumado com o jeito da coisa, sabe? Eu acho que elas aqui também! E aqui eu tive que acostamá com o jeito delas, porque elas são muito animada (risos). É gostoso! De veiz tem coisa que eu não começo, mas se alguém começa, eu faço parte pra ajudá! E com isso passo dia e a gente não sente (Du).

(Risos) Assim, na vida do trabalho, nas coisas da cooperativa mudô bastante porque se a gente tá nervosa dentro de casa, a gente chega e conversa com uma colega, conversa com a outra, então já resolve tudo. Aquilo lá você esquece deixa lá atrás. Então é muito bom a gente trabalhar onde tem bastante gente, onde a gente possa tá conversando, né? (Rita)

(...) aqui, aqui eu me distraio, entendeu!? Distraio minha mente, eu venho pra cá eu fico mais leve, entendeu? Eu esqueço meus problemas lá fora e aqui eu me divirto porque aqui uma fala uma coisa a gente ri, a outra fala outra coisa a gente ri, e aí a gente na hora que a gente tá trabalhando, a gente fica concentrada, entendeu, em separar as coisas... Aqui é gostoso! Eu gosto daqui! (Sandra)

FOTO 9 - Cooperadas se divertindo durante o expediente



Fonte: Diego Coelho, 2006.

Tal proximidade gerada por esse processo assembleístico incorpora toda a dificuldade inerente de um diálogo que se influencia por jogo de interesses, mas que em síntese parece sempre chegar a uma situação satisfatória à vontade de seus cooperados.

Pesquisador: Você acha que o jeito de votá funciona pra coisa andá?

Fátima Alves: É... eu acho que sim.

Pesquisador: É? E como que é trabalhar sem patrão, Fátima? É gostoso? É ruim?

Fátima Alves: Eu acho bom... é.. no caso assim... muitas vezes a gente fica chateado porque a cooperativa é assim... todo mundo é dono, então todo mundo acha que tem seu direito, né? As veiz a gente tem alguma coisa de um jeito, aí chega outro, “não vai ser assim”! Aí fica complicado porque é cooperativa. Se fosse uma firma não. Porque tem o patrão, né? O patrão tem que ser assim! Mas como nós somos cooperativa, aí fica aquela... uns que fazê de um jeito, outro quer fazer de outro. Mas termina chegando num ... num acordo...

Pesquisador: Então nas reuniões vocês debatem, chegam a brigar e tudo?! E no final?

Fátima Alves: É... é... fica uma discussão, um diz que não aceitô, o outro diz que “eu não vou votá”... aquelas... mas depois termina dando certo. E com quase 5 anos já tô eu aqui, graças a Deus eu não tenho problema com ninguém, eu gosto de todo mundo, não tem problema.

Como segunda influência desse processo democrático, tem-se a experiência cívica e solidária vivenciada pela argumentação e reflexão que as críticas diretas possibilitam. Assim, cada cooperado possui o direito e a liberdade de expor suas idéias diretamente ao outro, vivendo o exercício constante de análise dos limites de seus direitos e o dos outros. O caso entre dois cooperados, Turim e Bruno, sintetiza perfeitamente esse processo.

Como relatou Turim em sua entrevista, Bruno, durante seus trabalhos na *Cooperlários*, machucou suas costas, tendo que se afastar do trabalho. Foi colocado para votação em assembléia se o afastamento desse cooperado deveria ser remunerado ou não. Turim foi uma das pessoas que argumentou que não deveria haver a remuneração. Tempos depois, foi Turim quem se machucou, e a recíproca foi verdadeira para ela – ficou, também, sem a remuneração.

Esse evento é interessante, pois fez Turim pensar bastante, refletindo sobre os limites de um individualismo egoísta. Conforme trecho da entrevista:

Pesquisador: Turim, depois que você entrou na Cooperlários você começou a se preocupar mais com os outros ou não?

Turim: (...)

Pesquisador: Você fica assim, preocupada mais com o que acontece com a pessoa que está do seu lado?

Turim: É!

Pesquisador: Por quê?

Turim: Porque às veiz a pessoa precisa da gente, né? Não é todo dia. Por exemplo, hoje tem que preocupá porque hoje aconteceu com ela, talvez amanhã possa comigo, possa ser comigo, né!?

Pesquisador: Isso você aprendeu aqui? Na Cooperlários?

Turim: Ah... aprendi (risos)! Cortei a perna e fiquei 15 dias em casa. E quando foi o rapaz que eu contei a história pá ocê... do rapaz do asfalto... eu falei... votei não pra ele. E na outra vez eu cortei a perna e fiquei 15 dias em casa... e não ganhei nada! Se eu tivesse votado pra ele ganhá, hoje esses dias eu teria ganhado meus 15 dias fiquei

em casa com a perna cortada... então... Mas eu votei não. Hoje nós não pode pensar só na gente... tem que pensá nos outros também!!

Desenvolve-se, com isso, um processo em que os indivíduos começam a se posicionar constantemente, sentindo-se responsável pela condução dos processos e parte determinante da gestão da organização. Há o sentimento coletivo de que a responsabilidade é de todos e cabe a cada um participar. Como sintetiza o relato de duas cooperadas da diretoria,

Boa [relação com os cooperados]! Porque vem reclamá pra mim direto. “Aí, Turim, tá acontecendo isso...” “Aí, Turim, tá acontecendo aquilo”. Aí falo: Ai, gente, eu não posso decidi sozinha, sabe? Vocês também! Não é só eu, né? Que a pessoa vai falá o quê? Que eu quero mandar nessa Cooperlários? Eu não posso falá. Cada um tem que falá um pouco, né? Reclamá! Não só eu. Vamos então se reuni aqui e vamo cada um falá um pouco. Porque não é só eu que decido! Vocês também decidem. Vocês também têm o direito de falá! Que nem outro dia... tem um homem que não tava trabalhando. Ele tava sentado e fazia 2 horas e ele ganha por hora. Aí começo: Ah, Turim, ele não trabaiá! Aí eu disse pra ele: As muierada aqui tá falano que cê não vai prestá no tabalho de caba de prensá isso... E ele perguntou: Qual que foi a muié? Falei: Todas...! (risos). Todas elas tava falano... E ele: Me aponte qual delas... Falei: Não! Não tem nenhuma nem outra... é todas inclusive eu (risos)! (...) Ele falou: Ah... quero que se dane! Ele falou: Fale pra mim! (...) Mas aí depois acho que ele passô a raiva, que ele preno de pressa! Isso é um fato (risos)! Aí falo: “Ah, Turim, se você não tivesse falado... tava aí... depois que falô, nossa... preno... foi rapidinho! Aí no outro dia falei: [Nome do cooperado], contece... aí sentei com ele... Não é só eu que recramo! Todas muié recrama. Mas vai fazê o que, meu fio? Se tem que fazê... Aí nisso ele falô... Aí no outro dia ele tava olhando um saco... “Sicrano, isso aqui é seu?” Tinha umas ropa. Aí a muié falô assim: Tá veno? Ele pode sê assim do jeito que ele for, mai ele não guarda mágoa de ninguém! Chamá a atenção dele, né? É, mas eu chamei a atenção do [nome do cooperado], né? Não tá certo... porque ele faz parte do conselho fiscal... ele tem que tê... ah... tem que... é o espelho, né? Pra outra turma que chega no conselho fiscal e ele não for espelho da turma... quem será? Se ele não trabalhá de acordo... agora ele pega e senta... o outro já vai pegá e deitá aqui! (Turim).

Falo! Eu falo assim, o que eu acho que tá certo! Eu falo se as pessoa... tem muita gente que fica assim... porque acha que eu quero.. sei muitas coisa assim... eu quero levar as coisa muito a sério. Eu falo mesmo! Que eu gosto das coisas sérias. Não sou de chegá aqui e ficá enrolando, não trabalhar. Se eu ver um que tá ali enrolando também sem querer trabalhar eu já fico logo agitada, né! Porque eu não gosto. Se a gente vem pra trabalhar tem que trabalhar mesmo! As vez tem um que fica escorando ali sem quere trabalhar... a gente já fica... aí um fica e fala pro de traz: Ah, porque fulano não sei que, não sei que. Eu não, eu já falo logo na cara: “Fulano, assim não vira... assim não dá!” É por isso que... não é todo mundo... mas tem muita gente aqui, tem uns aqui que... não é muito assim comigo por causa que eu sou... muito... eu gosto de fala as coisa assim na cara! Porque não adianta eu fala por de traz, eu acho que magoa mais a pessoa. Que nem eu já falei pra muita gente aqui. As vez fica aquela discussão porque todo cantinho onde tem muita gente tem discussão mesmo, né? Mas quando nós tamo assim numa boa, aí eu falo pra, pra todo mundo assim: Oh gente, eu falei isso, e assim mas eu não tenho mágoa de ninguém não.. não tem mágoa de ninguém, porque tem hora que a gente fica... fica agitada com alguma coisa. Mas não é problema de levar a sério não... de jeito nenhum. (Fátima Alves).

Essa dinâmica de crítica cotidiana dos trabalhos também gera uma terceira influência. Como relataram os cooperados mais antigos da *Cooperlários*, que mais participaram de assembléias, atualmente eles sentem-se melhor para dialogar e debater sobre a organização em que trabalham. Não apenas manifestam grande conhecimento sobre o funcionamento da organização e sua gestão, mas todos têm de prontidão uma sugestão para melhoria dos trabalhos.

Agora já conversei com a Turim. Falei: “Turim... todo... todo... todo saco de material do pessoal vai ter que vim com nome! Vai vir com nome que a gente descobre quem é essa pessoa...” Porque desse jeito eu tô perdendo meu tempo fazendo separação, segunda separação. E não sei quem é a pessoa que tá fazendo errado (Baiano).

Os cooperados passam a desenvolver noções de administração, pelo qual começam a exercitar um pensamento gerencial. Um evento particular enfatiza esse processo. Como desenvolvido no item *A gestão da Cooperlários: divisão e processo de trabalho*, a *Cooperlários* possui sua gestão dos trabalhos em dois grupos: Horistas e Produção. Essa estrutura organizacional foi desenvolvida em assembléia pelos próprios cooperados, após a análise de que o sistema que vigorava anteriormente não estava surtindo efeitos justos na remuneração. Conforme relatado pelos cooperados, a *Cooperlários* seguia o seguinte sistema de trabalho: todos trabalhavam e todas as receitas líquidas das vendas do mês eram igualmente divididas entre os cooperados. Dessa forma, os cooperados que não se empenhavam no trabalho acabavam ganhando o mesmo montante daquele que dava seu suor para aumentar a produção. Foi então que uma cooperada teve a idéia de colocar em debate e rever, em assembléia, todo o sistema de gestão do trabalho, com objetivo de torná-lo não apenas mais justo, mas mais motivador à produção.

Após discussões, os próprios cooperados estruturaram os grupos Horistas e de Produção e colocaram esse sistema em período de teste e avaliação durante um mês. O novo sistema agradou bastante e foi aprovado, sendo implementado e vigente até hoje. Analisa-se desse caso que, mesmo sem escolaridade técnica superior em administração, a reflexão e

participação dos processos decisórios na gestão da organização acabaram influenciando a aprendizagem gerencial nos cooperados. Os cooperados começaram a refletir o cotidiano de trabalho, desenvolvendo pensamento crítico para melhoria do funcionamento da organização.

É possível se dizer, então, que a *Cooperlírrios*, por meio de autogestão, parece apresentar uma releitura da democracia direta ateniense, produzindo espaço para que todos argumentem sobre a gestão de sua organização. Nesse sentido, conclui-se que esta gestão por princípio democrático, em dinâmica de assembleias, produziu o espaço de diálogo, uma *Ágora*, que influenciou, em três pontos observados, seus cooperados: a) o desenvolvimento de uma competência argumentativa que incentiva à interação social; b) pela abertura ao diálogo e participação a experiência da reflexão cívica e solidária, de preocupação com o próximo; e c) o desenvolvimento de competências gerenciais, por meio da aprendizagem, na práxis, de noções de administração.

5.3.2 O mito da Fênix e os laços de solidariedade

Em pleno Dia das Mães de 2006, um incêndio de proporções devastadoras atingiu a *Cooperlírrios*. Todo o material armazenado para despacho, material selecionado em *bags* e material a selecionar foram perdidos. Naquele mês, toda produção da *Cooperlírrios* e a remuneração de seus cooperados foram “zeradas”, perdidas. Esse triste evento, que marcou com cinzas a história da organização, foi suscitado durante os trabalhos de campo e as entrevistas. Pelas narrativas do episódio, esse evento destacou-se como denso de significado, sendo porta de entrada interessante para se analisar um fator de extrema importância: a solidariedade entre os cooperados.

Como desenvolvido ao longo dessa dissertação, a solidariedade é um dos temas centrais do cooperativismo, da Economia Solidária e dos empreendimentos solidários. Esse

termo não trata apenas da essência desses movimentos, mas o fim que se busca para produção de liame social capaz de gerar a prosperidade sustentada de suas ações. Entretanto, o fato de haver sua defesa não necessariamente garante sua manifestação na vida dos cooperados. Por meio da análise das percepções dos cooperados e da Prefeitura sobre o incêndio ocorrido na *Cooperlório* foi possível constatar que a Cooperativa conseguiu consolidar forte sentimento de solidariedade e apoio em seus cooperados, outrora inexistentes quando eram catadores de rua. O processo organizativo da *Cooperlórios*, desde sua formação até a vivência de seu cotidiano, gerou solidariedade dentro do grupo que, após o incêndio, veio à tona com toda a força.

O primeiro *insight* sobre a solidariedade formada entre os cooperados da *Cooperlórios* foi dado por Du, quando citou o incêndio como um evento que mudou o astral de trabalho:

Pesquisador: O que te levou a essa produção que é seleção de material? Por que você decidiu sair do horista e ir pra produção?

Du: Porque naquele tempo, achava que tava faturando pouco, sabe? Trabalhava muito e tava faturando pouco. E com a produção a gente muda o jogo, podia incentivá mais as mulher... porque naquele tempo a gente tava assim, naquele chamado aquele baixo astral... desanimado... não rendia... nem a produção e mesmo se trabalhasse no serviço por hora, também não rendia porque dependia de um pouco da produção. Então aí eu falei se a gente fizê isso, eu acho que vai melhorá... e daí pra cá... eu achei que foi aquilo que tinha que fazer.

Pesquisador: Pra melhoria de toda a Cooperlórios?

Du: Pá toda a Cooperlórios, eu como sempre sou uma pessoa cheia de coisera. Eu sou a pessoa mais engraçada que tem aqui... pode tá ruim que eu falo que tá bom, sabe? Falo: Não, vai melhorá... vamos fazê um jeito de melhorá. Não é que eu sei fazê a coisa, que eu sô engraçado e mesmo... e elas vai na conversa.

Pesquisador: Então deixa eu te fazer uma pergunta, Du. Você colocou que havia um baixo astral nessa época, né?

Du: Foi.

Pesquisador: Por que, que que era esse baixo astral? Por que todo mundo tava de baixo astral? Que que aconteceu?

Du: Eu acho que uma pessoa sendo um baixo astral... e às vezes por eu tá assim outra pessoa vai junto... e aí vai mais e mais junto e aí acaba prejudicando o rendimento que naquele tempo não era assim que nem hoje... que chega o material e de repente o material ele consome já tudo separado... tava... teve uma queda grande naquele tempo... e não tinha uma saída pra mode a gente sê. Aí, depois do fogo a gente voltou com a cabeça assim... mais arejada... aí eu achei que eu devia mudá... fala assim o que que eu sentia...e aí convida a todos...

Conforme relato de Du, único cooperado presente na *Cooperlórios* no dia do incêndio,

O fogo aconteceu assim... foi porque... do outro lado tinha muito mato, mato alto mesmo. Naquela lateral onde joga entulho até hoje e jogam muito. E mais do lado de cá bem perto da cerca do quintal aqui que é muito mato, o capim cresceu. A gente já tava com medo e pediu as pessoa pra corta, né? O pessoal da Regional, né? Eles acendeu o fogo, mais ficou acamado, muito seco. Aí que criou a chama. Aí não demoro, crio a chama, eles rastelou... mais mesmo assim não tirou tudo... porque não

tinha jeito de tirá. Aí tinha um entulho muito alto lá. Aí pois fogo. Num dia de domingo, que foi o dia que eu tava aqui trabalhando, prensando, que eu ia ficá de guarda, mas eu gostava de fica trabalhando... Aí prensava material e o tempo passava mais rápido. Pois fogo lá... Depois o fogo foi alterando, foi de tardinha, foi alterando, quando foi chegando lá depois das 18h o fogo pulou pra cá... O fogo pulo! Tinha um pouco de isopor lá perto da cerca... e quando pulô... pegou na cerca... aí o fogo veio que veio com tudo..Nem se o corpo de bombero tivesse aqui não dava conta de socorrê (Du).

Com a Cooperativa em chamas, rapidamente a notícia correu o Jardim dos Lírios e os cooperados foram, um a um, sendo avisados. Todos narraram com muita emoção esse dia, principalmente quando chegaram ao local e viram, senão em chamas, somente as cinzas de seu local de trabalho.

Eu pensei que na hora fui tudo uma brincadeira, né? Do minino que chegô lá em casa falando, né? Mas quando no oto dia cedo que eu cheguei aqui... foi muito triste.. queimô tudo, não sobrô nada... (Rita).

Eu tinha ido na casa das minha filha que era dia das mãe, né? E quando eu cheguei em casa e comecei a fazê janta, aí a vizinha começou a grita: "Oia! a Cooperlírrios tá pegando fogo, tá pegando fogo!". E o fumação tomô conta do bairro inteiro, né? Que... fibra, um monte de coisa, né? Aí eu vim fiquei a noite inteira aqui, eu e as menina e o bombeiro pedindo reforço que não conseguia apagar o fogo, foi horrível. (...)

Ah... eu fiquei muito... comecei a chorar, sabe? Porque nós... nós tava assim bem, né, começando a levantar aqui, recicrava assim... entre altos e baixos. Tanto faz a gente ganhá um pouco rasuavi, como já caí de uma vez, por causa do preço, às vezes num tem material suficiente. Tudo isso aí! (Fátima).

Ah... eu chorei... fiquei nervosa... fiquei muito nervosa. Porque naquela semana eu tinha pesado muito material. Eu tinha uns 300 reais pra receber ou mais, né? E fiquei sem nenhum centavo. Não fiquei com dinheiro nem pra pagá minhas prestação. Aí ficou tudo descontrolado por causa do pagamento, né? Foi embora tudo, queimou tudo... Aí naquela hora que a gente viu aquele fogo ali, um fogo que não tinha nem nada que apagasse, tomô conta disso aqui. Foi bombeiro não conseguia. Uma coisa que não tinha nada que conseguisse apagá esse fogo. Aí nós ficuemo desesperado, nós tava todo... porque todo mundo mora pertinho, logo chegou todo mundo aá... Aí eles até conseguiram apagá. Mas foi difícil... fiquei nervosa... fiquei chorando... (Fátima Alves).

Fiquei triste... porque achei que a gente não ia consegui trabaia mais. Achei que ia fechá... até construí outro barracão (Rosana).

Esse evento assume relevância não apenas pelas perdas materiais, financeiras e comoção do grupo de cooperados, mas, principalmente, pela capacidade de organização coletiva e identitária manifestada imediatamente após o controle das chamas.

(...) mais aí a gente juntô as muié tudo... lavô tudo aqui... nós começô pôr os lixo no chão e até hoje tá no chão e nós reciclamo (Rosana).

(...) no mesmo dia, na segunda-feira, porque esse fogo foi no domingo à noite, e na segunda-feira, porque não tinha outro jeito. Se fosse esperar mais tempo não compensava (Du).

Inclusive que a ota menina, nos falemo: Vamô levanta as manga e vamô limpa isso, vamô ponha material! Graças a deus tá aí, porque... porque nós fosse desisti muita gente ia da risada... (Rita).

No outro dia nós viemo. Aí já demo uma limpada aí... veio a máquina, tirô tudo aquelas coisa que ficô queimada. Parece que quando foi, na segunda? É, na terça-feira já chegô um caminhão e nós comecemos a trabalhá (Fátima Alves).

Sabe que eu não sei nem da onde que veio! Só sei que veio uma menina de lá de baixo, pra ajudá, ela não tem nada a ver com as daqui, ela veio ajudá, foi uma solidariedade muito boa (Rita).

O clima que era tenso e triste na data do incêndio, aos poucos, foi tomando aspecto motivador e desafiador. Rapidamente, como uma Fênix, a *Cooperlários* foi reconstruída de suas próprias cinzas. Sem estrutura, dado que as bancadas nas quais era feita a seleção dos materiais foram queimadas, os cooperados da Produção começaram a selecionar os materiais no chão. Incrivelmente, apesar de uma situação mais precária, o clima entre eles melhorou, bem como a própria produção geral aumentou.

O fogo trouxe uma mudança, pra que a gente acordasse um pouco, deixasse de lado aquele baixo astral e mudasse de cena.

(...)

(...) eu acho que daí pra cá [fogo]... nós temo mais plano... mais projeto... mesmo que for um projeto que for tanto saque de tá acontecendo a gente tem mais um pouco de tentativa de projeto (Du).

Ah... porque eu acho que um pobrema, né, as pessoa acordô mais, né? Se interessô mais pelo serviço, não todos, né? Mais alguns se interessô mais, né! [após o fogo] (Fátima).

O próprio líder do projeto, vereador Kim, narrou sua impressão sobre essa força demonstrada de organização coletiva e solidária da *Cooperlários*.

É... eu tive lá no dia do incêndio. Na hora do incêndio, inclusive, fui compartilhar e senti, realmente de perto, o que aquelas pessoas tavam... é.. sentindo. É evidente que no primeiro momento, aquela tristeza, né, um baque que todo mundo, é... todo ser humano vai sentir. Mas imediatamente a resposta, naquele dia enquanto se queimava, né. As pessoas, “não amanhã nós vamô tá recomeçando, vamos reerguer das cinzas, né...” e de fato aconteceu, né? O pessoal não esmoreceu, pegou firme, tá sofrendo, né? O resultado de ter perdido a sua cobertura, a sua estrutura, enfim, de ter passado por uma série de dificuldades, mas eles estão... é... demonstraram aquele sentimento de que a união faz a força, e eles permaneceram unidos e estão superando, e mais do que isso, né! (Vereador Kim).

Analisa-se, por meio da reação dos cooperados frente ao incêndio, que uns dos principais objetivos da implementação de um empreendimento solidário, como a *Cooperlários*, parece ter surtido resultados. Os catadores que, anteriormente ao projeto, atuavam de modo esparso pelo bairro, quando organizados em cooperativa, não apenas começaram a organizar essa atividade de modo mais eficiente e produtivo, mas também desenvolveram um liame social, certa identidade que os une em torno do empreendimento e de seu trabalho.

O próprio líder do projeto, vereador Kim, quando questionado acerca dos impactos da formação da *Cooperlários* para seus cooperados e o bairro, afirmou que “não tem dúvidas que mudou”. A avaliação do vereador é clara ao destacar que o empreendimento solidário, como se constata, caminha para consolidação dos preceitos que o justificam econômica, política e socialmente. De acordo com o vereador,

(...) para a gente perceber a mudança não dá pra gente olhar de um dia para o outro! Nós temos que olhar, por exemplo, como que isso era há oito anos atrás e como é hoje! Aí você vê claramente a diferença, né? Talvez olhando pras pessoas, como que aquela pessoa é, vivia, né? Naquele período lá atrás e como ela vive hoje. E não apenas aquele grupo que tá trabalhando lá hoje. Outras pessoas que passaram por lá, né? Porque ali de uma certa maneira as pessoas que passam e trabalham ali por um tempo elas acabam tendo uma formação! Uma formação de que é importante ter o respeito mútuo, que é importante ter uma organização, e que dessa forma você consegue. Ao invés de competir, de cooperar, né! Que a palavra cooperação, ela muitas vezes traz mais resultados que a palavra competição, né? Quando existe uma linha muito individualista, que é natural que isso ocorra, né, as pessoas elas têm um determinado limite, agora quando elas se unem para a busca de objetivo comum, esses limites são superados, né?

(...)

Então o que que cada um tem aquilo que ele sabe fazer melhor e é importante que aquilo que ele sabe fazer de melhor, e é importante que aquilo que ele tem de bom ele possa socializar com as outras pessoas do grupo. Então com isso, todo mundo ganha, porque aquilo que o meu colega tem de bom ele vai dividir isso comigo, aquilo que eu tenho de bom eu vou dividir isso com ele. E aquilo que eu tenho de ruim eu vou guardar comigo e o outro colega com ele. Então esse espírito cooperativista, quando as pessoas trabalham, realizam dessa forma, não existe aula teórica que faça as pessoas compreenderem isso, mas uma ação prática, não é nem traduzida em forma de texto, mas as pessoas sentem e compreendem e com isso readquire uma auto-estima, vê que realmente o trabalho dele, aquilo que ele sabia fazer de bom foi bom pra tanta gente, né? E somando com os outros ele conseguiram superar uma dificuldade que era de todo mundo. E dessa forma o pessoal que tem participado da Cooperlários não é diferente, porque tem visto muitas relações de respeito, tratativas com empresas de grande porte, eles são fornecedores de grandes empresas, são consumidores também. E são tratados de uma forma respeitosa quando antigamente, né, eram vistos como andarilhos, pedintes, pessoas que não eram reconhecidas com seu verdadeiro valor de um trabalhador digno. (Vereador Kim).

Com isso, o incêndio na *Cooperlários*, apesar de um evento trágico, expôs aos próprios cooperados laços de solidariedade que até então não estava imediatamente perceptível aos seus próprios olhos. A *Cooperlários*, enquanto uma organização alinhada com os preceitos do cooperativismo e da Economia Solidária, parece ter alcançado, com relativo sucesso, não apenas sua dimensão econômica, mas também social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

6. *Cooperlários*: questões “boas para se pensar”

Aventurar-se pela problemática de **como os indivíduos constroem e vivenciam a gestão de um empreendimento solidário** suscitou algumas questões e eventos “bons para se pensar” (LÉVI-STRAUSS, 1976) no campo dos estudos organizacionais.

Ao se analisar o processo organizativo (SPINK, 1991; 1996) da *Cooperlários*, foi possível observar como foi formado um grupo específico (Prefeitura e catadores) que, com objetivos e interesses comuns, constituiu um empreendimento de características solidárias. Analisou-se a dinâmica do grupo desde sua origem até seu cotidiano hodierno, e, principalmente, como este grupo construiu o empreendimento e vivencia a sua dinâmica organizacional.

Por meio de uma experiência rica no campo (com observação não-participante; entrevistas e análise de documentos), identificaram-se três momentos relevantes no processo organizativo da *Cooperlários*: sua formação, construção e dinâmica organizacional. Por meio desses três momentos foi possível destacar questões que agregam para o debate dos estudos organizacionais, especificamente, na gestão humana e social das organizações, a saber:

- Ø uma ação viável para o desenvolvimento local;
- Ø a construção de leitura particular dos preceitos doutrinários e organizacionais do cooperativismo; e, principalmente,
- Ø a influência de seu arranjo e dinâmica organizacionais nos aspectos sociais e políticos da vida de seus trabalhadores.

No item *Entre a revolução e o pragmatismo: a formação e o status popular da Cooperlários*, descreveu-se que a formação do grupo que constitui a *Cooperlários* partiu de uma iniciativa da Prefeitura Municipal de Americana em organizar os catadores de materiais recicláveis e/ou reutilizáveis do Jardim dos Lários. A principal motivação que incentivou a Prefeitura nessa ação estava apoiada em dois pontos específicos: o primeiro, organizar essa

atividade de coleta de materiais, uma vez que o modo precário como ela estava sendo executada trazia sérios problemas à salubridade do bairro; e, o segundo, de garantir, formal e sustentável, essa atividade econômica, tendo em vista se tratar, em muitos casos, da única fonte de renda das famílias.

Essa motivação, da qual o poder público local se imbuíu no processo de interação com a comunidade local, suscitou a retomada de interessante debate sobre o movimento cooperativista, particularmente nos empreendimentos de Economia Solidária. A principal questão nesse âmbito é quanto ao princípio motivador do processo organizativo desse tipo de empreendimento: seria ele um princípio revolucionário, alinhado às premissas de contestação do capitalismo, ou um princípio reformista, arraigado à ação pragmática de garantia de emprego à população de baixa renda e excluída do mercado formal de trabalho?

A interpretação desse processo ensejou esse debate, revelando que a *Cooperlírrios*, quanto à motivação de sua formação, nasceu de um princípio pragmático, porém, não abandonou as premissas e doutrinas do movimento cooperativista. Abre-se, com isso, a discussão que, a despeito de estarem alinhadas por um princípio revolucionário em sua origem, é possível que o cooperativismo e os empreendimentos de Economia Solidária sejam tomados, com eficácia, em sua forma reformista, não tendo que abrir mão, com isso, de seus pressupostos. Ser uma resposta pragmática no mercado não significa, necessariamente, a adesão completa a uma “muleta organizacional e institucional”, como no caso das *coopergatos*.

É possível, então, como analisado, um alinhamento reformista-pragmático com as bases programáticas do cooperativismo e da Economia Solidária. O caso *Cooperlírrios* não apenas se mostra alinhado a realidade com esse raciocínio, mas apresenta, teoricamente, sua factibilidade. Como analisado no item *Entre a revolução e o pragmatismo: a formação e o status popular da Cooperlírrios*, o objetivo da Prefeitura, num primeiro momento, era o de

organizar os trabalhos de coleta de materiais recicláveis e/ou reutilizáveis para manutenção formal dessa atividade, garantindo emprego e renda. Percebe-se que a finalidade que orienta essa motivação é de natureza econômico-instrumental – a construção de um meio, uma organização formal, para consecução de um fim dado: emprego e renda. Entretanto, a escolha deliberada do meio para consecução dessa cadeia instrumental foi dada em torno da aposta em vínculo solidário que um modelo específico, o cooperativismo, propugna como capaz de gerar. Nesse sentido, a opção do modelo cooperativista obteve sua finalidade na criação de vínculos específicos a partir de uma ótica substantiva, os quais pudessem constituir para o liame social capaz de gerar prosperidade e sustentabilidade ao empreendimento.

Essa articulação entre uma lógica instrumental e substantiva é passível de ser bem articulada nos empreendimentos solidários e retoma os estudos de França Filho (2002). Como desenvolvido em *Economia Solidária: problemática e conceitos*, os empreendimentos, por sua natureza, possuem “capacidade de articular lógica de ação bastante diferenciadas na sua dinâmica” (FRANÇA FILHO, 2002, p.2). A compatibilidade entre eficiência econômica e lógica solidária está respaldada no conceito de economia plural, desenvolvido por França Filho (2002) a partir dos estudos de Polanyi, apresentado no item *Economia Solidária: problemática e conceitos*.

Nessa argumentação, França Filho (2002) defende para os empreendimentos solidários a construção teórica da coexistência de lógicas econômicas que normalmente são tidas como opostas ou mutuamente excludentes. Para o autor, a economia plural admite a pluralidade de princípios de comportamento econômicos, não posicionando os empreendimentos solidários como iniciativas “contra o mercado”, mas como ações que podem ser “com o mercado”. Nesse sentido, a análise da formação da *Cooperlários* torna-se boa experiência para corroborar essa articulação e defendê-la.

Sobre a construção do empreendimento, desenvolvido no item *Cooperlários: um empreendimento solidário?*, indagou-se se as motivações de se constituir um empreendimento com eficiência econômica por meio de laços solidários realmente levariam, na dinâmica de seu processo organizativo, à realização desses objetivos. Subjacente a essa indagação, encontra-se a análise de como um grupo determinado, formado por interesses comuns, constroem, em sua prática particular, seus meios.

Os estudos do arranjo organizacional e da dinâmica de gestão da *Cooperlários* levaram à interpretação de que a Cooperativa, em sua particularidade, enquadra-se alinhada com os preceitos do movimento cooperativista e da Economia Solidária, adquirindo dimensões que lhe possibilitem ser entendida como empreendimento solidário (GAIGER, 1996; 2003).

Do primeiro ao sétimo princípio *rochdaleanos*, a *Cooperlários* vive, a sua maneira, todos os seus pressupostos. Os cooperados, identificados com o trabalho de seleção e reciclagem, mostram-se engajados em desenvolver o empreendimento, inclusive, utilizando-se para isso das diversas parcerias técnicas, principalmente, com a Prefeitura Municipal. Nesses termos, a *Cooperlários* pode ser entendida como típica cooperativa defensiva (LIMA, 2004) e autêntica (SINGER, 2003). Defensiva, pois, como desenvolveu Lima (2004), trata-se de empreendimento formado por iniciativa governamental de geração de renda para populações pobres, a qual está totalmente alinhada com os princípios doutrinários do movimento cooperativista e da Economia Solidária.

Essa interpretação da *Cooperlários* como cooperativa defensiva (LIMA, 2004) e autêntica (SINGER, 2003) desdobra-se para a retomada de uma indagação proposta por França Filho (2002): seria a Economia Solidária um caminho para um novo modo de gestão pública?

O caso *Cooperlários* abre espaço para essa problemática, demonstrando ser, apesar de alguns pontos abertos, uma experiência positiva nesse sentido. Trata-se de um

empreendimento constituído pelas relações entre a sociedade civil e o governo municipal que apresentou resultados satisfatórios e eficazes, como analisado em *Análise dos Resultados: um olhar interpretativo*: uma cooperativa em pleno funcionamento, que integra a cadeia do tratamento do lixo urbano da cidade, inserindo indivíduos na formalidade do trabalho, gerando não apenas renda, mas condições dignas de vida e influências sociais positivas. Observa-se, então, um caso que corrobora a perspectiva de França Filho (2002, p.11), quando este coloca que:

Na prática a hibridação de princípios econômicos que se realiza através dessas experiências [Economia Solidária] aponta caminhos fecundos do ponto de vista de uma ação organizacional cujo horizonte possa ultrapassar objetivos puramente econômicos. Múltiplas possibilidades de parceria entre agentes da sociedade e poderes públicos nos aparecem possíveis através desse fenômeno, sempre atento a perspectiva de preservação da autonomia dos projetos e estimulando um modo inventivo de realização da gestão pública.

Pela interpretação do modelo de gestão construído e sua dinâmica na *Cooperlários*, observaram-se alguns pontos fundamentais para a reflexão dos empreendimentos de Economia Solidária e as influências destes em seus indivíduos. Conforme o próprio discurso do movimento propugna, os incentivos de formação de empreendimentos solidários estão dados atualmente na busca por uma solução digna, por meio de emprego e renda, para as populações de baixa renda e baixa escolaridade em situação de risco. Nesse sentido, como desenvolve Singer (2000a), tendo em vista o perfil dos indivíduos trabalhadores dos empreendimentos solidários, existe descrença generalizada na capacidade administrativa destes. Muitos consideram essa questão, inclusive, problema maior ao sucesso do empreendimento do que a própria reação do capitalismo e da dinâmica do mercado a esse tipo de iniciativa.

Entretanto, como Singer (2000a) argumenta, o conhecimento é um processo que acontece no devir do tempo, tanto quanto a maturidade da autogestão, como a administração

de todo o negócio. O caso *Cooperlírrios* parece corroborar o argumento de Singer (2000) e refutar, em termos, os resultados encontrados por Liboni (2002).

Conforme analisado no item *Dinâmica organizacional e suas influências*, o arranjo organizacional cooperativista, somado à experiência de autogestão, influenciou a vida de seus cooperados, por meio do desenvolvimento de alguns componentes educacionais e de aprendizagem, tanto técnica como social. Apesar de não possuírem formação técnica, a experiência de participar de assembleias, discutir criticamente a gestão e o trabalho em seu cotidiano, desenvolveu, na maioria dos cooperados, consideráveis noções de administração, as quais se apresentaram como suficientes para uma boa condução gestora do empreendimento. Os cooperados, inclusive, estruturam todo o modo de gestão, desenhando a divisão do trabalho que os remunera de maneira mais justa, produtiva e motivadora.

Mas não são somente noções de administração que os cooperados desenvolveram na vivência da gestão do empreendimento. Outros pontos, relacionados com dinâmica social, cívica e solidária, também se destacaram. Os cooperados manifestaram que, ao trabalhar na *Cooperlírrios*, parecem estar mais aptos a argumentar e participar, bem como apresentam preocupação com o próximo e relativa capacidade de organização coletiva. Observações estas suscitam debate interessante sobre o princípio democrático nas organizações, recuperando os estudos de Pateman (1992). Esta autora apresenta um seminal estudo sobre a participação no trabalho, abrindo o debate em torno dos reais princípios democráticos da autogestão *versus* as iniciativas gerencialistas de incentivo à participação dos anos 1960, como o toyotismo, co-gestão, entre outros. A questão que se coloca é: afinal, de qual participação estamos falando?

Em *Participação e teoria democrática*, Pateman (1992) revisita o papel da participação nas teorias da democracia e faz contundente crítica às imprecisões com que este conceito é utilizado nas análises de situações reais de trabalho pelos autores da Administração. De acordo com a autora,

Não causa surpresa o fato de os autores de textos sobre administração não discriminarem, com mais cuidado, as diferentes situações ‘participativas’, quando se considera o motivo pelo qual eles estão interessados em participação no local de trabalho. Para eles trata-se apenas de uma técnica a mais entre outras, que pode auxiliar no alcance do objetivo geral da empresa - a eficiência da organização... a participação pode contribuir para o aumento da eficiência, mas o que importa é que estes autores utilizam o termo ‘participação’ não apenas para se referir a um método de tomada de decisão, mas também para abranger técnicas utilizadas para persuadir os empregados a aceitarem decisões já tomadas pela administração (PATEMAN, 1992, p. 95).

Nesses termos, Pateman (1992) analisa os tipos de exercício participativo dos trabalhadores nas organizações, definindo três tipos-ideais: pseudoparticipação; participação parcial; e participação plena. A pseudoparticipação se refere às estratégias gerencialistas que se utilizam do exercício da participação de maneira superficial, com objetivo final de persuadir os trabalhadores a aceitarem as decisões anteriormente já tomadas pela chefia. Os trabalhadores sentem-se fazendo parte do todo, como sujeitos ativos nas decisões, mas, na realidade isso não ocorre, trata-se apenas de um “teatro”. A pseudoparticipação foi muito utilizada pelos sistemas propugnados nos anos 1960, por se tratar de uma dramatização do sentimento participativo, que, como analisado pela autora, acaba por promover, de modo manipulador, a confiança e satisfação no trabalho, aumentando a eficiência da organização.

A participação parcial é definida por Pateman (1992) como um processo pelo qual o trabalhador influencia a tomada de decisões, mas a decisão final não está em suas mãos. Há um “voto de minerva” para a diretoria/chefia, que evidencia assimetria no direito à voz. E, por fim, a participação plena apresenta-se como aquela que está um passo à frente da participação parcial. A participação plena faz referência aos trabalhadores auto-regulados, tendo,

Neste tipo de situação... [a não existência de] dois ‘lados’ com poderes desiguais de decisão, mas um grupo de indivíduos iguais que têm de tomar suas próprias decisões a respeito da atribuição das tarefas e execução do trabalho... tal forma de participação consiste ‘num processo no qual cada membro isolado de um corpo deliberativo tem igual poder de determinar o resultado final das decisões’ (PATEMAN, 1992, p.98).

Dessas categorias do exercício participacionista nas organizações (PATEMAN, 1992), infere-se que a participação plena só pode ocorrer, na prática, em organizações

autogestionárias, marcadas pelos princípios democrático e da igualdade (cooperativismo), uma vez que a participação plena dos trabalhadores deve horizontalizar-se e trazer impactos a toda organização. Nesse sentido, seu exercício depende de relações de trabalho entre iguais, o que não se constata nas organizações mercantis, caracterizadas por contrato de trabalho entre empregado e empregador.

Para Pateman (1992), o corolário que se tem do exercício da participação plena seria a vivência democrática e igualitária ativa nas organizações, trazendo consigo um componente pedagógico, tendo como resultado o incentivo à participação cívica. Promoveria, ainda, a formação de um indivíduo engajado social e politicamente. Se por um lado, como desenvolvido a partir do estudo de Pateman (1992), a participação plena só é possível de ser exercida e experimentada em modelos autogestionários, deve-se destacar que, empiricamente, esses modelos não se concretizam na realidade atual.

Em análise mais crítica, poder-se-ia, no limite, concluir que a autogestão, enquanto um sistema *mais amplo*, conforme desenvolvido por Proudhon e apresentado no item *A organização cooperativa*, não ocorre na prática cotidiana de grande maioria de empreendimentos cooperativistas, bem como na *Cooperlários*. As razões para essa negativa estão no fato de que a autogestão, enquanto exercício essencial e intensamente democrático, para sua dinâmica plena, manifestar-se-ia em condições ideais de ruptura com capital, num primeiro momento, e, posteriormente, pelo desenvolvimento educacional e libertador, disseminado por toda a sociedade.

Como pontos para sustentação desse raciocínio de entraves à autogestão, argumenta-se que, como analisado, um empreendimento solidário, apesar de retórica revolucionária em suas bases doutrinárias, na prática, possui dinâmica reformista. Não se constata, dessa maneira, ruptura com o capital e modo de produção capitalista, mas se inaugura reforma nas relações de produção, que permite mais liberdade a seus trabalhadores. Segundo, a igualdade

pressuposta em seu modelo pode ser encarada, no limite, como utópica. Pois, mesmo que rompido o capital, colocando todos trabalhadores em novo modo de produção, todo grupo formado, inexoravelmente, teria seus líderes e liderados formados por questões carismáticas, ideológicas etc. Há uma lei férrea da oligarquia, conforme desenvolvida por Michels (1910). E, finalmente, tem-se a questão da maturação. Atualmente, os empreendimentos solidários, como a *Cooperlários*, possuem relativo *turn over* em seu quadro, impossibilitando a experiência democrática e autogestionária sustentada no tempo pelo indivíduo.

Esses três pontos, apesar de desqualificarem a existência de autogestão no sentido amplo, não descartam a existência de sua inspiração e impactos positivos, bem como as conquistas benéficas aos trabalhadores e sociedade. O desenvolvimento do item *Dinâmica organizacional e suas influências* apresenta eventos e influências na *Cooperlários* que corroboram, em parte, esse raciocínio.

A *Cooperlários* consolida a existência de um princípio democrático, dado por argumentação em assembléia e votação, que pode, sim, ser palco de experiência muito próxima da participação plena (PATEMAN, 1992). Na *Cooperlários*, mesmo sendo experimentada somente a dinâmica de votação, assumindo a possibilidade de influência nas decisões por determinados grupos (cooperados mais antigos; membros da Diretoria; e Prefeitura), interpretou-se que, por meio dessa dinâmica assembleística, discussão e voto, há, nessa Cooperativa, um processo democrático pedagógico positivo para sociabilidade, civismo e participação de seus cooperados. Os cooperados sentem-se mais sociáveis, preocupados com os demais, identificados com seu trabalho, aptos à ação solidária, entre outros. Fatores que puderam ser constatados de modo geral no cotidiano dos trabalhos e nas narrativas dos cooperados, mas, destacada e simbolicamente, quando da organização coletiva para ressurgimento, das cinzas, de toda a organização.

Essas conclusões parecem corroborar os resultados encontrados por Oliveira (2005a), no que concerne ao fator influente do modelo solidário de gestão. Pois, conforme seu estudo, seu caso estudado teve sua identidade re-significada na trajetória de sua vida, sendo influenciada pela sua inserção em organizações solidárias. Desse modo, a dinâmica de organizações solidárias produziu condições objetivas e subjetivas que favoreceram transformações direcionadas para humanização e emancipação.

6.1 Limitações do estudo e sugestões de continuidade

A reflexão acadêmica, antes de tudo, deve se apresentar como permeável a críticas. Nesses termos, toda a produção deve assumir seu caráter contributivo, alimentando o debate e, principalmente, motivando a continuidade de novos estudos. É pela curiosidade e crítica que a ciência se desenvolve. Ao se aventurar a interpretação de como se desenvolveu o processo organizativo de um empreendimento solidário, *De catadores de rua a recicladores cooperados* teve como objetivo, mais do que gerar conclusões definitivas, levantar indagações e provocações que estimulem a produção de novos estudos.

Como se analisa em todo desenvolvimento da interpretação da *Cooperlírrios*, algumas questões centrais foram suscitadas por meio de eventos específicos e marcantes em seu processo organizativo, desde sua formação e construção, até sua dinâmica organizacional atual. Nesse sentido, é na fronteira das limitações dessa pesquisa, marcada pelas interrogativas das questões aqui levantadas, que se encontram as motivações para futuros estudos.

Dentre as principais, encontra-se a relação poder público *versus* comunidade local na formação de empreendimentos solidários, já questionada por França Filho (2002). Por essa relação, como já apresentado, surge o debate sobre novos modelos de gestão pública, capazes de ser indutores de empreendimentos que promovam o desenvolvimento local com inserção

positiva dos indivíduos no mercado de trabalho. É necessário se explorar isso, considerando outras experiências Brasil afora.

Outra questão é com relação à construção da particularidade da organização, a partir de arranjo organizacional consolidado por uma doutrina, no caso, a cooperativista. Nesse estudo, foi possível observar como os indivíduos, entendidos como cooperados, adaptaram à sua realidade os preceitos doutrinários e organizacionais do cooperativismo. Esse processo apresentou-se muito rico e aberto a diversos temas para aprofundamento no âmbito dos estudos organizacionais em geral e, principalmente, na gestão humana e social. Cultura organizacional, modelos de gestão, entre outros são temas válidos.

A dinâmica organizacional da *Cooperlários* permitiu a interpretação de eventos densos de significados que se apresentaram como portas de entrada interessantes para se refletir a influência de um modelo de gestão na vida e no comportamento dos cooperados. Pelo caso estudado, as influências observadas na vida dos cooperados parecem alinhadas com a literatura do cooperativismo, Economia Solidária e participacionismo. Entretanto, fazem-se necessários estudos focados especificamente nessa problemática, com vistas a observar desdobramentos interessantes de determinados comportamentos organizacionais em organizações democráticas para o indivíduo e, conseqüentemente, sociedade.

Desse modo, *De catadores de rua a recicladores cooperados* é um trabalho exploratório que, em seu devir e resultado, espera ter contribuído com indagações e provocações úteis e inspiradoras ao desenvolvimento da ciência, particularmente, dos estudos organizacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARGOLO, A. C. M. **A influência da educação cooperativista na gestão cooperativa: um estudo de caso da cooperativa mista agropecuária de Ipirá.** Dissertação (Mestrado em Administração). UFBA, 2002.

BNDES. Análise do custo de geração de postos de trabalho na economia urbana para o segmento de catadores de materiais recicláveis. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>> Acesso em: novembro/06.

BIALOSKORSKI, N. **Política institucional de monitoramento da autogestão das cooperativas do Estado de São Paulo.** São Paulo: FAPESP, 2000.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política.** Brasília: UNB, 1998.

BRASIL. **Decreto-lei nº 5.764/71.** Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>

BRASIL. **Código Civil.** Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>

BUBER, M. **O socialismo utópico.** São Paulo: Perspectiva, 1945.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede.** São Paulo: Paz e Terra, 1999

CHALMERS, A. **A Fabricação da Ciência.** São Paulo: UNESP, 1990.

COMTE, A. **Opúsculos de filosofia social.** São Paulo: Globo, 1972.

COFFEY, A.; ATKINSON, P. **Making sense of qualitative data.** Thousand Oaks (CA): Sage, 1996.

CULTI, M. N. **O Cooperativismo Popular no Brasil: Importância e Representatividade.** In: Tercer Congreso Europeo de Latinoamericanistas, Amsterdam-Holanda, 3-6 de julho de 2002. Disponível em: <<http://www.ecosol.org.br>> Acesso em: dez/06

CUNHA, G. C. Dimensões da luta política nas práticas de economia solidária. In: In: SOUZA, A. R.; CUNHA, G. C.; DAKUZAKU, R. Y. (Orgs.). **Uma outra economia é possível.** São Paulo: Contexto, 2003.

DENZIN, N., LINCOLN, Y. Entering the field of qualitative research. In: DENZIN, N., LINCOLN, Y. (Eds.). **Handbook of qualitative research.** Thousand Oaks: Sage, 2000.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

EISENHARDT, K. M. **Building Theories from Case Study Research.** Academy of Management Review, Oct 1989

EME, B.; LAVILLE, J. Cohésion social etl emploi. **Coll. Sociologie Économique.** Paris: Desclée de Brouwer, 1994.

_____. Economie plurielle, économie solidaire: précisions et compléments. **La revue du MAUSS**, semestrielle, n.7, Paris, 1996.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2002.

FACHIN, O. **Fundamentos da Metodologia**. São Paulo: Editora Saraiva, 2001

FLICK, U. **Métodos qualitativos na investigação científica**. Lisboa: Monitor, 2002.

FRANÇA FILHO, G. C. A problemática da economia solidária: um novo modelo de gestão pública? In: ENANPAD 2002. **Anais**. Rio de Janeiro: ANPAD, 2002

GAIGER, L. Empreendimentos solidários: uma alternativa para economia popular. In: GAIGER, L. (Org.). **Formas de combate e de resistência à pobreza**. São Leopoldo: UNISINOS, 1996.

_____. Empreendimentos econômicos solidários. In: CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

_____. Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul. In: SINGER, P.; SOUZA, A. (Orgs.). **A Economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. Virtudes do trabalho nos empreendimentos econômicos solidários. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, Buenos Aires, v. 7. n. 13, 2001.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989

GODOI, C. K.; BALSINI, C. P. V. A pesquisa qualitativa nos estudos organizacionais brasileiros: uma análise bibliométrica. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. (Orgs.) **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo, Saraiva, 2006.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, mar/abr, 1995.

GODOY, A. S. Refletindo sobre critérios de qualidade da pesquisa qualitativa. *Revista Eletrônica de Gestão Organizacional*, v. 3, n. 2, mai/ago, 2005.

GODOY, A. S. Estudo de caso qualitativo. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. (Orgs.) **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo, Saraiva, 2006.

GOODE, W. J.; HATT, P. K. **Métodos em Pesquisa Social**. São Paulo: Editora Nacional, 1968.

GUILLERM, A.; BOURDET, Y. **Autogestão: uma mudança radical**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

HARTLEY, J. F. Case Studies in Organizational Research. In: **Qualitative Methods in Organizational Research**. CASSEL, C.; SYMON, G. London: SAGE Publications, 1995.

HOBBSAWN, E. Os destruidores de máquinas. In: HOBBSAWN, E. **Os trabalhadores – estudos sobre a história do operariado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

JÚNIOR, J. T. S. **Gestão, fato associativo e economia solidária: experiência da ASMOCOMP/Banco Palmas**. Dissertação (Mestrado em Administração). UFBA, 2004.

LAVILLE, J. **L'économie solidaire**. Paris: Desclée de Brouwer, 1994.

LECHAT, N. M. P. As Raízes Históricas da Economia Solidária e seu Aparecimento no Brasil. In: **II Seminário de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares**. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 2002. Disponível em <<http://www.ecosol.org.br/txt/historic.doc>> . Acesso em: julho/2006.

LÉVI-STRAUSS, C. **O pensamento selvagem**. São Paulo: Editora Nacional, 1976.

LIBONI, M. T. L. **A empresa de autogestão: uma visão psicossocial**. 126pp. Dissertação (Mestrado em Administração). UEM, 2002.

LIMA, J. C. O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.19, n° 56, outubro, 2004.

MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultura, 1985

MERRIAM, S. B. **Case study research in education**. A qualitative approach. San Francisco: Jossey-Bass, 2002.

_____. **Qualitative research and case study applications in education**. San Francisco: Jessey-Bass, 1988

MINISTÉRIO do Trabalho e Emprego (MTE). 2006. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso: julho/06.

MISI, M. C. **Cooperativa de trabalho: direito do trabalho e transformação social no Brasil**. São Paulo: Ltr, 2000.

MOTTA, F. C. P. **Burocracia e autogestão: a proposta de Proudhon**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MOTTA, F. C. P. Organização, automação e alienação. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, jul/set, 1984.

MUNIZ, R. M. Notas para Estudo do Processo e das Relações de Trabalho. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.38, n.1, jan./mar 1988.

NASCIMENTO, C. **Autogestão e no novo cooperativismo**. Texto para discussão, Ministério do Trabalho e Emprego, Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>> Acesso: julho/2006.

OLIVEIRA, A. R. N. **Identidade e transformação na Economia Solidária: a trajetória de vida de Lucine**. Dissertação (Mestrado em Administração). UFBA, 2005a.

OLIVEIRA, L. V. N. **Economia Solidária e conjuntura neoliberal: desafio para políticas públicas no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas). UFPR, 2005b.

ORGANIZAÇÃO das Cooperativas Brasileiras (OCB). 2006. Disponível em: <www.ocb.org.br> Acesso em: janeiro/06.

ORGANIZAÇÃO Internacional do Trabalho (OIT). <<http://www.oit.org>>. Acesso em: fevereiro/2006.

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. São Paulo: Paz e Terra, 1992

PARSONS, T. **Structure and process in modern society**. Glencoe: The Free Press, 1960.

PHILLIPS, B. **Pesquisa social: estratégias e táticas**. Rio de Janeiro: Agir, 1974.

PINHO, D. B. (org.). **Tipologia Cooperativista. (Manual de cooperativismo-v.4)**. CNPq, 1984.

_____. **Cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária**. São Paulo: Editora Saraiva, 2004.

_____. **Economia e Cooperativismo**. São Paulo: Editora Saraiva, 1977.

_____. **Gênero e desenvolvimento em cooperativas**. Brasília: SESCOOP; OCB, 2000.

_____. **Manual do cooperativismo, Volume I: O pensamento Cooperativo e o cooperativismo brasileiro**. CNPq, 1982.

_____. **Universidade, gênero e cooperativas**. Brasília: SESCOOP; OCB, 2000

POLÔNIO, W. A. **Manual das Sociedades Cooperativas**. São Paulo: Atlas, 1999.

RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROBBINS, S. P. **Comportamento Organizacional**. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1999

SATO, L. Djunta-mon: o processo de construção de organizações cooperativas. **Psicologia USP**, São Paulo, v.10, n.2, 1999.

SERVIÇO Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP). Disponível em: <<http://www.brasilcooperativo.org.br>> Acesso em: dez/05.

SCHERER-WARREN, I. **Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica**. Florianópolis: UFSC, 1987.

SCHERMERHORN JR., J. R.; HUNT, J. G. & OSBORN, R. N. **Basic organizational behavior**. Nova York: John Wiley & Sons, 1995.

SCHNEIDER, J. O. **Democracia, participação e autonomia cooperativa**. São Leopoldo: UNISINOS, 1999.

SINGER, P. **Cooperativismo e sindicatos no Brasil**. Setembro, 1999. Disponível em: <<http://www.ilea.ufrgs.br/unitrab>> Acesso em: jan/06

_____. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Org.). **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000a.

_____. Incubadoras universitárias de cooperativas: um relato a partir da experiência da USP. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. de. **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000b.

_____. Economia Solidária. In: CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

_____. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 1998.

SOUZA, A. R. Economia Solidária: um movimento nascente da crise do trabalho. In: SOUZA, A. R.; CUNHA, G. C.; DAKUZAKU, R. Y. (Orgs.). **Uma outra economia é possível**. São Paulo: Contexto, 2003.

STAKE, R. E. Case Studies. In: **Handbook of qualitative research**. 2nded. DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (ed.). Thousand Oaks, CA: Sage, 2000.

_____. Case study methods in educational research: seeking sweeter water. In: JAGGER, R. M. (Ed.). **Complementary methods for research in education**. Washington, DC: American Educational Research Association, 1988.

SPINK, P. O resgate da parte. **Revista de Administração**. São Paulo, v.26, n.2, abril/junho, 1991.

_____. A organização como fenômeno psicossocial: notas para uma redefinição da psicologia do trabalho. **Psicologia e Sociedade**, v.8, n.1, 1996.

TAYLOR, S.J.; BOGDAN, R. **Introducción a los métodos cualitativos de investigación**. Barcelona: Paidós, 1987.

TESCH, W. **Cooperativismo de trabalho, alternativa ao desemprego**. São Paulo: Instituto de Promoção Social – IPRAS, 1995.

_____. **Dicionário básico de cooperativismo**. São Paulo, 2000.

TESCH, R. **Qualitative research: analysis types and software tools**. London: The Falmer Press, 1990.

VIEITEZ, C. G. Temas de autogestão dos trabalhadores. In: VIEITEZ, C. G. (Org.) **A empresa sem patrão**. Marília: UNESP, 1997.

WAUTIER, A. M. T. G. E. **As relações de trabalho nas organizações de economia solidária: um paralelo Brasil-França**. Tese (Doutorado em Sociologia) UFRGS, 2004.

_____. A Economia Social na França. In: CATTANI, A. D. **A outra economia**. Porto Alegre: Veras Editores, 2003.

WEBER, M. A ciência como vocação. In: WEBER, M. **Ciência e Política: duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 1993.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001